

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DO CAMPUS-FIOCRUZ

Edital 55/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
55/2025	254462-DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DO CAMPUS-FIOCRUZ	PAULO ALEXANDRE PINTO DE SOUZA GEAQUINTO	05/02/2026 11:15 (v 0.5)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		25389.000170/2025-74

1. .



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

AV. BRASIL 4365 MANGUINHOS - Prédio Sede 1º Piso COGIC, sala 13 - Bairro Manguinhos,

Rio de Janeiro/RJ, CEP 21040-360 Telefone: (21) 2209-2004 - <http://www.fiocruz.br>

EDITAL Nº 90019/2025

Processo nº 25389.000170/2025-74

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90019/2025

CONTRATANTE (UASG)

254462

OBJETO

Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviço Contínuo de Locação de Veículos Leves, Pesados com Motorista e Equipamentos de Carga com Operador para atender as demandas dos campi Fiocruz/RJ, a serem executados sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 3.316.229,88 (três milhões, trezentos e dezesseis mil, duzentos e vinte e nove reais e oitenta e oito centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 26/02/2026, às 10h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MENOR PREÇO

MODO DE DISPUTA:

ABERTO

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

EXCLUSIVIDADE ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO

Torna-se público que a Fundação Oswaldo Cruz, por meio da Coordenação Geral dos Campi - COGIC, sediada Avenida Brasil, 4365, Manguinhos, Rio de Janeiro, RJ, realizará licitação, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviço Contínuo de Locação de Veículos Leves, Pesados com Motorista e Equipamentos de Carga com Operador para atender as demandas dos campi Fiocruz/RJ, a serem executados sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. Do Registro de Preços

NÃO SE APLICA.

3. Da Participação na Licitação

3.1 Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3 licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

3.7 Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.7.3 sociedades cooperativas;

3.7.4 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.7.5 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.6 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.7 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.8 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.9 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.10 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.0.11 pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.7.11 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.8 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.9 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.10 O impedimento de que trata o item 3.7.7 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.11 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.5 e 3.7.6 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.12 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.13 O disposto nos itens 3.7.5 e 3.7.6 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.14 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.15 A vedação de que trata o item 3.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa

4. Do Orçamento Estimado

4.1 O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. Da Apresentação da Proposta

Documentos de Habilitação

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.3.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.3.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5 No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

5.5.1 A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

5.6 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.7 Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.7.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.7.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.7.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.7.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.7.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.7.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.7.10 constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.7.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.8 A falsidade da declaração de que trata os itens 5.3 ou 5.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.9 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.10 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.11 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.12 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.12.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.12.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.13 O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.13.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço;

5.14 O valor final mínimo parametrizado na forma do item 5.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.15 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.16 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. Do Preenchimento da Proposta

6.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 valor total do item;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.6 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7 Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9 O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11 Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;

6.12 O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. Da Abertura da Sessão, Classificação

Das Propostas e Formulação de Lances

7.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.4 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5 O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.

7.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R\$1.000,00 (mil reais).

7.9 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.10 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11 Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

7.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.18.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.18.2 A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.18.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.18.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.18.5 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.19 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.19.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.19.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.19.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.19.4 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.19.5. A utilização do Programa de Integridade como critério de desempate ocorrerá nos termos da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

7.19.6 Para utilização do critério de desempate previsto no art. 60, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, no momento da apresentação da proposta, a licitante deverá declarar que desenvolve Programa de Integridade, conforme estabelece o art. 18 da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

7.20 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.20.2 empresas brasileiras;

7.20.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.20.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.21 Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.22 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.22.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.22.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.22.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.22.4 O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.22.5 É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.23 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. Da Fase de Julgamento

8.1 Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1 SICAF;

8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>); e.

8.2 A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1 A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.5 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.9 Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.9.1 conter vícios insanáveis;

8.9.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.9.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.9.4 não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.9.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.10 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.11 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

8.11.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.11.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.12 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.13 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.14 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.14.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.14.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.15 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

9. Da Fase de Habilitação

9.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre

9.3 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por email para Gestão de Compras – gecom.cogic@fiocruz.br.

9.5 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.6 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.7 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.8 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.9 Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

9.9.1 O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado conforme Termo de Referência, subitem 4.33 ao 4.37, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

9.9.2 Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.10 A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.10.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.11 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.11.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.12 A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.12.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 [DUAS HORAS], prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

9.13 A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.13.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.13.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.14 Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até [2] horas [DUAS HORAS], para:

9.14.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.14.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.14.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.14.4 suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.15 Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.16 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.17 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.12.1.

9.18 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.19 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

10. Do Termo de Contrato

10.1 Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2 O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.2.1 A assinatura do Termo de Contrato se dará por meio do Sistema Eletrônico de Informações - SEI disponível no endereço eletrônico – [https://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php? %20acao=usuario_externo_logar&acao_origem=usuario_externo gerar_senha&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?%20acao=usuario_externo_logar&acao_origem=usuario_externo gerar_senha&id_orgao_acesso_externo=0)

10.2.2 O adjudicatário caso não seja cadastrado deverá preencher o formulário e registrar login e senha, devendo aguardar instruções que serão encaminhadas no email informado. Após a liberação o usuário estará apto a assinar o Termo de Contrato.

10.2.3 Eventuais dúvidas quanto à utilização de ferramenta, poderão ser dirimidas pelo email: suportesei@fiocruz.br.

10.2.4. Alternativamente à convocação para assinatura por meio do SEI, o adjudicatário poderá realizar a assinatura digital do Termo de Contrato disponibilizado em formato PDF.

10.3 Os prazos dos itens 10.2 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.4 O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.5 Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.5.1 A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11. Da Ata de Registro de Preços

NÃO SE APLICA.

12. Da Formação do Cadastro Reserva

NÃO SE APLICA.

13. Dos Recursos

13.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5 recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico, Link:

https://sei.fiocruz.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_processo_pesquisar.php?acao_externa=protocolo_pesquisar&acao_origem_externa=protocolo_pesquisar&id_orgao_acesso_externo=0

Ou <https://portal.fiocruz.br/>; Aba “A Fundação”; Link “Sistema Eletrônico de Informações (SEI)”; Link: “Pesquisa Pública”

14. Das Infrações Administrativas e Sanções.

14.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;

14.1.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4 apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6 fraudar a licitação;

14.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1 advertência;

14.2.2 multa;

14.2.3 impedimento de licitar e contratar e

14.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2 as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4 A multa será recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1 Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2 Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15 Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

14.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. Da Impugnação ao Edital e do Pedido

de Esclarecimento

15.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: gecom.cogic@fiocruz.br, ou por petição dirigida e protocolada no endereço Avenida Brasil, 4.365, Manguinhos, Rio de Janeiro, RJ - Prédio Sede da COGIC, Seção de Protocolo, sala n.º 21.

15.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

15.6 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. Das Disposições Gerais

16.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

16.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <http://www.gov.br/compras/pt-br>; no sítio da COGIC: www.cogic.fiocruz.br, e também poderá ser lido e /ou obtido no endereço Avenida Brasil, nº. 4.365, Manguinhos, RJ, Prédio sede da COGIC, sala 13, nos dias úteis, no horário das 09h00min às 11h00min e das 14h00min às 16h00min.

16.11 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1 Anexo I - Termo de Referência;

16.11.1.1 Apêndice I - Anexo I - Termo de Vistoria

16.11.1.2 Apêndice II - Anexo I - Modelo de Declaração de Contratos Firmados - IN 05 2027

16.11.1.3 Apêndice III - Anexo I - Instrumento de Medição de Resultados (IMR)

16.11.1.3 Apêndice IV - Anexo I - Estudo Técnico Preliminar nº 73 2025.

16.11.2 Anexo II – Proposta Proforma

16.11.3 Anexo III – Portaria COGEAD

16.11.4 Anexo IV – Planilha Zerada Item 1

16.11.5 Anexo V – Planilha Zerada Item 2

16.11.6 Anexo VI – Portaria da CGU

16.11.7 Anexo VII – Minuta de Contrato

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

RAFAEL GARCIA DIAS DA SILVA

Gestor de Compras



Assinou eletronicamente em 05/02/2026 às 11:15:01.

LUCIA MARIA ROCHA DA SILVA

Pregoeiro



Assinou eletronicamente em 05/02/2026 às 09:19:48.

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DO CAMPUS-FIOCRUZ

Termo de Referência 55/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
55/2025	254462-DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DO CAMPUS-FIOCRUZ	FABIO HENRIQUE CERQUEIRA ABREU	30/01/2026 11:43 (v 0.7)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra	463/2025	25389.000170/2025-74

1 CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviço Contínuo de Locação de Veículos Leves, Pesados com Motorista e Equipamentos de Carga com Operador para atender as demandas dos *campi* Fiocruz/RJ, a serem executados sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

FORMATO DE ATENDIMENTO										
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	DESCRIÇÃO	MODALIDADE DA PRESTAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT. ESTIMADA MÊS	QUANT. ESTIMADA ANO	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO MENSAL	CUSTO ANUAL
1	EQUIPAMENTO ELEVACÃO E MOVIMENTAÇÃO DE CARGA COM OPERADOR	25089	RETROESCAVADEIRA	LOCAÇÃO	SERVIÇO	1	12	R\$ 33.500,96	R\$ 33.500,96	R\$ 402.011,52
			MINI RETROESCAVADEIRA	LOCAÇÃO		1	12	R\$ 32.764,05	R\$ 32.764,05	R\$ 393.168,60
			PLATAFORMA PANTOGRAFICA TESOURA	DIÁRIA		5	60	R\$ 4.160,37	R\$ 20.801,85	R\$ 249.622,20
			PLATAFORMA TECNOLÓGICA DE APOIO - PTA	LOCAÇÃO		1	12	R\$ 19.127,67	R\$ 19.127,67	R\$ 229.532,04
CUSTO TOTAL									R\$ 106.194,53	R\$ 1.274.334,36
CUSTO TOTAL GLOBAL										R\$1.274.334,36

FORMATO DE ATENDIMENTO										

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	DESCRIÇÃO	MODALIDADE DA PRESTAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTD. ESTIMADA MÊS	QTD. ESTIMADA ANO	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO MENSAL	CUSTO ANUAL
2	Veículos Leves /Pesados com Motorista	25089	Caminhão Carga Seca Basculante	Locação	Serviço	1	12	R\$ 24.647,98	R\$ 24.647,98	R\$ 295.775,76
			Caminhão com Baú - Carga Seca	Locação		1	12	R\$ 28.670,44	R\$ 28.670,44	R\$ 344.045,28
			Caminhão com Elevador de Carga - Lift/Rampa (Carga Perigosa)	Locação		1	12	R\$ 29.932,89	R\$ 29.932,89	R\$ 359.194,68
			Caminhão Baú com Plataforma Hidráulica (Resíduo Perigoso)	Locação		1	12	R\$ 31.706,65	R\$ 31.706,65	R\$ 380.479,80
			Caminhão Munck	Diária		23	276	R\$ 2.400,00	R\$ 55.200,00	R\$ 662.400,00
Custo Total:									R\$ 170.157,96	R\$ 2.041.895,52
TOTAL GLOBAL:								R\$ 2.041.895,52		

1.1.2 Considerando-se as peculiaridades do objeto, que se distingue em (I) caminhões destinados ao transporte de cargas e à prestação de serviços de suporte operacional, e (II) equipamentos pesados (máquinas e tratores) utilizados em serviços de escavação, movimentação de materiais, tração, apoio a obras e outras atividades correlatas, adota-se como diretriz a divisão do certame em itens, de modo a ampliar a competitividade e possibilitar a participação de um maior número de licitantes, sem prejuízo da adjudicação de múltiplos itens a um mesmo fornecedor, caso seja vencedor em mais de um GRUPO.

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2 Os Serviços objeto desta contratação são caracterizados como comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar nº 73/2025.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3 O serviço é enquadrado como continuado, tendo em vista que atende às necessidades permanentes da Administração, sendo a vigência plurianual a opção mais vantajosa, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar.

Prazo de vigência

1.4 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite máximo de 10 (dez) anos, conforme previsto nos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que devidamente demonstrada a vantajosidade da prorrogação e asseguradas as condições de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

1.5 O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2 FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.1.1 A demanda encontra-se prevista no Plano Anual de Contratações (PCA) da Fiocruz para o exercício de 2026, em consonância com o Plano de Logística Sustentável (PLS), o Plano Diretor de Infraestrutura (PDI) e as diretrizes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU, atendendo ao disposto no art. 12, inciso VII, da Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 10.947/2022.

2.1.2 A demanda foi formalizada por meio do Documento de Formalização da Demanda (DFD) Id. SEI nº 4954969, autorizado pela autoridade competente nos termos do art. 3º do Decreto nº 10.193/2019, e instruído com o Estudo Técnico Preliminar nº 73/2025, que fundamenta esta contratação.

2.1.3 Certifica-se que o objeto da presente contratação encontra-se compatível com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) vigente, atendendo ao disposto no art. 18 da Lei nº 14.133/2021 e às orientações do planejamento orçamentário federal.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

- **Subunidade:** Coordenação de Serviços Operacionais:

Projeto: 0032.2000.565 .00025 - Proc: 170/2025-74 - Prestação de Serviço Contínuo de Veículos Leves/Pesados e Equipamentos de Carga;

Iniciativa/Programa Temático: 0032 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo;

Ação Orçamentária: 2000 Administração da Unidade de Custeio;

Finalidade: 565 Gestão Administrativa;

Programa de Trabalho: 10122003220000033;

Fonte de Recurso: 1002000000 - LOA Corrente.

Locação de Equipamentos de Carga com Operador:

Natureza de Despesa: 339039 - Outros Serv. de Terceiro-Pessoa Jurídica;

Sub-item: 339039-12;

Grupo: 732;

Cód .Serv.: 4049;

DFD: 006/2026;

Contratação: 515/2026;

Locação de Veículos Leves/Pesados com Motorista:

Natureza de Despesa: 339033 - Passagens e Desp. com Locomoção;

Sub-item: 339033-03;

Grupo: 732;

Cód.Serv.: 25089;

DFD: 007/2026;

Contratação: 516/2026;

DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.3 A presente contratação tem por objetivo assegurar a continuidade dos serviços contínuos de locação de veículos leves, pesados e equipamentos de carga, com motorista/operador, destinados a atender as demandas operacionais e logísticas da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) nos campi localizados no Estado do Rio de Janeiro. Trata-se de serviço essencial para o suporte às atividades de transporte, movimentação de cargas, insumos e resíduos, escavações, podas e serviços em altura, cuja complexidade e relevância demandam execução contínua, planejada e tecnicamente qualificada.

- A Fiocruz, vinculada ao Ministério da Saúde, desempenha atividades estratégicas de pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, produção de vacinas e medicamentos, formação de recursos humanos, serviços assistenciais e de vigilância em saúde. Essas atividades estão distribuídas em unidades técnico-científicas, laboratoriais, hospitalares e administrativas, que compõem um amplo complexo institucional nos diferentes campi da Fiocruz/RJ.
- Nesse contexto, a Coordenação-Geral de Infraestrutura dos Campi (Cogic) é a unidade responsável pela gestão da infraestrutura da Fiocruz, com a missão de prover soluções sustentáveis e eficientes que garantam o adequado funcionamento da instituição. No âmbito da Cogic, a Coordenação de Serviços Operacionais (CSO), por meio do Serviço de Gestão de Resíduos e Sustentabilidade Ambiental (GRSA), atua diretamente na execução das atividades

logísticas que envolvem transporte de cargas, movimentação de materiais, manejo de resíduos, apoio a obras e manutenção, bem como serviços em altura que exigem veículos e equipamentos especializados.

- A indisponibilidade desses serviços comprometeria a continuidade das atividades institucionais, podendo ocasionar riscos como: interrupção do fornecimento de insumos e gases essenciais às pesquisas laboratoriais; acúmulo de resíduos perigosos e não perigosos, com impactos sanitários e ambientais; paralisação de obras e serviços de manutenção predial e urbana; aumento de riscos de acidentes em áreas verdes e urbanas pela ausência de poda e manutenção em altura; descumprimento de normas legais, ambientais e de segurança do trabalho, com repercussões administrativas e institucionais.
- A necessidade da contratação foi formalmente registrada no Plano Anual de Contratações (PCA 2025) da Fiocruz, encontra respaldo no Plano Diretor de Infraestrutura (PDI) e no Plano de Logística Sustentável (PLS), além de estar contemplada no Plano Plurianual do Governo Federal (PPA 2024-2027).
- O Estudo Técnico Preliminar nº73/2025 foi elaborado com base nas diretrizes da Instrução Normativa SEGES/ME nº 58/2022, em atendimento ao art. 18 da Lei nº 14.133/2021, evidenciando que a contratação por empresa especializada representa a solução mais vantajosa e custo-efetiva diante da essencialidade do objeto e dos riscos de descontinuidade.
- A contratação observa o disposto no Decreto nº 11.890/2024, que trata da margem de preferência e da governança das contratações, e no Decreto nº 12.516/2025, que atualiza as regras de planejamento com ênfase em sustentabilidade e racionalização de recursos.
- Foi estruturada em conformidade com a minuta-padrão da AGU (set/2025) e com o Instrumento de Padronização dos Procedimentos de Contratação (IPP/AGU-MGI), em consonância com os princípios da legalidade, eficiência, eficácia e sustentabilidade previstos na Lei nº 14.133/2021 (art. 11).

3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. A descrição da solução consiste na Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviço Contínuo de Locação de Veículos Leves/Pesados e Equipamentos de Carga com Operador, sem dedicação exclusiva de mão de obra, abrangendo todos os *campi* da Fundação Oswaldo Cruz no Estado do Rio de Janeiro. Os serviços deverão atender às demandas institucionais de transporte, movimentação de cargas, apoio a obras e manutenções, escavações, poda e serviços em altura, bem como ao transporte seguro de cargas especiais, como gases, nitrogênio líquido, gelo seco, produtos químicos e resíduos perigosos. A solução envolve as etapas de fornecimento, operação, manutenção preventiva /corretiva, gestão de ocorrências e substituição de veículos/equipamentos indisponíveis, compondo todo o ciclo de vida da contratação, conforme previsão do ETP nº 73/2025.

3.3. O escopo envolve a disponibilização de veículos e equipamentos de diferentes tipologias, tais como caminhões basculantes, caminhões-baú, veículos com plataforma hidráulica, caminhão munck, retroescavadeiras, mini-retroescavadeiras e plataformas elevatórias, conforme especificações técnicas apresentadas no item 5 deste Termo de Referência. Estes equipamentos deverão atender às normas técnicas vigentes, garantindo segurança, eficiência operacional e conformidade ambiental.

3.4. O modelo de execução observará os princípios da eficiência logística e da sustentabilidade, assegurando o uso racional dos recursos, a redução de impactos ambientais e a destinação adequada dos resíduos automotivos (óleos, pneus, filtros, peças), em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), Resoluções CONAMA e demais normas aplicáveis.

3.4.1. A contratada deverá assegurar que todos os veículos e equipamentos disponibilizados sejam acompanhados de motoristas e operadores devidamente habilitados e capacitados, de forma a garantir a execução segura e eficiente dos serviços, observando o planejamento técnico, os critérios de medição de desempenho e a integração com o Instrumento de Medição de Resultados (IMR), em alinhamento ao Plano de Logística Sustentável (PLS) da Fiocruz.

3.5. A execução do contrato compreenderá a disponibilização de veículos e equipamentos em perfeito estado de funcionamento, com manutenção preventiva e corretiva, abastecimento, higienização em empresas licenciadas, fornecimento de EPIs e EPCs, bem como a substituição imediata em caso de falha ou pane, garantindo a continuidade operacional.

3.6. A solução considera todo o ciclo de vida do objeto, abrangendo o planejamento, a execução programada, o controle técnico, a rastreabilidade das operações, a emissão de relatórios mensais e a avaliação de resultados vinculados ao IMR. Serão observados os parâmetros técnicos e regulatórios previstos nas normas da ANTT, do CONTRAN, nas Resoluções do CONAMA e na legislação estadual e municipal correlata.

3.7. O dimensionamento dos serviços, a estimativa de utilização dos veículos e a distribuição por *campi* foram definidos com base no Estudo Técnico Preliminar (ETP), no Plano Anual de Contratações (PCA 2025), no Plano Diretor de Infraestrutura (PDI) e no Plano de Logística Sustentável (PLS) da Fiocruz, assegurando proporcionalidade entre a demanda institucional e os recursos contratados, em conformidade com o art. 31 da Lei nº 14.133/2021.

4 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1.A fiscalização da execução do contrato será realizada pela Administração, com foco no cumprimento das obrigações técnicas e das práticas ambientais sustentáveis. O acompanhamento dar-se-á por meio do Instrumento de Medição de Resultados (IMR), que permitirá a aferição periódica da conformidade dos serviços, contemplando indicadores objetivos de sustentabilidade, segurança, controle de insumos e qualidade da execução, em consonância com o disposto neste Termo de Referência e na legislação vigente.

4.1.2. A contratada deverá conhecer os aspectos e impactos ambientais relacionados às atividades desempenhadas nos campi Fiocruz e deverá adotar práticas ambientais sustentáveis com vistas à redução dos impactos ambientais decorrentes da prestação dos serviços, devendo observar as seguintes ações, com respectivas formas de comprovação obrigatórias, fundamentadas em legislação específica. As práticas de sustentabilidade deverão seguir, ainda, as diretrizes da Política Nacional de Contratações Sustentáveis (PNCS), instituída pelo Decreto nº 12.516, de 3 de outubro de 2025, e estar alinhadas ao Plano de Logística Sustentável (PLS) da Fiocruz, incluindo, sempre que tecnicamente viável, a adoção de medidas de compensação das emissões atmosféricas decorrentes da operação da frota, conforme diretrizes do referido Decreto.

a. Cadastro Técnico Federal (CTF/APP): A empresa deverá possuir Cadastro Técnico Federal para sua atividade potencialmente poluidora, em atendimento à Instrução Normativa nº 13, de 23/08/2021. O cumprimento deste requisito será verificado mediante análise documental do cadastro apresentado e conferência junto ao sistema do IBAMA, realizada pela equipe de fiscalização designada pela Contratante, durante a execução do contrato.

b. Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) atualizado: A contratada deve apresentar seu Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, responsabilizando-se pelo recolhimento, transporte e descarte final adequada de todo o material por ela gerado, durante a execução dos serviços, além de obedecer às diretrizes constantes da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Resolução CONAMA nº 358, de 29/04/2005 e RDC 222, de 28/03/2018 – ANVISA. A conformidade será acompanhada por análise documental periódica dos planos e manifestos apresentados, além de inspeções técnicas para verificar a destinação adequada dos resíduos. O não atendimento implicará descontos no IMR e aplicação das penalidades contratuais cabíveis.

- Para o adequado gerenciamento de resíduos automotivos, tais como óleos, pneus, baterias, filtros, fluidos e outros, além de apresentar o PGRS, a contratada deve apresentar os Manifestos de Transporte de Resíduos (MTR) assim como os Certificados de Destinação Final (CDF) periodicamente, conforme solicitado no Instrumento de Medição de Resultados;
- Para o adequado gerenciamento dos resíduos passíveis de reciclagem, é imprescindível que a contratada colabore de forma efetiva no desenvolvimento das atividades do programa interno de separação de resíduos sólidos, em recipientes para coleta seletiva nas cores internacionalmente identificadas, disponibilizados pela contratante, através do programa de Coleta Seletiva Cidadã nos campi Fiocruz.

c...Aspectos e Impactos Ambientais: A Contratada deverá conhecer os aspectos ambientais relacionados as atividades executadas nos Campi Fiocruz e deve adotar práticas de gestão ambientalmente responsáveis, garantindo que a coleta, transporte e destinação final de seus resíduos seja realizado de maneira a mitigar impactos ambientais, conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/10) e o Decreto nº 10.936/22;

d. Campanhas de Educação Ambiental: Elaborar e promover campanhas de educação e conscientização sobre a importância da correta destinação de seus resíduos, redução do consumo matérias-primas, de energia elétrica e de água, durante a vigência do contrato, tanto para seus funcionários quanto para a comunidade atendida, em alinhamento com as diretrizes da Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/99);

e. Higienização de Veículos – A contratada deverá comprovar que os prestadores de higienização de veículos são empresas licenciadas ambientalmente, conforme a Lei nº 15.190/2025 e a Lcp nº 140/2011;

f. Uso de Veículos Dentro dos Limites de Emissão: Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão atender aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resolução CONAMA nº 18, de 06/05/1986, Resolução CONAMA 490, de 16/11/2018 e Resolução CONAMA 492, de 20/12/2018. O atendimento a este requisito será comprovado por meio de certificados de conformidade e relatórios de manutenção preventiva e corretiva, além de vistorias técnicas realizadas pela fiscalização contratual. Irregularidades identificadas refletirão na pontuação do IMR e poderão ensejar sanções.

g. Uso de Veículos Dentro dos Limites de Ruído: Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão apresentar plano de manutenções preventivas e corretivas, de acordo com normas técnicas e regulamentações específicas e a fim de diminuir as probabilidades de paralisação dos serviços deve apresentar plano de manutenções preventivas e corretivas, de acordo com normas técnicas e regulamentações específicas e a fim de diminuir as probabilidades de paralisação dos serviços, submetendo periodicamente ao Programa de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso – I/M vigente, mantido pelo órgão estadual ou municipal competente, sendo inspecionados e aprovados quanto aos níveis de emissão de poluentes e ruído, de acordo com os procedimentos e limites máximos de ruídos fixados nas Resoluções CONAMA nº 1, de 11/02/1993, n. 08/1993, n. 17/1995, nº 272/2000 e n. 242/1998 e legislação superveniente e correlata ou, quando couber, pelo órgão responsável, conforme Resolução CONAMA nº 418, de 25/11/2009, complementações e alterações supervenientes;

h. Uso de Veículos com Combustíveis Menos Poluentes: Para contribuir com a redução das emissões atmosféricas decorrentes da operação da frota, a contratada deverá assegurar que os veículos locados utilizem combustíveis que atendam integralmente aos padrões ambientais estabelecidos pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e às resoluções aplicáveis do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA).

- **h.1** - Sempre que tecnicamente viável e sem prejuízo da competitividade ou da segurança operacional, recomenda-se a adoção de combustíveis de menor impacto ambiental, tais como diesel S10, misturas autorizadas de biodiesel e combustíveis sintéticos compatíveis com motores diesel convencionais. Tais opções apresentam queima mais limpa e eficiente, contribuindo para a redução de emissões e para a melhoria da eficiência energética, além de não demandarem adaptações estruturais ou investimentos adicionais por parte da contratada.

h.2 A comprovação da conformidade será realizada mediante apresentação de notas fiscais de abastecimento, registros de consumo, relatórios de manutenção preventiva e outros documentos que demonstrem o atendimento às normas vigentes, especialmente as Resoluções CONAMA nº 18/1986, nº 490/2018 e nº 492/2018.

i. Transporte de Cargas Perigosas – Quando aplicável, a contratada deverá observar as disposições da Resolução ANTT nº 5232/2016, evidenciando programas de treinamento e procedimentos de qualificação;

j. Relatórios de Sustentabilidade: A contratada deve apresentar relatórios periódicos detalhando as ações de sustentabilidade implementadas, os resultados obtidos e as metas futuras, garantindo transparência e compromisso com a responsabilidade ambiental, conforme exigido pela legislação;

j.1. Atendimento às leis e normas ambientais, tais como:

- Atender no que couber às determinações da Lei 12.305/2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- Atender no que couber a determinação do órgão ambiental (Inea): NOP – INEA 45; NOP – INEA 48; NOP-Inea-008 e NOP-Inea-35;
- Atender no que couber a determinação das Resoluções CONAMA 375/2006; 380/2006; 357/2005 e 430/2011;
- Acompanhar e divulgar legislações e normas permanentes bem como a atualização referente ao objeto do contrato;
- No tocante à manipulação do lodo seco, deverá haver sua classificação segundo a ABNT NBR 10.004/2004 para que seja definida sua correta destinação final.

I. Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO: Todos os equipamentos, ferramentas e máquinas utilizados na contratação devem ser constituídos, quando cabível, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas ABNT, além de respeitar requisitos ambientais para

obtenção de certificado do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO- de produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

m. Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT: Será obrigatória a exigência e aplicação dos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança usualmente chamados “normas técnicas” e elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, conforme Lei nº 4.150, de 21 de novembro de 1962.

4.1.3. O cumprimento de cada obrigação ambiental prevista neste item será verificado por meio de análise documental, inspeções técnicas, relatórios periódicos e outras formas de acompanhamento definidas no plano de fiscalização contratual, cujos resultados serão incorporados ao IMR. O descumprimento ensejará descontos proporcionais no faturamento mensal e a aplicação de penalidades, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

4.1.4 Os requisitos e critérios constantes no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e na Lista de Verificação da AGU foram observados na elaboração deste Termo de Referência. As hipóteses eventualmente não aplicáveis ao caso concreto foram analisadas e justificadas no Estudo Técnico Preliminar nº73/2025, em atendimento ao princípio do planejamento previsto no art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

Indicação de marcas ou modelos

4.2 Na presente contratação não será admitida a indicação de marcas, de acordo com as justificativas contidas no Estudo Técnico Preliminar nº73/2025, Anexo IV.

Subcontratação

4.3 Não será admitida a subcontratação ou sub alocação, do objeto contratual, considerando que é de responsabilidade direta da contratada a execução integral da prestação de serviços contínuos de locação de veículos leves, pesados e equipamentos de carga nos campi da Fiocruz/RJ, devendo disponibilizar, de forma própria, todos os meios necessários, tais como frota em condições adequadas de uso, condutores (quando previsto), manutenção preventiva e corretiva, insumos, equipamentos de apoio, EPIs, EPCs e demais recursos indispensáveis ao pleno atendimento das obrigações assumidas neste Termo de Referência.

Garantia da contratação

4.4 Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro - garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total da contratação.

4.5 Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.5.1 A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.5.2 Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.5.3 A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.5.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.5.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.6. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.7. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.8. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.9. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regularmente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.9.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.10. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.10.1 prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.10.2 multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

4.10.3 obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

4.11. Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.

4.12. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.13. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.14. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

4.15 O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.15.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.15.2. Caso se trate da modalidade seguro - garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.16. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.16.1. A extinção da garantia na modalidade seguro - garantia observará a regulamentação da Susep.

4.16.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.17. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.18. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.19. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.20. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

Vistoria

4.21. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 10 (dez) horas às 15 (quinze) horas.

4.22. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.23. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.23.1 Os interessados na vistoria deve agendar a mesma, 24 Horas antes, pelo telefone: 2209 2175 até dois dias anterior a data do certame.

4.23.2 A vistoria poderá, também, ser agendada pelo e-mail: servicos.cogic@fiocruz.br.

4.23.3 Para a Vistoria, o interessado em fazê-la deverá estar de posse do formulário disponibilizado, Anexo I, o qual será atestado pelo servidor designado para acompanhá-lo.

4.24. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu representante legal acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.25. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1 A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1 Início da execução do objeto: em até 15 (quinze) dias corridos, da assinatura do contrato.

5.1.2 Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho, conforme normas técnicas aplicáveis:

5.1.2.1 A gestão será realizada por servidores designados pela unidade requisitante, com apoio técnico e administrativo, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.1.2.1.1 As atividades de planejamento (ETP, pesquisa de preços, TR e MGR) foram conduzidas por equipe distinta daquela responsável pela gestão e fiscalização contratual, em observância ao princípio da segregação de funções (art. 7º, §1º, Lei 14.133/2021).

5.1.2.1.1.1 A gestão e fiscalização da execução serão exercidas por gestor do contrato e fiscais (técnico e administrativo), titulares e substitutos, a serem formalmente designados por portaria antes da assinatura do contrato, nos termos dos arts. 117 a 119 da Lei 14.133/2021 e do Decreto 11.246/2022.

5.1.2.1.1.2 A indicação nominal dos agentes, SIAPE e atribuições constará da portaria juntada ao processo SEI, ficando vedada a acumulação de etapas que comprometa a segregação.

5.1.2.2 O regime de execução adotado será empreitada por preço unitário, em razão da necessidade de medição periódica dos serviços conforme a utilização efetiva e a possibilidade de variações nas quantidades demandadas ao longo da execução contratual.

5.1.3 O cronograma de execução dos serviços será apresentado pela Contratante à empresa contratada durante a Reunião de Partida, ocasião em que também será formalmente entregue o Plano de Fiscalização, contendo as diretrizes e obrigações relativas ao cumprimento das etapas e prazos previstos, nos termos dos arts. 117 a 119 da Lei nº 14.133/2021.

5.1.4 A execução contratual seguirá as diretrizes operacionais estabelecidas neste Termo de Referência, em conformidade com o planejamento definido e sob acompanhamento da fiscalização designada pela Administração, nos termos do art. 6º, inciso XXIII, da Lei nº 14.133/2021.

5.1.5 Os serviços serão prestados por meio da disponibilização contínua de veículos leves, pesados e equipamentos de carga, acompanhados de motoristas e/ou operadores devidamente habilitados, devendo permanecer à disposição nos horários e locais estabelecidos pela fiscalização, para atendimento às demandas previamente programadas e às situações emergenciais justificadas. A aferição da efetiva disponibilidade e execução ficará condicionada ao Instrumento de Medição de Resultados (IMR), nos termos do art. 67, §4º, da Lei nº 14.133/2021.

5.1.6 A contratada deverá apresentar, previamente à assinatura do contrato, declaração formal de que os veículos e equipamentos encontram-se disponíveis e em perfeitas condições de uso, sujeitando-se à vistoria “in loco” realizada pela Cogic/Fiocruz antes do início das atividades e periodicamente ao longo da execução contratual.

5.1.7 A contratada deverá apresentar, no prazo de até 30 (trinta) dias do início da vigência, um Plano de Manutenção Preventiva dos veículos e equipamentos, contemplando revisões periódicas, troca de peças e inspeções técnicas. Fica vedada a realização de manutenção dentro das dependências da Contratante.

5.1.8. Será exigida a apresentação e aprovação, pela fiscalização técnica, de um Manual de Procedimentos Operacionais (POP), contemplando: boas práticas ambientais em alinhamento ao Plano de Logística Sustentável (PLS) da Fiocruz; procedimentos de contingência em caso de falhas operacionais, indisponibilidade de insumos ou ocorrências emergenciais e rotinas específicas de operação de cada veículo e equipamento. O POP deverá observar as normas aplicáveis de segurança e operação (NR-11, NR-12, NR-18, NR-35 e normas ABNT/NBR pertinentes), devendo ser mantido atualizado e aprovado previamente pela fiscalização da Contratante.

Rotinas e Especificações dos Veículos e Equipamentos

5.1.9. **Caminhão Basculante (Carga Seca, 4x2):** veículo destinado ao transporte e movimentação de materiais e resíduos diversos, como entulhos, restos de poda e capina, galhos e troncos de árvores, recicláveis, pedras, terra e insumos institucionais.



a) O caminhão deverá possuir caçamba metálica reforçada, com sistema hidráulico de basculamento, capacidade mínima de 05 (cinco) toneladas, tacógrafo e tela de proteção para contenção da carga durante o transporte.

- b) O compartimento do motorista deverá dispor de visibilidade dianteira e traseira, assento ergonômico e climatização, visando à segurança e ao conforto operacional.
- c) O veículo deverá estar equipado com itens de segurança obrigatórios, tais como extintores, sinalização refletiva, triângulo, jogo de ferramentas, lanterna e calços, em conformidade com as normas do CONTRAN.
- d) A operação do caminhão será destinada às rotinas da Cogic e demais unidades da Fiocruz, incluindo: transporte de resíduos de obras civis, remoção de entulhos, apoio a serviços de poda de árvores, recolhimento de resíduos das áreas verdes, recolhimento de resíduos urbanos, transporte de materiais recicláveis, distribuição de terra vegetal e insumos, e suporte logístico em manutenções de áreas verdes e construções.
- e) O veículo deverá atender aos limites de emissão de poluentes e ruídos definidos pelo PROCONVE/IBAMA e às normas do INMETRO, devendo possuir registro atualizado de licenciamento e vistoria veicular.
- f) A contratada deverá garantir que toda a destinação de resíduos resultantes da utilização do caminhão basculante siga a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) e as Resoluções CONAMA aplicáveis.

5.1.10. **Caminhão Baú (Carga Seca):** veículo destinado ao transporte protegido de insumos institucionais e materiais diversos, garantindo segurança contra intempéries.



- a) Deve possuir baú metálico com portas traseiras e laterais para facilitar carregamento e descarregamento, pontos internos de fixação da carga, capacidade mínima de 5 toneladas e PBT de 8.000 kg.
- b) O compartimento do motorista deve contar com ar-condicionado, assento ergonômico, espelhos retrovisores adicionais para pontos cegos e dispositivos de segurança exigidos pelo CONTRAN.
- c) O veículo deverá atender às normas do PROCONVE/IBAMA para emissões e possuir licenciamento atualizado.

5.1.11. **Caminhão com Elevador de Carga (Lift/Rampa):** veículo utilizado para transporte e distribuição de cilindros de gases (nitrogênio líquido, oxigênio, gelo seco e gases especiais).



- a) Deve possuir carroceria metálica aberta, elevador com capacidade mínima de 450 kg, sinalização de risco (rótulos e painéis), kit de emergência (cones, placas de advertência, lanterna, extintor, ferramentas) e tacógrafo.
- b) Obrigatório portar documentação de transporte de produtos perigosos conforme Resolução ANTT nº 5232/2016 e ABNT NBR 7500/2018.
- c) Motoristas devem possuir CNH D/E e curso MOPP válido.

5.1.12. **Caminhão Baú com Plataforma Hidráulica (Resíduos Perigosos):** veículo destinado à coletas diárias de resíduos perigosos no Campus Manguinhos e, de forma eventual, nos demais *campi* da Fiocruz no Rio de Janeiro. Também poderá ser utilizado para o transporte externo desses resíduos até as unidades de destinação final, em empresas devidamente contratadas.



- a) O veículo deve possuir cabine dupla ou suplementar com capacidade total para no mínimo 6 assentos, incluindo o do motorista que deve ser individual.
- Deve possuir baú metálico fechado com portas traseiras com abertura mínima de 270°, plataforma hidráulica com capacidade mínima de 600 Kg e iluminação interna adequada. Não sendo permitido portas laterais e janelas no compartimento de carga.
 - O peso bruto total do veículo deve ser de no mínimo 5.100 Kg.
 - A altura mínima entre o chão e o assoalho do baú de carga deve ser de no mínimo 95 cm.
 - Comprimento total do veículo, incluindo o baú: 6,6 m
- b) O veículo deverá possuir a sinalização completa de risco, conforme ABNT NBR 7500/25:
- 04 suportes para afiação dos painéis de segurança: extremidades (frente e traseira) e nas duas laterais;
 - 07 suportes para afiação dos rótulos de risco: 02 para cada uma das laterais, 02 para a traseira e 1 para a parte frontal do veículo.
 - Os rótulos de risco e os painéis de segurança devem ser fornecidos pela Contratada de acordo com os resíduos transportados.
- c) Os compartimentos do motorista e a cabine dupla ou suplementar devem dispor de ar-condicionado, assentos ergonômicos e visibilidade adequada, assegurando o conforto e segurança operacional.
- d) O caminhão deve dispor, ainda, dos seguintes itens obrigatórios de segurança:
- cintas de nylon com catracas para fixação da carga;
 - 04 cones de sinalização de 75 cm (ABNT NBR 15071);
 - 04 placas de autoportantes de advertência com inscrição “Perigo-Afastem-se”;
 - 100 metros de fita de isolamento;
 - 06 tripés/cones ou hastes de sustentação para isolamento;

- 01 lanterna comum (Envasado);
- 01 lanterna antiexplosiva;
- 02 calços de segurança;
- Tacógrafo em funcionamento;
- Jogo de ferramentas (alicate universal, chave de bateria, chave de fenda/Philips);
- 01 capacete de segurança;
- 01 par de botas de borracha;
- 01 par de luvas de PVC;
- 01 máscara semifacial com filtro VO;
- 01 óculos de segurança;
- 01 pá ou enxada antifaiscante;
- 01 extintor de incêndio (CO₂ 5-B:C) com a carga de 6 Kg ou extintor de pó (2A:20-B:C ou 20-B:C) com a carga de 4 Kg;
- Macaco hidráulico, chave de rodas e triângulo de sinalização

e) O veículo deve possuir sistema de rastreabilidade on-line de acordo com a Lei Estadual 6.862 de 15/07/2014.

f) Manter os certificados do INMETRO, CIPP e CIV, válidos.

g) Cumprir a NOP-INEA-14- Programa de Autocontrole de Emissão de Fumaça Preta por Veículos Automotores do Ciclo Diesel – PROCON FUMAÇA PRETA, aprovada de acordo com a Resolução CONEMA nº 58, de 13/12/13.

h) Apresentar cópia da licença ambiental da empresa responsável pelo serviço de lavagem/higienização, conforme exigido na Licença de Operação para Transporte de Resíduos Perigosos da Fiocruz, LO IN003454, que tem como condicionante a apresentação da documentação supracitada atualizada.

i) A lavagem do caminhão deverá ser realizada por empresa devidamente licenciada, sempre que solicitada pela fiscalização do contrato.

5.1.12.1 A rota de coleta será definida conforme a demanda dos diferentes geradores de resíduos perigosos da Instituição e contará com o acompanhamento da equipe da Gestão de Resíduos e Sustentabilidade Ambiental (GRSA). Esse procedimento poderá ser realizado quantas vezes forem necessárias, dentro do horário estipulado neste TR. Durante as operações de coleta, carga e descarga, o motorista deverá permanecer no veículo e aguardar a conclusão dos trabalhos pela equipe da GRSA, sendo acionado sempre que necessário. Compete ao motorista a operação da plataforma hidráulica e a verificação dos itens de segurança do veículo, sinalizando sempre que necessário a necessidade manutenção ou reposição.

5.1.13. **Caminhão Munck:** veículo multifuncional destinado ao içamento de cargas pesadas, movimentação de materiais e execução de serviços em altura.



- a) Caminhão semipesado com cabine dupla, equipado com guindauto hidráulico articulado.
- b) Capacidade mínima de 20.000 kg a 2 metros, momento de carga $\geq 43,2$ tm.
- c) Alcance vertical mínimo de 27 metros e alcance horizontal mínimo de 23 metros.
- d) Sapatas hidráulicas estabilizadoras e giro de 360° ou mais.
- e) Sistema de segurança contra sobrecarga e limitador de carga.
- f) Cesto aéreo removível ou acoplável, certificado e compatível para elevação segura de até 2 operadores.
- g) Tacógrafo obrigatório.
- h) Itens de segurança: extintores de incêndio; cones de sinalização (NBR 15071); placas de advertência “Perigo – Afastese”;
- cintas de nylon para fixação; calços de segurança; sinalização refletiva em carroceria e para-choques; kit de ferramentas (macaco, chave de rodas, lanterna, triângulo de sinalização).
- i) Itens de auxílio ao içamento e movimentação de carga: 04 (quatro) unidades de cinta para elevação de 01 (uma) tonelada e 04 (quatro) unidades de cinta de elevação de 02 (duas) toneladas.

5.1.14. **Retroescavadeira:** equipamento destinado a escavações, demolições, movimentação de entulhos, limpeza e nivelamento de áreas, retirada de resíduos, movimentação de cargas insumos e materiais de obra, jardinagem e recolhimento de resíduos, e apoio a obras de infraestrutura.



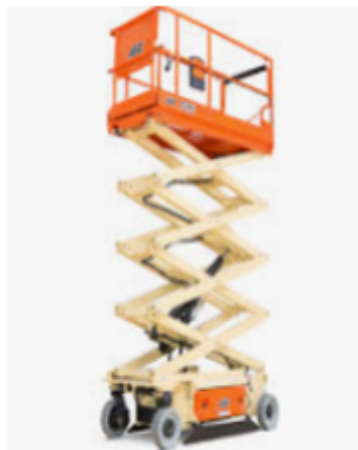
- a) Funções de pá-carregadeira e escavadeira.
- b) Caçamba de alta capacidade.
- c) Operação silenciosa e boa velocidade de deslocamento.
- d) Horímetro obrigatório.
- e) Indicador sonoro de marcha à ré e buzina.
- f) Compartimento do operador com ampla visibilidade.
- g) Limpador/lavador de para-brisas dianteiro e traseiro.
- h) Assento com suspensão ajustável.
- i) Controles mecânicos tradicionais de fácil uso.
- j) Sapatas estabilizadoras.
- k) Implemento rompedor (ponteiro e talhadeira).
- l) Tacógrafo (quando aplicável).
- m) Equipamento em perfeita condição de uso, sem vazamentos, corrosão ou defeitos estruturais.

5.1.15. **Mini-Retroescavadeira:** equipamento destinado a escavações, movimentação de materiais, carregamento de insumos e equipamentos e serviços em áreas de difícil acesso, onde não é possível operar retroescavadeiras convencionais.



- a) Funções de pá-carregadeira, escavadeira e rompedor.
- b) Caçamba de alta capacidade.
- c) Operação silenciosa, com baixa emissão de ruídos.
- d) Boa velocidade de deslocamento.
- e) Compartimento do operador com ampla visibilidade.
- f) Horímetro obrigatório.
- g) Indicador sonoro de marcha à ré e buzina.
- h) Limpador/lavador de para-brisas dianteiro e traseiro.
- i) Assento com suspensão ergonômica.
- j) Controles mecânicos tradicionais de fácil uso.
- k) Sapatas estabilizadoras.
- l) Equipamento em perfeita condição de uso, sem vazamentos, corrosão ou falhas estruturais.

5.1.16. **Plataforma Pantográfica Tesoura:** equipamento destinado a serviços em altura em superfícies planas e niveladas, como manutenção predial, instalação de equipamentos e inspeções técnicas.



- a) Altura de trabalho integral de 20 metros.
- b) Capacidade mínima de içamento de 363 kg (800 lb).
- c) Motor de tração elétrica silencioso, com desempenho sem emissões.
- d) Estrutura reforçada, garantindo estabilidade durante a operação.
- e) Comandos proporcionais e simultâneos para precisão nos movimentos.
- f) Sistema de bloqueio por sobrecarga e limitador de carga.
- g) Pneus adequados para deslocamento em pisos planos e nivelados.
- h) Plataforma equipada com guarda-corpo de segurança e portão de acesso.
- i) Equipamento em perfeita condição de uso, atendendo às normas de segurança aplicáveis (NR-18 e NR-35).

j) Equipamento deverá ser com cesto isolado para trabalho de rede elétrica em baixa tensão.

5.1.17. Plataforma Tecnológica de Apoio (PTA): equipamento destinado à execução de serviços em altura, manutenção predial, iluminação pública, reparos em fachadas, instalação de SPDA e apoio a podas de árvores.



- a) Altura máxima de trabalho: 25,5 m.
- b) Altura da plataforma: 23,6 m.
- c) Capacidade máxima de carga: 230 kg.
- d) Alcance horizontal: 16,2 m.
- e) Ponto de articulação: 6,8 m.
- f) Dimensões da plataforma: 1,8 m x 0,8 m.
- g) Ângulo de giro da cesta: 180°.
- h) Ângulo de deslocamento vertical do jib: 140°.
- i) Ângulo de giro da base: 360° contínuos.
- j) Inclinação máxima de trabalho: 5°.
- k) Potência mínima de 45,1 hp, movida a diesel.
- l) Recursos adicionais: raio de giro nulo, quatro rodas motrizes, velocidade operacional de 0,5 a 4,5 km/h, inclinação máxima de deslocamento de 40%.
- m) Comandos e controles proporcionais e simultâneos, painel de controle na plataforma com alavancas de comando.
- n) Sistema de segurança: limitador de carga, bloqueio diferencial hidráulico, bloqueio mecânico de giro da base, sistema de bloqueio por sobrecarga, dispositivo codificado de partida (opcional).
- o) Itens de segurança: guarda-corpo completo, cinto de segurança tipo paraquedista com ponto de ancoragem, extintor de incêndio, sinalização refletiva, lanterna e jogo de ferramentas básico.
- p) Equipamento em perfeita condição de uso, atendendo às normas NR-18 e NR-35.
- q) Equipamento deverá ser com cesto isolado para trabalho de rede elétrica em baixa tensão.

Perfil Profissional

5.1.18. Perfil geral dos motoristas e operadores:

Os profissionais responsáveis pela condução de veículos e operação de equipamentos deverão atender, no mínimo, aos seguintes requisitos:

- a) Idade mínima de 21 anos;
- b) Escolaridade: ensino médio completo;
- c) Carteira Nacional de Habilitação (CNH) compatível com o veículo ou equipamento a ser conduzido;
- d) Curso atualizado de Direção Defensiva;
- e) Experiência profissional comprovada;
- f) Conhecimento e respeito às normas de trânsito e de segurança aplicáveis;
- g) Boa saúde física e mental, estabilidade emocional e conduta compatível com padrões de segurança;
- h) Boa apresentação pessoal e cuidados de higiene;
- i) Habilidade de comunicação e relacionamento interpessoal;

- j) Noções básicas de mecânica automotiva;
- k) Proibição do consumo de cigarros, charutos, cachimbos, bebidas alcoólicas ou entorpecentes durante o serviço.

5.1.19. Perfil específico para transporte de cargas especiais e resíduos perigosos:

Além dos requisitos descritos no subitem 5.1.18 (perfil geral), os motoristas designados para condução de veículos destinados ao transporte de cargas especiais e resíduos perigosos deverão atender às seguintes exigências adicionais:

- a) Possuir Certificado do Curso de Movimentação Operacional de Produtos Perigosos (MOPP) válido;
- b) Apresentar CNH categoria D ou E (para veículos articulados com PBT acima de 6.000 kg) ou C (para caminhões acima de 3.500 kg);
- c) Apresentar, na CNH, a declaração de exercício de atividade remunerada;
- d) Comprovar conhecimento das normas aplicáveis ao transporte de cargas perigosas, em especial a Resolução ANTT nº 5.998/22 e a ABNT NBR 7500/2025.

Regras Operacionais

5.1.20. Abastecimento dos veículos e equipamentos:

- a) O abastecimento de combustível será de inteira responsabilidade da Contratada, devendo ser realizado exclusivamente em postos licenciados e ambientalmente regularizados.
- b) Todos os veículos e equipamentos deverão iniciar suas atividades diárias devidamente abastecidos, de modo a evitar interrupções durante a execução dos serviços.
- c) É vedado realizar abastecimentos dentro das dependências da Contratante.
- d) A Contratada deverá manter controle de consumo de combustível por veículo/equipamento, apresentando relatórios mensais à fiscalização, quando solicitado.

5.1.21. Higienização dos veículos e equipamentos:

- a) A higienização deverá ser realizada obrigatoriamente em empresas licenciadas ambientalmente, fora das dependências da Contratante.
- b) Os veículos e equipamentos deverão ser retirados ao final do expediente, sempre que necessitarem de higienização, devendo retornar em perfeitas condições de uso no início da jornada seguinte.
- c) A logística de retirada deverá ser previamente comunicada à fiscalização do contrato, por meio de e-mail oficial. A higienização só poderá ser realizada com a anuência da fiscalização do contrato.
- d) A Contratada será responsável pela manutenção das condições sanitárias adequadas, incluindo cabine, carroceria, plataformas e acessórios de cada veículo/equipamento.

5.1.22. Vistorias diárias dos veículos e equipamentos:

- a) Todos os veículos e equipamentos deverão ser submetidos a vistoria diária antes do início das atividades.
- b) A verificação será realizada mediante checklist específico (Formulário de Fiscalização Diária), a ser preenchido e assinado pelo preposto da Contratada e validado pela fiscalização técnica da Cogic.
- c) O formulário deverá contemplar, no mínimo: condições mecânicas gerais, sistema de freios, pneus, iluminação, itens de segurança obrigatórios, sistemas hidráulicos, tacógrafo (quando aplicável) e integridade da carroceria /plataforma.
- d) Os registros de vistoria deverão ser arquivados pela Contratada e disponibilizados à fiscalização sempre que solicitado, servindo como documento de comprovação para fins de auditoria contratual.
- e) Em caso de não conformidade constatada, o veículo ou equipamento deverá ser imediatamente substituído por outro em perfeitas condições de uso, sem ônus adicional para a Administração.

5.1.23. Estado de conservação dos veículos e equipamentos:

- a) Todos os veículos e equipamentos disponibilizados deverão estar em perfeito estado de conservação, funcionamento e apresentação.
- b) Não será admitida a utilização de veículos ou equipamentos que apresentem corrosão estrutural, vazamentos de óleo, combustível, fluidos hidráulicos ou qualquer outro defeito que comprometa a segurança operacional.
- c) A carroceria, cabine e plataformas deverão estar íntegras, limpas e sem avarias que coloquem em risco a segurança dos operadores, da população ou do meio ambiente.
- d) Itens de segurança obrigatórios (extintores, tacógrafo, cintas de fixação, sinalização refletiva, entre outros) deverão estar sempre em condições adequadas de uso e dentro da validade legal.
- e) A constatação de não conformidade pela fiscalização implicará substituição imediata do veículo ou equipamento, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e no contrato.

5.1.24. Remuneração dos veículos e equipamentos:

- a) Os veículos e equipamentos de uso contínuo e diário serão remunerados mediante valor mensal fixo de locação, com disponibilização integral durante o período de vigência contratual.
- b) Os veículos e equipamentos de uso eventual ou sob demanda, tais como Caminhão Munck e Plataforma Pantográfica Tesoura (PTA), serão remunerados por diária, acrescida do custo de deslocamento, quando aplicável.
- c) A Contratada deverá apresentar, na planilha de custos, os valores correspondentes a cada modalidade de remuneração (mensal ou diária), devidamente destacados.
- d) A efetivação do pagamento dar-se-á de acordo com os serviços efetivamente prestados, mediante atesto da fiscalização e em consonância com o Instrumento de Medição de Resultados (IMR), anexo III deste Termo de Referência.

5.1.25. Deslocamentos para atendimento em *campi* distintos da localidade-base:

- a) Sempre que houver necessidade de deslocamento de veículos ou equipamentos para atendimento em unidades distintas da localidade-base, a solicitação será realizada pela Contratante via e-mail oficial, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis, salvo em situações de urgência devidamente justificadas.
- b) A comunicação deverá informar endereço de destino, data de saída, previsão de retorno e identificação do veículo /equipamento a ser deslocado.
- c) Considera-se 1 (um) deslocamento a ida ao destino e o respectivo retorno à localidade-base.
- d) Estima-se, para equipamentos específicos (Retroescavadeira, Mini-Retroescavadeira, Plataforma Pantográfica Tesoura e PTA), até 32 deslocamentos anuais, distribuídos entre os *campi* da Fiocruz no Estado do Rio de Janeiro.
- e) O custo unitário de deslocamento deverá constar de forma destacada na planilha de custos da proposta, sendo remunerado apenas quando efetivamente executado.
- f) Para os veículos e equipamentos de uso contínuo, a circulação entre diferentes *campi* não caracterizará deslocamento específico, uma vez que não demandam transporte especial ou reboque.

5.1.26. Normas de segurança aplicáveis à execução contratual:

- a) A execução dos serviços deverá observar integralmente as normas de segurança do trabalho, em especial:

- NR-11 – Transporte, Movimentação, Armazenagem e Manuseio de Materiais;
- NR-12 – Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos;
- NR-18 – Condições de Segurança e Saúde na Indústria da Construção;
- NR-35 – Trabalho em Altura.

- b) Todos os motoristas e operadores deverão utilizar, obrigatoriamente, os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados à atividade, sendo responsabilidade da Contratada o fornecimento, controle, higienização e substituição.

- c) Quando aplicável, deverão ser disponibilizados também os Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs), tais como cones de sinalização, fitas de isolamento, placas de advertência e calços de segurança.

- d) A fiscalização da Contratante poderá inspecionar, a qualquer tempo, o uso adequado dos EPIs e EPCs, bem como exigir a substituição imediata em caso de irregularidade.

- e) O descumprimento das normas de segurança ensejará aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, no contrato e nas normas regulamentadoras pertinentes.

5.1.27. Todos os custos relacionados à entrega inicial dos veículos e equipamentos, à sua substituição em caso de falha, indisponibilidade ou não conformidade, bem como à retirada/devolução ao final do contrato, correrão por conta exclusiva da Contratada, sem ônus adicional para a Administração.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço:

- Campus Manguinhos (Av. Brasil, nº 4365, Manguinhos, Rio de Janeiro/RJ;
- Instituto Fernandes Figueira – Av. Rui Barbosa nº 716, Flamengo – Rio de Janeiro/RJ;
- Palácio do Itaboraí – Rua Visconde de Itaboraí nº 188, Valparaíso – Petrópolis/RJ;

- Instituto Nacional de Endemias Rurais (INERU) – Estrada da Covanca nº 56, Jacarepaguá – Rio de Janeiro/RJ;
- Campus Mata Atlântica – Estrada Rodrigues Caldas nº 3400, Jacarepaguá – Rio de Janeiro/RJ;
- Centro de Referência Prof. Hélio Fraga – Estrada de Curicica nº 2000, Jacarepaguá – Rio de Janeiro/RJ;
- CTM – Farmanguinhos – Av. Comandante Guarany nº 447, Jacarepaguá – Rio de Janeiro/RJ;
- Antigo TRE – Rua Castro Tavares nº 10 ou Rua Leopoldo Bulhões nº 1604, Manguinhos – Rio de Janeiro/RJ;
- Complexo Industrial de Biotecnologia em Saúde (CIBS) - Distrito Industrial de Santa Cruz, Rio de Janeiro, RJ;
- BioMérieux - Estrada Mapuá, 491 - Taquara - Rio de Janeiro/RJ;
- Imperial de São Cristóvão - Rua Senador Arolde de Oliveira, nº 267, São Cristóvão - Rio de Janeiro/RJ;

5.3 Os serviços serão prestados no seguinte horário: de 08:00h às 17:00h, 07:00h às 16:00h, 06:00h às 15:00h, de segunda a sexta feira, podendo, a critério da Contratante, ser realizado após o término do expediente e fins de semana. Os caminhões carga seca 4x2, prestarão serviços todos os sábados da 07:00h às 11:00h.

Rotinas a serem cumpridas

5.3.1 A execução contratual observará as rotinas descritas no item 5 deste Termo de Referência, compreendendo, além das atividades já previstas:

- (I) a comunicação imediata à fiscalização de ocorrências relevantes, como acidentes, avarias, falhas operacionais ou incidentes ambientais;
- (II) a realização, pela Contratada, de treinamentos iniciais e periódicos destinados a motoristas e operadores, com registros documentais disponíveis à fiscalização; e
- (III) o monitoramento do consumo de combustível e das emissões veiculares, mediante relatórios gerenciais em conformidade com as diretrizes de sustentabilidade da Fiocruz e do Plano de Logística Sustentável (PLS).

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.4 A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.4.1 Os quantitativos estimados e apresentados neste Termo de Referência foram obtidos a partir de consultas e vistorias realizadas nos *campi* da Fiocruz/RJ, considerando as rotinas de transporte, movimentação de cargas, coleta de resíduos, apoio a obras e manutenção de áreas verdes. Esses quantitativos deverão ser utilizados como referência para a formulação das propostas, observando-se que a prestação dos serviços ocorrerá conforme necessidade e por demanda da Contratante.

5.4.2. A estimativa informada não obriga a Fiocruz a utilizar a integralidade da quantidade prevista para cada veículo /equipamento, em razão das variações operacionais e demandas específicas de cada unidade.

5.4.3. Para fins de dimensionamento contratual, deverão ser observadas as estimativas de utilização anual constantes da tabela abaixo:

VEÍCULO/EQUIPAMENTO	MODALIDADE DE PRESTAÇÃO	QTD. ESTIMADA MENSAL	QTD. ESTIMADA ANUAL
Caminhão Basculante (Carga Seca)	Locação	1	12
Caminhão Baú – Carga Seca	Locação	1	12
Caminhão com Elevador de Carga (Lift/Rampa)	Locação	1	12
Caminhão Baú com Plataforma Hidráulica	Locação	1	12
Caminhão Munck	Diárias	23	276
Retroescavadeira	Locação	1	12
Mini-Retroescavadeira	Locação	1	12
Plataforma Pantográfica Tesoura	Diárias	5	60

5.4.4. O pagamento será realizado apenas pelos serviços efetivamente prestados e atestados pela fiscalização do contrato, excluindo-se períodos de paralisação não imputáveis à Administração (feriados, greves, força maior, manutenção programada).

5.4.5. Os deslocamentos de equipamentos para unidades distintas da localidade-base deverão ser considerados de forma destacada na planilha de custos, conforme disposto no subitem 5.1.25.

5.4.6. O dimensionamento das propostas deverá abranger todos os custos relacionados à execução contratual, incluindo: locação dos veículos/equipamentos, motoristas e operadores, combustível, manutenção preventiva e corretiva, seguros obrigatórios, higienização e demais encargos previstos neste Termo de Referência.

Especificação da garantia do serviço

5.5. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Planejamento da Execução Contratual

5.6. A Contratada deverá apresentar, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da assinatura do contrato, o Plano de Trabalho contendo:

- Cronograma de manutenção preventiva e corretiva dos veículos e equipamentos;
- Procedimentos Operacionais Padrão (POP) aplicáveis a cada rotina prevista neste Termo de Referência;
- Procedimentos de contingência para situações de falhas operacionais, indisponibilidade de veículos/equipamentos ou riscos emergenciais, de forma a garantir a continuidade dos serviços.

5.6.1 O Plano de Trabalho deverá ser submetido à aprovação da fiscalização da Contratante e servirá como referência para a verificação da conformidade da execução contratual, em atendimento ao disposto nos arts. 6º, inciso XXIII, e 12, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

5.6.2 A execução contratual será acompanhada também à luz da Matriz de Gerenciamento de Riscos (MGR) elaborada pela Administração e juntada ao processo, em atendimento ao disposto no art. 22, §3º, da Lei nº 14.133/2021 e nas orientações da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021.

A MGR servirá de referência para a fiscalização quanto à prevenção e mitigação de riscos, bem como para a aplicação do Instrumento de Medição de Resultados (IMR), de modo a assegurar a adequada alocação de responsabilidades e a efetividade da execução contratual.

5.6.2.1 Durante a execução contratual, os riscos identificados na Matriz de Gerenciamento de Riscos (MGR) serão monitorados continuamente pela equipe de fiscalização, que adotará medidas preventivas e corretivas conforme necessário. Os indicadores relacionados ao gerenciamento desses riscos serão incorporados ao Instrumento de Medição de Resultados (IMR), permitindo a avaliação objetiva da eficácia das ações adotadas e o acompanhamento da conformidade com as obrigações contratuais.

Observância ao Princípio da Padronização e do Parcelamento

5.7. Durante a etapa de planejamento da execução contratual, a Administração avaliou a possibilidade de parcelamento do objeto, em conformidade com o art. 40, §1º, da Lei nº 14.133/2021. Constatou-se que a forma proposta representa a solução técnica e economicamente mais vantajosa, assegurando a padronização dos serviços, a otimização dos recursos e a manutenção da economia de escala. Assim, a execução do contrato foi estruturada de modo a garantir maior eficiência operacional e melhor gestão dos resultados esperados.

Monitoramento, Avaliação dos Serviços e Fiscalização dos Resultados

5.8. A execução do contrato será acompanhada e avaliada por meio do Instrumento de Medição de Resultados (IMR), que contemplará indicadores objetivos voltados à qualidade dos serviços, ao cumprimento das obrigações técnicas e contratuais e às práticas ambientais previstas neste Termo de Referência.

- A verificação será realizada pela equipe de fiscalização designada pela Contratante, composta por representantes técnicos da unidade demandante e da área gestora do contrato, mediante análise documental, inspeções in loco, relatórios periódicos, reuniões técnicas e demais instrumentos de controle previstos no plano de fiscalização.
- O desempenho será aferido com periodicidade mensal, e o não cumprimento das metas estabelecidas ensejará a aplicação de descontos proporcionais no valor devido e/ou das penalidades contratuais previstas, em conformidade com o art. 117 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

5.8.1 O cumprimento das práticas de sustentabilidade previstas no item 4 deste Termo de Referência será aferido por meio de indicadores ambientais específicos inseridos no IMR, como, por exemplo: apresentação e atualização do PGRS, entrega de manifestos de transporte de resíduos (MTR), comprovação de uso de combustíveis renováveis, relatórios de destinação final e resultados de campanhas de educação ambiental. O desempenho nesses indicadores impactará diretamente na pontuação do IMR e, conseqüentemente, no faturamento da contratada.

5.8.1.1 O IMR contemplará indicadores objetivos relacionados à:

- Disponibilidade dos veículos e equipamentos;
- Cumprimento das rotinas e horários de atendimento;
- Condições de segurança e estado de conservação;
- Atendimento a deslocamentos e demandas específicas;
- Emissão de relatórios técnicos e checklists de vistoria;
- Cumprimento das práticas de sustentabilidade previstas no item 4 deste Termo de Referência.
- Tempo médio de atendimento às demandas operacionais.

5.8.2 A Contratada deverá apresentar relatórios mensais de execução, contendo:

- Registro de quilometragem rodada, horas de operação ou diárias utilizadas;
- Descrição das atividades realizadas e locais atendidos;
- Histórico de manutenções e higienizações realizadas;
- Ocorrências, falhas ou intercorrências registradas;
- Análise crítica dos resultados obtidos e medidas corretivas adotadas.

Transparência e Publicidade dos Resultados

5.9 Em observância aos princípios da publicidade e da transparência administrativa previstos no art. 174 da Lei nº 14.133 /2021, todos os relatórios técnicos, indicadores de desempenho, resultados aferidos pelo Instrumento de Medição de Resultados (IMR) e demais documentos produzidos durante a execução contratual deverão ser anexados aos autos do processo de execução, para fins de controle interno e externo pelos órgãos competentes.

6 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.1.1 O gerenciamento dos riscos relacionados à execução deste contrato foi realizado conforme o disposto no art. 22, §1º, da Lei nº 14.133/2021, e encontra-se formalizado na Matriz de Gerenciamento de Riscos nº98/2025 constante dos autos do processo (Id. Sei nº 5553771).

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4 O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das

obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.5.1 A gestão e fiscalização da execução contratual serão realizadas por servidores designados formalmente pela Administração, mediante portaria a ser emitida por ocasião da assinatura do contrato, nos termos dos artigos 117 a 119 da Lei nº 14.133/2021.

6.5.2 A execução contratual será acompanhada e avaliada por meio do Instrumento de Medição de Resultados (IMR), conforme previsto no art. 67, §4º da Lei nº 14.133/2021, sendo o pagamento das faturas condicionado à aferição positiva dos indicadores de desempenho previamente definidos, de forma a assegurar o cumprimento integral das obrigações assumidas pela contratada.

6.5.3 O descumprimento das obrigações será registrado no IMR e poderá ensejar a aplicação das sanções previstas no contrato e na legislação vigente, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.5.4 Poderão ser realizadas reuniões periódicas de acompanhamento, em cronograma definido pela fiscalização, destinadas à avaliação dos resultados alcançados, à identificação de eventuais desvios e, se necessário, ao replanejamento das rotinas de execução contratual.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período da execução do contrato.

6.7.1. A frequência do preposto ao local da execução do contrato deverá ser acordada previamente com a fiscalização sendo obrigatória nos locais da execução sempre que se fizer necessário.

6.7.2 O preposto deverá estar em permanente contato com a fiscalização do contrato visando o repasse diário das informações referentes à execução dos serviços.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada, de forma contínua e efetiva, por um ou mais fiscais designados, titulares e substitutos, formalmente designados por portaria.

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, fixando prazo para sua correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas apazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.16. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

6.16.1 Verificação das condições de conservação, funcionamento e segurança dos veículos e equipamentos disponibilizados, observando-se os requisitos técnicos definidos neste Termo de Referência;

6.16.2 Emissão de Ordens de Serviço ou solicitações formais de demanda, registradas em meio eletrônico ou documental, para direcionamento das atividades de transporte e apoio logístico;

6.16.3 Controle da execução contratual, conforme os parâmetros técnicos e operacionais estabelecidos neste Termo de Referência e no Plano de Trabalho aprovado, assegurando a disponibilidade e a adequada utilização da frota;

6.16.4 Apuração e controle do atendimento às requisições emitidas pela Administração, verificando a tempestividade, a qualidade da execução e a conformidade com os indicadores definidos no Instrumento de Medição de Resultados (IMR).

6.17 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais.

6.18 As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

6.19. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.20. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.21. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.21.1 Verificação das condições de habilitação, mês a mês, da contratada.

Gestor do Contrato

6.22. Cabe ao gestor do contrato:

6.22.1. Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da Administração.

6.22.2. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.22.3. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.22.4. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento das obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.22.5. Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133/2021, ou pelo agente ou setor com competência para tal, conforme o caso.

6.22.6. Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.22.7. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.22.8. Receber e dar encaminhamento imediato:

6.22.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.22.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

7 CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo III.

7.1.1. A aferição e medição da qualidade dos serviços observará o Instrumento de Medição de Resultados – IMR, definido no Anexo III deste Termo de Referência, já previsto no item 5 deste documento, servindo de parâmetro para a aplicação das penalidades previstas no item 8 e para eventual glosa de pagamentos.

7.1.1.1 O não atendimento satisfatório dos requisitos de desempenho, quando avaliados como “Ruim” ou “Péssimo” no Instrumento de Medição de Resultados – IMR, ensejará a aplicação de glosa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da fatura mensal de serviços. Os requisitos avaliados como “Ótimo” ou “Bom” não ensejarão descontos. As glosas decorrentes do IMR não afastam a aplicação de penalidades contratuais adicionais, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1. não produziu os resultados acordados,

7.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.4.1. Comprovação da execução dos serviços conforme os cronogramas estabelecidos, incluindo o registro das atividades de transporte e apoio logístico, quilometragem rodada, rotas atendidas, disponibilidade da frota e evidências de utilização, devidamente validadas pela fiscalização técnica;

7.4.2. Cumprimento integral das exigências contratuais, cujo descumprimento poderá ensejar a aplicação das penalidades previstas neste Termo de Referência e, em especial, das multas estabelecidas no item 8, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

7.4.3. Avaliação via IMR (Instrumento de Medição de Resultados), considerando os indicadores de desempenho previamente definidos, cujos resultados poderão ensejar a aplicação de glosas proporcionais, bem como das sanções contratuais previstas neste Termo de Referência.

7.4.4. Regularidade da documentação exigida contratualmente, como relatórios mensais de execução, checklists de conservação e segurança, registros de manutenção preventiva e corretiva e comprovantes de atendimento às normas de trânsito e ambientais vigentes;

7.4.5. Ausência de não conformidades graves e reincidentes, devidamente registradas em relatório de fiscalização, cuja ocorrência poderá resultar na aplicação das multas compensatórias previstas no item 8, sem prejuízo das demais sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021.

7.4.6 O descumprimento parcial das obrigações ensejará a glosa proporcional dos valores mensais correspondentes, cumulável com as penalidades previstas no item 8 e com as demais sanções administrativas cabíveis, em conformidade com o art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

Do recebimento

7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.6. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório do objeto do contrato sob os aspectos técnico e administrativo.

7.10. Para efeito de recebimento provisório, será considerado o período **mensal** para fins de faturamento.

7.11. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.11.1 O fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.12. Será considerado ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo correspondente ou, havendo mais de um, com a entrega do último.

7.13. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.14. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.15. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.16. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.17. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.18. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **05 (cinco)** dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.18.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.18.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções.

7.18.3 Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas.

7.18.4 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.18.5 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.19. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à quantidade, qualidade ou dimensão, deverá ser observado o disposto no art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, e comunicada à empresa a emissão da Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa para liquidação e pagamento.

7.20. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.21. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético - profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.22. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES /ME nº 77/2022.

7.23. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.24. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar;
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.25. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.26. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.27. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.27.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.27.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.28. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.29. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.30. Persistindo a irregularidade, o contratante adotará as medidas necessárias à rescisão contratual, assegurada ampla defesa ao contratado.

7.31. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão efetuados normalmente até decisão final sobre rescisão, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.32. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.33. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **Preço ao Consumidor Amplo - IPCA de correção monetária**.

7.33.1 A utilização do índice de correção monetária IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo justifica-se por ser o indicador oficial adotado pelo Banco Central do Brasil para aferição da variação da inflação e o mais adequado para atualização monetária de contratos administrativos que envolvem serviços sem vínculo com insumos específicos ou tarifas públicas. Além disso, trata-se de índice de ampla aceitação em contratações públicas, conforme recomendações da Advocacia-Geral da União (AGU) e do Tribunal de Contas da União (TCU), por refletir de forma geral o comportamento dos preços ao consumidor na economia brasileira.

Forma de pagamento

7.34. O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária, para crédito em conta bancária indicada pelo contratado.

7.35. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.36. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.36.1 Independentemente do percentual informado na planilha, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.37. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

7.38. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 01 (um) ano contado da data do orçamento estimado em novembro de 2025.

7.39. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice de **Preço ao Consumidor Amplo - IPCA de correção monetária** exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.40. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.41. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o (s) índice(s) definitivo(s).

7.42. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.43. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.44. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.45. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de crédito

7.46. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.46.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.46.2 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.46.3 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.46.4 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.47. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

8 INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVA

8.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2 Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4 Multa:

8.2.4.1 Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,2 % (zero virgula dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias.

8.2.4.2 Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2.1 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3 Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 0,5% (cinco decimo por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

8.2.4.4 Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 0,5% (cinco decimo por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

8.2.4.5 Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 0,5% (cinco decimo por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

8.2.4.6 Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 0,5% (cinco decimo por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

8.2.4.7 Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, 0,5% (cinco decimo por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

8.3 A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4 Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação.

8.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7 A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9 Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2 as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14 Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9 FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO

9.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL.

Regime de Execução

9.2 O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário.

9.3. Para o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário o critério de aceitabilidade de preços será: **Global**.

9.4. custos unitários relevantes: itens.

Exigências de habilitação

9.5. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.6. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.7. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.9. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.11. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.12. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.13. Participação de cooperativas: Não será admitida em razão da natureza técnica e operacional do objeto, que envolve serviços contínuos de locação e operação de veículos leves, pesados e equipamentos de carga, com exigência de disponibilidade plena da frota, manutenção preventiva e corretiva, rastreabilidade operacional, atendimento rigoroso às normas de segurança, trânsito e meio ambiente, além de resposta imediata às demandas dos campi. Tais requisitos demandam estrutura organizacional centralizada e responsabilidade direta da contratada, o que não se compatibiliza com o modelo de organização das cooperativas, podendo comprometer a uniformidade, o controle técnico e a continuidade dos serviços. A restrição fundamenta-se no interesse público, na segurança operacional e no princípio da eficiência (art. 37, caput, da CF).

9.14. Participação de consórcios: Não será admitida em razão da necessidade de execução integral, contínua e tecnicamente padronizada dos serviços de operação de veículos leves, pesados e equipamentos de carga. O objeto exige planejamento permanente, manutenção preventiva e corretiva, disponibilidade ininterrupta da frota, rastreabilidade operacional e cumprimento rigoroso de normas de trânsito, ambientais e de segurança, demandando responsabilidade direta, única e centralizada da contratada. Considerando também o valor estimado da contratação e a complexidade do controle operacional, a formação de consórcios não se revela necessária nem compatível com a gestão contratual pretendida, assegurando-se maior eficiência, simplificação e controle pela Administração, nos termos do art. 37, caput, da Constituição Federal.

9.15. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou das consolidações respectivas.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a

todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.21. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.24. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.25. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.26. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas::

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

9.27. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, [capital mínimo] OU [patrimônio líquido mínimo] de [definir percentual, limitado a 10% do valor total estimado da contratação].

9.27.1 A exigência de patrimônio líquido mínimo até o limite de 10% (dez por cento) do valor estimado, nos casos em que a licitante apresentar índices de capacidade financeira iguais ou inferiores a 1 (um), constitui medida de prudência administrativa destinada a reforçar a segurança econômico-financeira da contratação, em conformidade com o art. 58 da Lei nº 14.133/2021.

9.28. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.29. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.30. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.31. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.31.1 Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

Qualificação Técnico-Operacional

9.32. Comprovação de aptidão para execução de serviço, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.32.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.32.1.1 contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 03 (três) anos do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

9.32.1.1.1 A exigência de comprovação de experiência mínima de 03 (três) anos na prestação dos serviços ora a serem contratados justifica-se em razão da complexidade e da natureza crítica do objeto, que envolve a gestão de frota diversificada, a operação segura de veículos leves, pesados e equipamentos, a realização de manutenção preventiva e corretiva, o cumprimento de normativas de trânsito, ambientais e de segurança, bem como a garantia de disponibilidade contínua para atendimento das demandas institucionais. Tal exigência visa assegurar a contratação de empresa com expertise comprovada, dotada de equipe técnica qualificada e capacidade operacional consolidada, minimizando riscos à segurança viária, ao patrimônio público e à continuidade dos serviços, em consonância com o princípio da eficiência previsto no art. 37 da Constituição Federal.

9.32.2 Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.32.3 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.32.4 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.32.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.33. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a idoneidade da entidade emissora.

9.34. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Disposições gerais sobre habilitação

9.35. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.36. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizado pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.37. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.38. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.39. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10 ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1 O custo estimado total das contratações, que corresponderá ao valor máximo aceitável pela Administração para fins de adjudicação, é de R\$ 3.316.229,88 (três milhões, trezentos e dezesseis mil, duzentos e vinte e nove reais e oitenta e oito centavos), valor resultante da soma das estimativas individuais por item, sendo R\$ 1.274.334,36 (um milhão, duzentos e setenta e quatro mil, trezentos e trinta e quatro reais e trinta e seis centavos) para o **Item 1** e R\$ 2.041.895,52 (dois milhões, quarenta e um mil, oitocentos e noventa e cinco reais e cinquenta e dois centavos) para o **Item 2**, conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 deste Termo de Referência.

11 ADQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Subunidade: Coordenação de Serviços Operacionais:

Projeto: 0032.2000.565 .00025 - Proc: 170/2025-74 - Prestação de Serviço Contínuo de Veículos Leves/Pesados e Equipamentos de Carga;

Iniciativa/Programa Temático: 0032 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo;

Ação Orçamentária: 2000 Administração da Unidade de Custeio;

Finalidade: 565 Gestão Administrativa;

Programa de Trabalho: 10122003220000033;

Fonte de Recurso: 1002000000 - LOA Corrente.

Locação de Equipamentos de Carga com Operador:

Natureza de Despesa: 339039 - Outros Serv. de Terceiro-Pessoa Jurídica;

Sub-item: 339039-12;

Grupo: 732;

Cód .Serv.: 4049;

DFD: 006/2026;
Contratação: 515/2026;

Locação de Veículos Leves/Pesados com Motorista:

Natureza de Despesa: 339033 - Passagens e Desp. com Locomoção;

Sub-item: 339033-03;

Grupo: 732;

Cód.Serv.: 25089;

DFD: 007/2026;

Contratação: 516/2026;

11.3 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12 DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 As informações constantes neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

1. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

FABIO HENRIQUE CERQUEIRA ABREU

Gestor do Contrato



Assinou eletronicamente em 30/01/2026 às 11:43:00.

JORGE DE OLIVEIRA CARIUZ

Fiscal do Contrato



Assinou eletronicamente em 30/01/2026 às 11:43:30.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Anexo I - Vistoria.pdf (34.64 KB)
- Anexo II - Anexo II - Modelo de Declaracao de Contratos Firmados - IN 05 2027.pdf (141.76 KB)
- Anexo III - Anexo III - Instrumento de Medicao de Resultados (IMR).pdf (217.93 KB)
- Anexo IV - Anexo IV - ETP 73/2025 ATUALIZADO.pdf (205.5 KB)

Anexo I

ATESTADO DE VISTORIA

DECLARAMOS, para fins de participação no processo licitatório PREGÃO ELETRÔNICO para contratação do serviço de **locação de veículos elétricos** para a COGIC - Coordenadoria-Geral de Infraestrutura dos Campi - Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, que a licitante _____ representada legalmente por (nome completo) _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, instalada no endereço _____ na cidade de _____, compareceu nesta data, no Campus Fiocruz Manguinhos, Rio de Janeiro/RJ e tomou conhecimento das condições ambientais e técnicas que condicionam a prestação dos serviços alvo desta contratação.

Durante a vistoria supracitada, a empresa inspecionou o local a ser executado os serviços e o uso dos equipamentos a serem disponibilizados.

DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA

Concordamos com os termos da declaração acima, dando-nos por satisfeitos com as informações obtidas e declaramos capacitados a elaborar nossa proposta para a licitação.

Local e data:

[Nome do Representante Legal]

[Nº da Carteira de Identidade/Órgão Emissor]

Nota: A empresa ou consórcio deverá anexar a esta declaração documento comprobatório da competência da assinatura de seu representante como representante legal.

ANEXO VII-E
MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A
INICIATIVA PRIVADA E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Declaro que a empresa _____,
inscrita no CNPJ (MF) nº _____, inscrição estadual nº
_____, estabelecida em _____, possui
os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e a Administração Pública:

Nome do Órgão/Empresa	Vigência do Contrato	Valor total do Contrato*
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
Valor total dos Contratos		R\$_____

Local e data

Assinatura e carimbo do emissor

Observação:

Nota 1: Além dos nomes dos órgãos/empresas, o licitante deverá informar também o endereço completo dos órgãos/empresas, com os quais tem contratos vigentes.

Nota 2: *Considera-se o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado.

INSTRUÇÃO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS - IMR

Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviço Contínuo de Locação de Veículos Leves/Pesados e Equipamentos de Carga para atender as demandas dos Campi Fiocruz/RJ

Parâmetros de Avaliação dos Serviços Prestados				Pontuação Aplicada
INDICADOR DE DESEMPENHO	Marque sua resposta com um "X"			
	Disponibilidade Operacional	1.Durante o mês de referência, os veículos e equipamentos contratados permaneceram disponíveis para uso por, no mínimo, 95% dos dias úteis previstos, considerando as ocorrências de manutenção e substituição imediata em caso de falha?		
		<i>(Evidência esperada: relatórios de manutenção e operação, planilhas de controle de uso diário e registros de substituição de veículos/equipamentos.)</i>		pontos
	<div><div></div><div>Ótimo</div><div></div><div>Bom</div><div></div><div>Ruim</div><div></div><div>Péssimo</div></div>			
	Cumprimento das Rotinas e Demandas	2- As rotinas operacionais e demandas programadas foram executadas dentro dos prazos e padrões definidos?		
		<i>(Evidência Esperada: Planilhas de atendimento, registros de rotinas concluídas e relatórios de fiscalização.)</i>		pontos
	<div><div></div><div>Ótimo</div><div></div><div>Bom</div><div></div><div>Ruim</div><div></div><div>Péssimo</div></div>			
	Tempo Médio de Atendimento às Demandas	3. As solicitações operacionais, manutenções corretivas e substituições de veículos e equipamentos foram atendidas dentro do tempo máximo de 4 horas úteis após o registro da ocorrência pela fiscalização?		
		<i>(Evidência esperada: registros de chamados, protocolos de atendimento, planilhas de controle de tempo de resposta e relatórios de fiscalização.)</i>		pontos
	<div><div></div><div>Ótimo</div><div></div><div>Bom</div><div></div><div>Ruim</div><div></div><div>Péssimo</div></div>			
Condições Técnicas e Conservação	4. Os veículos/equipamentos mantiveram boas condições de funcionamento e conservação, sem falhas recorrentes ou paralisações injustificadas?			
	<i>(Evidência Esperada: Relatórios mensais de manutenção, registros de falhas, inspeções técnicas e vistorias.)</i>		pontos	
<div><div></div><div>Ótimo</div><div></div><div>Bom</div><div></div><div>Ruim</div><div></div><div>Péssimo</div></div>				
Segurança Operacional	5. Foram observadas as normas de segurança durante a execução dos serviços e operação dos equipamentos?			
	<i>(Evidência Esperada: Relatórios de segurança, registros de incidentes e inspeções da fiscalização.)</i>		pontos	
<div><div></div><div>Ótimo</div><div></div><div>Bom</div><div></div><div>Ruim</div><div></div><div>Péssimo</div></div>				
Gestão de Resíduos (MTR/CDF)	6. Foram entregues, no mês, os manifestos e certificados de destinação dos resíduos gerados?			
	<i>(Evidência Esperada: MTRs e CDFs do mês, conferidos e validados pela fiscalização.)</i>		pontos	
<div><div></div><div>Ótimo</div><div></div><div>Bom</div><div></div><div>Ruim</div><div></div><div>Péssimo</div></div>				
Conformidade Ambiental	7. Todos os veículos e equipamentos utilizados estiveram em conformidade com as normas de emissões e ruído previstas na legislação?			
	<i>(Evidência Esperada: Certificados de conformidade, registros de manutenção e inspeções.)</i>		pontos	
<div><div></div><div>Ótimo</div><div></div><div>Bom</div><div></div><div>Ruim</div><div></div><div>Péssimo</div></div>				
Conformidade Técnica do Serviço Prestado	8. Os serviços foram executados em conformidade com os padrões técnicos e especificações definidos no Termo de Referência?			
	<i>(Evidência Esperada: Relatórios mensais de fiscalização, checklists de conformidade e registros de inspeção.)</i>		pontos	
<div><div></div><div>Ótimo</div><div></div><div>Bom</div><div></div><div>Ruim</div><div></div><div>Péssimo</div></div>				
Ações Corretivas e Melhorias	9. As não conformidades identificadas no mês anterior foram corrigidas dentro dos prazos estabelecidos?			
	<i>(Evidência Esperada: Relatórios de correção, evidências fotográficas e novos checklists confirmando a regularização.)</i>		pontos	
<div><div></div><div>Ótimo</div><div></div><div>Bom</div><div></div><div>Ruim</div><div></div><div>Péssimo</div></div>				
Relatórios e Comunicação com a Fiscalização	10. A contratada apresentou todos os relatórios mensais de execução, com informações completas e dentro do prazo?			
	<i>(Evidência Esperada: Relatórios mensais, planilhas e documentos protocolados no prazo contratual.)</i>		pontos	
<div><div></div><div>Ótimo</div><div></div><div>Bom</div><div></div><div>Ruim</div><div></div><div>Péssimo</div></div>				

Pontuação Atingida:	0	Percentual de Glosa	5%	Valor da Fatura	R\$	-
---------------------	---	---------------------	----	-----------------	-----	---

Resultado % de Não Conformidade	0%
% de Não Conformidade = (Qtd. de itens Ruim + Péssimo) ÷ (Qtd. total de perguntas)	

GLOSA A SER APLICADA	R\$ 0,00
----------------------	----------

Observações, apontamentos e/ou outras situações identificadas:

Legenda			
ÓTIMO <i>a Expectativa</i> Superou	BOM Atendeu Totalmente	RUIM Atendeu Parcialmente	PÉSSIMO Não Atendeu
10 pontos	8 pontos	5 pontos	2 pontos

Declaro ter realizado a verificação dos indicadores de desempenho e das evidências apresentadas, conforme critérios definidos neste Instrumento de Medição de Resultados (IMR), atestando o resultado final para fins de pagamento e eventuais glosas.

Fiscal Técnico(a) – Nome / Matrícula / GRSA/CSO/COGIC

Fiscal Administrativo(a) – Nome / Matrícula / CSO/COGIC

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DO CAMPUS-FIOCRUZ

Estudo Técnico Preliminar 73/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: 25389.000170/2025-74

2. Descrição da necessidade

A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz/RJ) necessita assegurar apoio logístico contínuo e eficiente às suas unidades técnico-administrativas, laboratoriais e hospitalares, por meio de serviços de locação de veículos leves, pesados e equipamentos de carga com operador, destinados à movimentação de materiais, insumos, resíduos, equipamentos, apoio a obras e serviços de manutenção nos *campi* localizados no Estado do Rio de Janeiro.

As atividades desenvolvidas pela instituição exigem disponibilidade permanente de veículos e máquinas adequadas para execução segura e ágil de serviços operacionais, muitas vezes realizados em áreas de acesso restrito, com necessidade de transporte interno, içamento, escavação e movimentação de cargas diversas.

A inexistência de frota própria suficiente e a limitação de recursos humanos e materiais para operar e manter veículos e equipamentos de grande porte tornam inviável a execução direta desses serviços pela Administração. A demanda é contínua e diversificada, variando conforme as programações de obras, serviços de campo e manutenção predial, o que exige flexibilidade operacional e pronta resposta às solicitações das unidades.

A falta de meios adequados de transporte e movimentação de cargas comprometeria a logística institucional, impactando o andamento de obras, a coleta e transporte de resíduos, a entrega de materiais e a execução de atividades essenciais de manutenção e infraestrutura, resultando em prejuízos à eficiência administrativa e à continuidade dos serviços públicos prestados pela Fiocruz.

Assim, a contratação proposta visa suprir essa necessidade operacional permanente, garantindo à instituição disponibilidade de frota adequada, operadores capacitados, segurança nas operações e cumprimento das normas técnicas aplicáveis, de modo a assegurar o funcionamento contínuo e sustentável das atividades logísticas e de apoio à infraestrutura nos *campi* da Fiocruz/RJ.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenação de Serviços Operacionais (CSO)	Fábio Henrique Cerqueira Abreu
Gestão de Resíduos e Sustentabilidade Ambiental (GRSA)	Jorge de Oliveira Cariuz

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A presente contratação tem por objetivo assegurar a disponibilidade contínua de veículos leves, pesados e equipamentos de carga, com operador, em condições adequadas de uso, desempenho e segurança, destinados ao apoio logístico e operacional das unidades da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz/RJ).

O serviço visa atender às rotinas de transporte interno de materiais e equipamentos, movimentação de cargas, apoio a obras, manutenção de infraestrutura e demais atividades essenciais à continuidade das operações institucionais.

O contrato deverá ter vigência mínima de 12 (doze) meses, com possibilidade de prorrogação por iguais e sucessivos períodos, conforme o art. 106 da Lei nº 14.133/2021, observado o limite legal vigente e a manutenção da vantajosidade.

A empresa contratada deverá atender às especificidades operacionais e geográficas da Fiocruz/RJ, abrangendo todos os campi sob gestão da Coordenação-Geral de Infraestrutura dos Campi (COGIC).

A execução deverá contemplar atividades nos seguintes contextos:

- Transporte interno de materiais e equipamentos;
- Movimentação de cargas e insumos técnicos;
- Apoio a obras e serviços de manutenção;
- Atendimentos eventuais em caráter emergencial ou programado.

Os serviços deverão ser prestados de forma diária e contínua, incluindo eventuais atendimentos em finais de semana e feriados, quando solicitado pela Administração, em conformidade com o princípio da eficiência (art. 5º da Lei nº 14.133/2021).

Para a adequada execução do objeto, a contratada deverá observar, no mínimo, os seguintes requisitos técnicos:

- Disponibilização integral e permanente dos veículos e equipamentos locados, em perfeito estado de funcionamento, com manutenção preventiva e corretiva sob responsabilidade exclusiva da contratada;
- Substituição imediata de qualquer unidade em caso de falha, avaria ou indisponibilidade;
- Operação por profissionais qualificados, devidamente habilitados e capacitados para o tipo de veículo ou equipamento operado, conforme as normas vigentes;
- Atendimento às normas de segurança e saúde ocupacional, especialmente a NR-11 (Transporte, Movimentação, Armazenagem e Manuseio de Materiais) e demais regulamentos aplicáveis;
- Adoção de registros e relatórios operacionais, assegurando a rastreabilidade, o controle de uso e a transparência da execução contratual.

Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental

A contratação deverá observar os princípios da Política Nacional de Contratações Sustentáveis (PNCS), instituída pelo Decreto nº 12.771 /2025, bem como a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010 e Decreto nº 10.936/2022).

A empresa deverá adotar práticas que contribuam para:

- Obedecer aos limites máximos de ruído e aos limites máximos de emissão e poluentes provenientes do escapamento;
- Redução do consumo de combustíveis fósseis;
- Manutenção preventiva que garanta o bom funcionamento do veículo e seja voltada à eficiência energética e à redução de emissão de gases poluentes;
- Destinação ambientalmente adequada de resíduos automotivos e peças substituídas;
- Utilizar empresa de lavagem/higienização que possua licença ambiental;
- Obedecer a Resolução ANTT nº 5232, de 14/12/2016, quando do transporte de pequenas cargas perigosas (amostras e/ou produtos laboratoriais);
- Integração das ações ao Plano de Logística Sustentável (PLS) da Fiocruz.

A definição desses requisitos visa garantir que a contratação atenda às necessidades institucionais da FIOCRUZ RJ, assegurando a qualidade, segurança e eficiência dos serviços prestados. A equipe de planejamento da contratação poderá elaborar ajustes durante a emissão do Termo de Referência, conforme o disposto no art. 18 e seguintes da Lei nº 14.133/2021 que tratam do planejamento das contratações públicas.

5. Levantamento de Mercado

No que se refere à busca da melhor solução para o atendimento da necessidade de serviços de locação de veículos leves, pesados e equipamentos de carga com operador, a Equipe de Planejamento da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz/RJ) realizou levantamento de mercado com vistas a identificar a forma mais eficiente e vantajosa de execução do serviço, considerando os requisitos técnicos e operacionais estabelecidos neste Estudo Técnico Preliminar.

Execução Atual

Atualmente, os serviços de apoio logístico e operacional relacionados à locação de veículos leves, pesados e equipamentos de carga com operador são executados por empresa contratada, com disponibilidade de frota e operadores designados conforme a demanda das unidades da Fiocruz/RJ.

Esse modelo tem se mostrado adequado, uma vez que as atividades são contínuas e essenciais para o funcionamento dos campi, garantindo o transporte seguro de materiais, insumos e resíduos, bem como o apoio a serviços de manutenção, movimentação de cargas e atendimento a demandas emergenciais.

A execução ocorre de forma planejada e supervisionada, com veículos e equipamentos operacionais em condições adequadas de uso, operadores devidamente habilitados e manutenção preventiva sob responsabilidade da contratada, assegurando eficiência, segurança e continuidade dos serviços prestados à instituição.

Alternativas de Execução Avaliadas

a) Execução direta (com frota própria da Fiocruz):

Foi analisada a possibilidade de aquisição ou utilização de frota própria de veículos e equipamentos, sob gestão interna.

Essa alternativa foi descartada, tendo em vista:

- a inexistência de dotação orçamentária e de estrutura de gestão de frota própria;
- o elevado custo de manutenção, depreciação e seguro;
- a necessidade de operadores especializados e substituições contínuas;
- e o risco de ociosidade em períodos de menor demanda.

b) Execução por demanda (contratação eventual ou por hora):

Considerou-se a hipótese de contratação por hora de uso, tarefa ou evento específico.

Essa forma, embora possa oferecer flexibilidade em situações pontuais, não garante a continuidade nem a disponibilidade imediata dos veículos e equipamentos, requisitos essenciais para o atendimento das rotinas operacionais e emergenciais dos campi.

c) Execução indireta por empresa especializada (locação e diária - com operador):

A alternativa mais eficiente e compatível com as necessidades institucionais é a contratação de empresa especializada para prestação contínua dos serviços, em regime sem dedicação exclusiva de mão de obra, conforme o art. 6º, inciso XL, da Lei nº 14.133/2021.

Esse modelo permite:

- disponibilidade integral e contínua dos veículos e equipamentos;
- responsabilidade da contratada pela manutenção preventiva e corretiva;
- substituição imediata em caso de falha ou indisponibilidade;
- e otimização de custos com base na utilização real dos equipamentos.

Pontos Fortes da Solução Adotada

- Garante pronta resposta em situações de reforço temporário, obras, eventos, manutenção corretiva ou emergências.
- Combina pagamento fixo mensal (para a frota essencial e permanente) com pagamento variável por diária (para demandas pontuais), evitando custos com ociosidade e assegurando que a despesa seja proporcional ao uso efetivo.
- Maximiza a economicidade e reduz o custo global do contrato.
- A contratada assume integralmente os custos de manutenção preventiva e corretiva, seguros obrigatórios, licenciamento e substituição imediata em caso de falha ou indisponibilidade.
- Atende aos princípios da eficiência, economicidade e vantajosidade (art. 5º da Lei nº 14.133/2021), e ao conceito de execução indireta previsto no art. 6º, XL, da mesma lei.
- Garante segurança jurídica e aderência às boas práticas de planejamento público (IN SEGES/ME nº 65/2021).

- Proporciona rastreabilidade e previsibilidade orçamentária.

Conclusão do Levantamento:

Considerando o contexto operacional da Fiocruz/RJ e a necessidade de garantir apoio logístico contínuo e flexível às atividades institucionais, a contratação de empresa especializada para a locação de veículos leves, pesados e equipamentos de carga com operador, em modelo misto de remuneração mensal e por diária, apresenta-se como a solução mais eficiente, segura e economicamente vantajosa.

Durante o levantamento, foram identificadas empresas especializadas com atuação consolidada nos segmentos, aptas a oferecer frota diversificada, operadores habilitados e estrutura técnica adequada às exigências contratuais. Essas referências permitiram caracterizar o mercado de forma representativa, em conformidade com as diretrizes da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021 e com os princípios do planejamento das contratações públicas previstos na Lei nº 14.133/2021.

Fornecedores Consultados

Para obtenção de valores referenciais atualizados, foram encaminhadas solicitações de propostas comerciais às seguintes empresas do setor, por meio de correspondência eletrônica institucional:

Endereço Eletrônico dos Fornecedores Consultados
operacional@jactransportes.com.br;
alexandre@terraprometidarj.com.br;
eduardo.lobato@ts.bra.com;
faturamento@multiamerican.com.br;
sabrina.imasterservicos@gmail.com;
comercial@paranatransportes.com.br;
comercial@localguiandastes.com.br;
contato@cargox.com.br;
contato@fracione.com.br;
comercial@expressoeloim.com.br;
comercial.rj@effex.com.br;
contato@ketlog.com;
cevik@ceviktransporte.com.br;
nilza@terraprometidarj.com.br;
odilon.amaral@icar.eng.br;
contato@rodomafe.com.br;
contato@riolopes.com.br;
clean@cleansolucoesambientais.com.br;
lincoln@tributocontabil.com.br;
contato@gaeaverental.com.br;
gerencia@paranatransportes.com.br;
comercial@vicmunk.com.br;
mariana@renovesolucoes.com;
contratos@grupormtransportes.com.br;
locadora.rm@hotmail.com;
diretoria@onixtransporte.com.br;
comercial@onixtransporte.com.br;
contato@mtechlocacoes.com.br;
nortesultransportes@gmail.com;
mariadosocorromota@gmail.com;
accatransportes@gmail.com;
rafael.s.barbosaa@gmail.com;
mdtransporte1@hotmail.com;

contato@fwtransportes.com;
help@helptransportes.com.br;
sac@brcargapesada.com.br;
vendas@visionimplementos.com.br;
stllocacoes@gmail.com;
gms@gmstransportes.com;
comercial@ematransporte.com.br;
vendas@locbrasillocacao.com.br;
comercial@pesadosgrt.com;
comercial@variemaq.com.br;
novaloclocacoes@gmail.com;
contato@alummaq.com.br;
posvenda@cicloway.com.br
contratosgrupormtransportes@gmail.com
administrativo@phxlog.com

As solicitações foram formalizadas via correspondência eletrônica institucional, conforme comprovado no documento “Solicitação de Proposta Comercial – Veículos e Equipamentos de Carga”, arquivado nos autos do processo (Id. SEI 5052293).

6. Descrição da solução como um todo

Após a análise das alternativas apresentadas no item “Levantamento de Mercado” e considerando os aspectos técnicos, operacionais e econômicos envolvidos, conclui-se que a solução mais adequada às necessidades da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz/RJ) é a contratação de empresa especializada para a locação de veículos leves, pesados e equipamentos de carga com operador, sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra, adotando modelo misto de remuneração, composto por pagamento mensal pela locação regular e pagamento por diária para atendimentos eventuais ou sob demanda específica.

Esse modelo assegura disponibilidade contínua dos veículos e equipamentos essenciais às atividades permanentes, aliada à flexibilidade para atender demandas eventuais ou emergenciais por meio de diárias. Dessa forma, equilibra-se previsibilidade orçamentária e eficiência operacional, permitindo o pagamento proporcional ao uso efetivo e evitando custos decorrentes de ociosidade.

A solução ora proposta é habitual, rotineira e essencial à continuidade das atividades institucionais, considerando a natureza das operações da Fiocruz/RJ, que envolvem rotinas permanentes de transporte de materiais, insumos, resíduos, equipamentos e apoio logístico às unidades hospitalares, laboratoriais e administrativas. A execução regular e sob demanda dos serviços de locação permite resposta imediata às necessidades operacionais e emergenciais, garantindo o funcionamento ininterrupto das atividades finalísticas da Fundação, com segurança, eficiência e adequação às particularidades de cada campus.

A responsabilidade da contratada abrange a manutenção preventiva e corretiva, o fornecimento de seguros obrigatórios, o licenciamento da frota e a substituição imediata em caso de falha ou indisponibilidade, garantindo segurança, confiabilidade e continuidade das operações. Os operadores deverão ser devidamente habilitados e capacitados, observando as normas de segurança aplicáveis e as orientações da fiscalização contratual.

A remuneração será realizada de acordo com a utilização efetiva dos veículos e equipamentos, mediante pagamento mensal e/ou por diária, condicionada à aferição dos resultados pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultados (IMR) e nos relatórios de acompanhamento.

A solução proposta revela-se eficiente, segura e economicamente vantajosa, pois:

- assegura a continuidade das atividades logísticas e operacionais dos campi;

- oferece flexibilidade e racionalização dos custos, conforme a demanda real;
- transfere à contratada os encargos de manutenção e gestão da frota;
- e garante aderência às normas legais e às boas práticas de planejamento previstas na Lei nº 14.133/2021 e na IN SEGES/ME nº 65/2021.

Assim, a contratação de empresa especializada para a locação de veículos leves, pesados e equipamentos de carga com operador, sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra, constitui a solução mais eficiente, vantajosa e compatível com as necessidades institucionais da Fiocruz/RJ, assegurando continuidade, economicidade, execução e desempenho operacional adequado.

A solução assegura que a Fiocruz/RJ mantenha suporte logístico contínuo, minimizando riscos operacionais e fortalecendo a eficiência institucional e a governança contratual.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Conforme o levantamento técnico realizado e as informações consolidadas pela Coordenação de Serviços Operacionais (CSO), em conjunto com as unidades vinculadas à Coordenação-Geral de Infraestrutura dos Campi (COGIC/Fiocruz/RJ), procedeu-se à definição dos quantitativos necessários de veículos e equipamentos de carga, considerando as demandas operacionais dos campi e o histórico de utilização registrado nos últimos três anos.

A análise abrangeu:

- a) os registros administrativos de utilização da frota e de equipamentos mantidos pela GRSA/CSO/COGIC;
- b) as demandas apresentadas pelos departamentos usuários, consolidadas em reuniões técnicas com a Coordenação de Projetos e Obras (CPO) e com a Coordenação de Engenharia de Manutenção (CEM);
- c) as características geográficas e funcionais dos campi, com variações de acesso, relevo e dispersão de edificações;
- d) a natureza das atividades de transporte e apoio logístico, que envolvem movimentação de materiais, resíduos e equipamentos;
- e) a frequência de solicitações emergenciais ou sob demanda, que requerem veículos e maquinários de pronto uso.

Durante o processo, o CEM indicou a necessidade de inclusão de novos equipamentos, como a plataforma pantográfica tipo tesoura e a Plataforma Tecnológica de Apoio (PTA), ambos essenciais à execução de serviços em altura e manutenção predial. Também se verificou que o caminhão munck atualmente pertencente à frota própria da Fiocruz não tem atendido plenamente às necessidades operacionais, justificando a locação complementar para garantir disponibilidade e segurança nas atividades.

Com base nesses parâmetros, foram definidos quantitativos que asseguram suficiência operacional e flexibilidade, compatíveis com o modelo de remuneração por locação mensal e por diária. A locação mensal foi dimensionada para cobrir a demanda regular e contínua de transporte e apoio logístico, enquanto as diárias destinam-se a atendimentos pontuais, reforços operacionais e situações emergenciais, garantindo agilidade sem gerar custos de ociosidade.






O dimensionamento adotado busca equilibrar eficiência, continuidade e economicidade, ajustando a capacidade instalada à demanda efetiva de cada unidade. Os Quadros 1 e 2 apresentam o demonstrativo detalhado dos quantitativos estimados de veículos e equipamentos de carga, com suas respectivas periodicidades de uso e regime de pagamento (mensal ou por diária).

Dessa forma, a estimativa elaborada demonstra-se tecnicamente necessária, operacionalmente compatível e juridicamente amparada na legislação vigente, observando os princípios da eficiência, vantajosidade e sustentabilidade financeira previstos nos arts. 5º e 11 da Lei nº 14.133/2021.

Quadro 1 - Veículos Leves/Pesados com Motorista

Item 1	EQUIPAMENTOS ELEVAÇÃO MOVIMENTAÇÃO DE CARGA COM OPERADOR	MODALIDAD E DE PRESTAÇÃO	QTD. ESTIMADA MENSAL	QTD. ESTIMAD A ANUAL	Imagem Ilustrativa
	Retroescavadeira	Locação	1	12	
	Mini-Retroescavadeira	Locação	1	12	
	Plataforma Pantográfica Tesoura	Diária	5	60	
	Plataforma Tecnológica de Apoio (PTA)	Locação	1	12	

Quadro 2- Equipamentos Elevação/Movimentação de Carga com Operador

	VEÍCULOS LEVES/PESADOS COM MOTORISTA	MODALIDADE DE PRESTAÇÃO	QTD. ESTIMADA MENSAL	QTD. ESTIMADA ANUAL	Imagem Ilustrativa
Item 2	Caminhão Basculante (carga Seca)	Locação	1	12	
	Caminhão Baú - Carga Seca	Locação	1	12	
	Caminhão com Elevador de Carga (Lift/Rampa)	Locação	1	12	
	Caminhão Baú com Plataforma Hidráulica	Locação	1	12	
	Caminhão Munk	Diária	23	276	

Observação: As descrições detalhadas dos veículos/equipamentos estarão disponíveis no item 5 do Termo de Referência.

O dimensionamento ora apresentado constitui referência preliminar para o Termo de Referência e poderá ser refinado durante a consolidação dos documentos complementares de planejamento (Mapa de Riscos e IMR), garantindo coerência, rastreabilidade e efetividade da contratação.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 3.316.229,88

O valor estimado da contratação do serviço contínuo de locação de veículos leves, pesados com motorista e equipamentos de carga, com operador e sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra, destinado a atender às demandas logísticas e operacionais dos campi da Fiocruz/RJ, foi definido com base em metodologia de pesquisa de preços alinhada às normas e boas práticas de planejamento de contratações públicas. As fontes utilizadas para a pesquisa de preços encontram-se detalhadas e documentadas nos autos, em observância ao art. 18, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021, assegurando transparência, rastreabilidade e coerência com o Estudo Técnico Preliminar (ETP).

As pesquisas de mercado consideraram as seguintes bases de consulta:

- Processos licitatórios de outros órgãos e entidades públicas;
- Portal ComprasNet e Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);
- Portal da Transparência, com análise de notas fiscais e contratos públicos;
- Contratações similares realizadas pela Administração Pública, em conformidade com o art. 5º, §1º, da IN SEGES/ME nº 65/2021.

Como etapa de complementação da amostra, foram obtidas propostas formais junto a empresas especializadas no segmento de locação de veículos e equipamentos de carga, mediante envio e recebimento de e-mails institucionais, conforme previsto no item 5 – Levantamento de Mercado.

Para a consolidação da estimativa, foram também consideradas referências extraídas de processos licitatórios e registros de preços de outros órgãos e entidades públicas, que apresentaram similaridade de objeto, escopo e condições de execução. Entre as principais fontes consultadas destacam-se o Pregão Eletrônico nº 90003/2024 – ILMD/Fiocruz-AM, o Pregão Eletrônico nº 91.002/2025 – COGIC/Fiocruz-RJ, o Pregão Eletrônico nº 68/2025 – Prefeitura de Ubatuba/SP, o Pregão Eletrônico nº 272/2025 – Prefeitura de Doutor Pedrinho/SC, o Pregão Eletrônico nº 24/2025 – Prefeitura de Morro do Chapéu/BA, o Pregão Eletrônico nº 48/2025 – Prefeitura de Turvo/SC, a Contratação nº 80/2025 – Prefeitura de Cerqueira César/SP, o Registro de Preço nº 005/2025 – Prefeitura de Tiradentes do Sul/RS e o Pregão Eletrônico nº 25/2020 – COGIC/Fiocruz-RJ. Complementarmente, foram realizadas consultas ao Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e ao Portal ComprasNet, de modo a ampliar a amostra e verificar a compatibilidade dos valores com contratos públicos vigentes e parâmetros de mercado.

Na composição da amostra, adotou-se a aplicação do desvio-padrão para ambos os itens.

Para o Item 1, foram considerados todos os valores coletados, em razão da representatividade das fontes e por estarem dentro dos limites de variação admitidos pelo desvio-padrão. Nesse caso, os preços obtidos no PNCP e no Pregão Eletrônico nº 272/2025 – Prefeitura de Doutor Pedrinho/SC, ainda que apresentassem pequenas variações acima ou abaixo do desvio-padrão, foram mantidos na média da Administração, em conformidade com a hierarquia de critérios prevista na referida Instrução Normativa, priorizando-se os valores provenientes do PNCP e de pregões eletrônicos.

Para o Item 2, inicialmente foi considerado o preço apresentado pela empresa Variemaq Locações, no valor de R\$ 869,57, resultando em um montante de R\$ 1.936.295,16. Contudo, após análise técnica, desconsiderou-se o valor da empresa Variemaq Locações por estar significativamente abaixo do desvio-padrão e destoar do comportamento geral do mercado. Assim, o valor final estimado para o Item 2 foi de R\$ 2.041.895,52.

Ressalta-se que, embora os preços obtidos no PNCP e no Pregão Eletrônico nº 91.002/2025 – COGIC/Fiocruz-RJ apresentassem valores ligeiramente acima do desvio-padrão, estes foram mantidos na composição da média da Administração, em observância à ordem de prioridade dos parâmetros estabelecida no art. 5º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021.

Após a análise técnica e de mercado, verificou-se que o preço médio estimado da Administração para a nova contratação é de R\$ 3.316.229,88 (três milhões, trezentos e dezesseis mil, duzentos e vinte e nove reais e oitenta e oito centavos), valor resultante da soma das estimativas individuais por item, sendo R\$ 1.274.334,36 (um milhão, duzentos e setenta e quatro mil, trezentos e trinta e quatro reais e trinta e seis centavos) para o **Item 1** e R\$ 2.041.895,52 (dois milhões, quarenta e um mil, oitocentos e noventa e cinco reais e cinquenta e dois centavos) para o **Item 2**.

Diante do exposto, conclui-se que o valor estimado para a nova contratação decorre de critérios técnicos, quantitativos e legais devidamente justificados, refletindo a atualização dos valores de mercado. O resultado obtido representa a média ponderada das cotações válidas, obtidas a partir das fontes analisadas neste estudo, assegurando a representatividade dos valores praticados e a conformidade com os princípios da economicidade, eficiência e continuidade do serviço público, nos termos do art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1 Fundamentação Legal e Técnica

Nos termos do art. 40, §1º, da Lei nº 14.133/2021, a Administração deve promover o parcelamento do objeto sempre que tecnicamente viável e economicamente vantajoso, de modo a ampliar a competitividade e assegurar a seleção da proposta mais vantajosa. Por outro lado, o §2º do mesmo artigo permite a adoção de solução unificada quando o parcelamento se mostrar tecnicamente inviável ou economicamente desvantajoso.

No presente caso, considerando a natureza e a diversidade dos serviços envolvidos, optou-se pela estruturação parcelada da solução, em dois itens distintos.

O parcelamento foi considerado a alternativa mais vantajosa por possibilitar maior competitividade, especialização técnica e economicidade, permitindo a participação de empresas com atuação específica em cada segmento — veículos ou equipamentos de carga — e evitando restrição indevida à ampla concorrência. Essa divisão preserva o equilíbrio entre abrangência e especialização, assegurando que cada grupo de serviços seja executado por fornecedores tecnicamente habilitados no respectivo nicho de atuação.

A opção por dividir o objeto em itens distintos decorre da constatação da viabilidade técnica e econômica dessa estrutura, que favorece a seleção da proposta mais vantajosa por item, preservando a economicidade global e garantindo adequação entre a capacidade operacional das contratadas e o escopo do objeto.

O modelo adotado mantém a unidade funcional da solução, visto que os itens permanecem integrados ao mesmo planejamento de execução, fiscalização e medição contratual, assegurando padronização operacional, coordenação técnica e controle unificado de resultados.

Dessa forma, o parcelamento do objeto mostra-se técnica, operacional e economicamente vantajoso, atendendo integralmente ao disposto no art. 40, §§1º e 2º, da Lei nº 14.133/2021.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1 Análise da Interdependência

Após análise técnica e administrativa, não foram identificadas contratações interdependentes que impactem ou condicionem a execução do objeto ora demandado.

O serviço de locação de veículos leves, pesados e equipamentos de carga com operador, sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra, será executado de forma autônoma e independente, atendendo às necessidades logísticas e operacionais dos diversos *campi* da Fiocruz/RJ.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1 Vinculação ao Planejamento Institucional

A presente contratação está alinhada ao Planejamento Estratégico Institucional e ao Plano de Contratações Anual (PCA) da Fundação Oswaldo Cruz, atendendo às diretrizes da Coordenação-Geral de Infraestrutura dos Campi – COGIC, no âmbito das ações voltadas à gestão sustentável, eficiência operacional e racionalização do uso dos recursos públicos.

11.2 Contribuição para os Objetivos Estratégicos

A contratação contribui diretamente para o alcance das metas estratégicas e operacionais da Fiocruz, em especial:

- Garantir a continuidade das operações logísticas e de manutenção nos campi da instituição;
- Promover a economicidade e a eficiência na gestão de frotas e equipamentos, mediante substituição da aquisição direta pelo modelo de locação operacional, reduzindo custos de capital e manutenção;
- Fortalecer a sustentabilidade institucional, em consonância com o Plano de Logística Sustentável (PLS) e com o Decreto nº 12.516 /2025, que institui a Política Nacional de Contratações Sustentáveis (PNCS);
- Assegurar conformidade orçamentária e financeira, em observância à Lei Orçamentária Anual (LOA) e às diretrizes do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP.

Dados do Projeto:

- **Subunidade:** Coordenação de Serviços Operacionais;
- **Projeto:** 0032.2000.565 .00025 - Proc: 170/2025-74 - Prestação de Serviço Contínuo de Veículos Leves/Pesados e Equipamentos de Carga;
- **Iniciativa/Programa Temático:** 0032 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo;
- **Ação Orçamentária:** 2000 Administração da Unidade de Custeio;
- **Finalidade:** 565 Gestão Administrativa;
- **Programa de Trabalho:** 10122003220000033;
- **Fonte de Recurso:** 1002000000 - LOA Corrente;
- **Locação de Equipamentos de Carga com Operador;**
- **Natureza de Despesa:** 339039 - Outros Serv. de Terceiro-Pessoa Jurídica;
- **Sub-item:** 339039-12;
- **Grupo:** 732;
- **Cód .Serv.:** 4049;

- DFD: 006/2026;
- Contratação: 515/2026.
- **Locação de Veículos Leves/Pesados com Motorista;**
- **Natureza de Despesa:** 339033 - Passagens e Desp. com Locomoção;
- **Sub-item:** 339033-03;
- **Grupo:** 732;
- **Cód.Serv.:** 25089;
- DFD: 007/2026;
- Contratação: 516/2026.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação do serviço contínuo de locação de veículos leves, pesados e equipamentos de carga com operador, sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra, proporcionará ganhos operacionais, econômicos e ambientais para a Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz/RJ, assegurando suporte logístico essencial às atividades institucionais, com foco em eficiência, sustentabilidade e governança.

Os principais benefícios esperados são:

a) **Eficiência Operacional:**

Otimização das rotinas de transporte e movimentação de materiais, com disponibilidade contínua de veículos e equipamentos, substituição imediata em caso de falhas e agilidade no atendimento das demandas internas dos campi.

b) **Maior Disponibilidade Operacional:**

Garantia de cobertura ininterrupta dos serviços logísticos e de apoio, assegurando o funcionamento pleno das atividades administrativas e de manutenção da infraestrutura.

c) **Padronização Técnica e Qualitativa:**

Uniformização dos procedimentos de operação e manutenção da frota e dos equipamentos, com parâmetros de desempenho definidos e monitorados por meio do Instrumento de Medição de Resultados – IMR (Anexo II).

d) **Redução de Custos Operacionais:**

Eliminação de despesas relacionadas à aquisição, manutenção e depreciação de veículos próprios, além da redução de custos corretivos e emergenciais, mediante adoção do modelo de locação operacional.

e) **Previsibilidade Orçamentária:**

Estabelecimento de valores contratuais fixos e previamente planejados, permitindo melhor controle de despesas e maior precisão nas projeções financeiras da unidade gestora.

f) **Sustentabilidade Ambiental:**

Estímulo ao uso racional de recursos e à adoção de práticas ambientalmente sustentáveis, em conformidade com o Decreto nº 12.516 /2025, que institui a Política Nacional de Contratações Sustentáveis (PNCS), e com o Plano de Logística Sustentável (PLS) da Fiocruz. Prioriza-se, sempre que possível, a utilização de veículos e equipamentos de menor impacto ambiental e conformes à legislação vigente.

g) **Atendimento às Diretrizes de Contratações Sustentáveis:**

Fomento à participação de fornecedores que adotem políticas ambientais, sociais e de governança (ESG), em consonância com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da CGU e com as boas práticas de responsabilidade socioambiental previstas nas diretrizes da Administração Pública Federal.

h) **Fortalecimento da Governança Contratual:**

Aprimoramento dos processos de acompanhamento, fiscalização e gestão de desempenho, com papéis e responsabilidades claramente definidos para fiscais, gestores e prepostos, nos termos dos arts. 117 a 119 da Lei nº 14.133/2021.

i) **Contribuição à Segurança Operacional e à Saúde Ocupacional:**

Garantia do uso de equipamentos adequados e operadores devidamente habilitados, reduzindo riscos de acidentes e assegurando conformidade com as normas de segurança, mobilidade interna e saúde ocupacional aplicáveis.

13. Providências a serem Adotadas

Não há necessidade de ações especiais, além dos trâmites convencionais para a realização desta contratação, bem como não são necessárias intervenções e/ou adequações no local para a execução deste contrato.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A execução do contrato poderá gerar impactos ambientais relevantes, em especial devido à operação de veículos de grande porte destinados ao transporte de cilindros de gases (nitrogênio líquido, oxigênio, gelo seco e gases especiais) e ao transporte e coleta de resíduos perigosos.

Essas atividades envolvem riscos de emissões atmosféricas, contaminação ambiental, ruído e manipulação de substâncias e resíduos potencialmente perigosos, devendo observar integralmente a legislação ambiental e de transporte vigente, incluindo a Lei nº 12.305/2010 (PNRS), o Decreto nº 10.936/2022, o Decreto nº 12.516/2025 (PNCS), e as normas técnicas da ABNT e ANTT aplicáveis ao transporte de produtos e resíduos perigosos.

Principais impactos potenciais identificados

- a) Emissões atmosféricas e ruído decorrentes da operação contínua dos veículos e equipamentos de carga;
- b) Risco de vazamento de gases criogênicos (nitrogênio líquido e oxigênio), com possibilidade de asfixia, queimaduras térmicas e impactos localizados em caso de falhas em válvulas ou contenção inadequada;
- c) Risco de contaminação ambiental e ocupacional por contato ou dispersão acidental de resíduos perigosos, especialmente durante o carregamento, descarregamento e transporte até o destino final;
- d) Geração de resíduos provenientes de manutenções preventivas e corretivas dos veículos (óleos, filtros, pneus, peças metálicas, embalagens contaminadas);
- e) Consumo de combustíveis fósseis e lubrificantes, com consequentes emissões de CO e particulados;
- f) Risco de acidentes viários e emergências químicas, durante o deslocamento com cargas pressurizadas ou resíduos perigosos;
- g) Impacto sonoro e vibrações decorrentes da operação dos veículos dentro dos campi e áreas sensíveis (laboratórios, hospitais e centros de pesquisa).

Medidas preventivas e mitigadoras

A contratada deverá adotar as seguintes medidas de prevenção e controle ambiental:

- a) Utilizar veículos e equipamentos em conformidade com o PROCONVE/PROMOT, observando os limites de emissões estabelecidos pelo IBAMA e pelo CONAMA;
- b) Garantir que os veículos destinados ao transporte de gases e resíduos perigosos estejam devidamente sinalizados e licenciados, atendendo às normas da ANTT (Resolução nº 5.998/2022), ABNT NBR 13221 (Transporte de Resíduos Perigosos), ABNT NBR 7500 (Sinalização e Rotulagem de Risco) e ABNT NBR 7503 (Ficha de Emergência);
- c) Exigir motoristas habilitados com curso MOPP (Movimentação e Operação de Produtos Perigosos) e treinamento periódico sobre resposta a emergências e conduta ambiental segura;
- d) Assegurar a manutenção preventiva e corretiva dos veículos em oficinas licenciadas, com destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados (óleos, filtros, pneus e peças substituídas), mediante certificados de destinação final (CDF ou CRT);
- e) No transporte de gases e resíduos perigosos, exigir documentação ambiental completa, incluindo Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR Nacional – SINIR), Ficha de Emergência e FISPQ/SDS atualizada, conforme a ABNT NBR 14725-4;
- f) Garantir o uso de EPIs e EPCs adequados durante as operações de carga e descarga, prevenindo exposição ocupacional e vazamentos;
- g) Adotar planos de contingência e resposta a emergências ambientais, com rotas alternativas, contatos e procedimentos de comunicação imediata aos órgãos competentes (IBAMA, FEEMA/INEA e Defesa Civil), conforme as normas da ANTT e do CONAMA;
- h) Realizar o monitoramento da conformidade ambiental por meio de indicadores específicos no IMR, como percentual de veículos com licenciamento ambiental vigente, conformidade dos MTRs emitidos, e taxa de destinação ambientalmente adequada de resíduos;
- i) Integrar as ações ambientais às Diretrizes de Integridade nas Contratações Públicas, conforme a Portaria SEGES/ME nº 8.678/2021, garantindo transparência, rastreabilidade e prevenção de riscos de fraude ou omissão ambiental;
- j) A Coordenação de Serviços Operacionais (CSO), em conjunto com a Gestão de Resíduos e Sustentabilidade Ambiental (GRSA), supervisionará a adoção dessas medidas e consolidará as informações ambientais em relatórios de acompanhamento contratual.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

A contratação proposta revela-se viável e necessária para assegurar a continuidade e a efetividade das atividades logísticas e operacionais desenvolvidas nos diversos campi da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz/RJ), garantindo suporte essencial às rotinas de transporte de materiais, resíduos, gases e equipamentos utilizados nas operações de manutenção, pesquisa e apoio institucional.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

FABIO HENRIQUE CERQUEIRA ABREU

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 29/01/2026 às 09:25:14.

JORGE DE OLIVEIRA CARIUZ

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 28/01/2026 às 14:35:45.

Documento assinado digitalmente



PRISCILLA DA SILVA NOGUEIRA
Data: 29/01/2026 09:50:52-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente



DARCY RODRIGUES DA SILVA
Data: 30/01/2026 10:59:24-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Diretoria de Administração do Campus

Proposta Pró-Forma

Emitida em: 30/12/2025

Documento: **PR00019/2025-COGIC** Processo: **25389.000170/25-74**
Data da Licitação: // Hora da Licitação: :
Proponente: Telefone:
Endereço: Fax:
Bairro: Cidade:
UF: CEP:
CNPJ/MF Insc. Estadual:
Banco: Agência: Conta Bancária:
Inscrição no SIMPLES: [] SIM [] NÃO
Validade da Proposta:
Prazo de Entrega:

ITENS**Item 1**Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviço Contínuo de Locação de Equipamentos de Carga com Operador - **Unidade: serv. - Quantidade: 1.**

Valor Unitário: R\$ _____ Marca/Procedência: _____

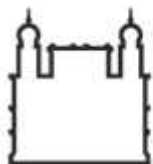
Valor Total: R\$ _____ (_____)

Item 2Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviço Contínuo de Locação de Veículos Leves/Pesados com Motorista - **Unidade: serv. - Quantidade: 1.**

Valor Unitário: R\$ _____ Marca/Procedência: _____

Valor Total: R\$ _____ (_____)

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESAAv. Brasil, 4365 – Manguinhos - CEP:21040-360 - PABX: (21)2209-2020
Rio de Janeiro - RJ - Brasil



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz

Boletim de Serviço Eletrônico em 10/06/2024

COORDENAÇÃO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 185, de 10 de junho de 2024

A Coordenadora Geral de Administração, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pela Portaria do Ministério da Saúde nº 1.978 de 01/08/2017 – DOU 02/08/2017,

RESOLVE:**1. PROPÓSITO**

Art. 1º Estabelecer no âmbito da Fiocruz, as infrações, da praticadas durante os procedimentos licitatórios e os subsequentes à sessão competitiva, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e a dosimetria na aplicação da sanção, com dolo ou culpa:

I. O licitante que deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro e equipe de apoio/Comissão de Licitações durante o certame;

II. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

- a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- c) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- d) deixar de apresentar amostra;
- e) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

III. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

a) recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Fiocruz;

IV. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

V. fraudar a licitação.

VI. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- a) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - b) induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - c) apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- VII. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- VIII. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#);

Art. 2º Com base no art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Fiocruz poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

I. advertência;

II. impedimento de licitar e contratar e

III. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Art.3º Na aplicação das sanções estabelecidas no Art. 2º, desta Portaria serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida.

b) as peculiaridades do caso concreto

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes

d) os danos que dela provierem para a Administração Pública

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

I. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

II. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas, quando não se justificar, que impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo, a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, na forma estabelecida no art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/2021.

III. caberá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas em edital, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, na forma prevista no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

IV. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

Art. 4º Com base na [Lei nº 14.133, de 2021](#), poderá ser aplicada aos licitantes e/ou adjudicatários, garantida a prévia defesa, a penalidade de impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de até **04(quatro)meses** sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal.

Art. 5º As penas previstas no art. 4º desta portaria, poderão ser substituída por penalidade menos gravosa de **Advertência**, caso o licitante faltoso não tenha sofrido registro de penalidade no SICAF em decorrência de quaisquer condutas tipificadas na presente norma, ocorrido em procedimentos licitatórios e que não tenha havido nenhum dano à Fiocruz, em decorrência de qualquer das práticas.

Art. 6º A pena prevista no art. 4º desta portaria, poderá ser **reduzida** em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, quando não tenha havido nenhum dano à Fiocruz, em decorrência de qualquer das práticas.

Art. 7º Deverão ser consideradas e avaliadas as seguintes **atenuantes**:

a) a conduta praticada tenha sido, desde que devidamente comprovada, decorrente de falha não controlada e provocada pelo licitante ou contratado;

b) a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação, desde que devidamente comprovado; ou

c) A conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, desde que evidenciado equívoco em seu encaminhamento e a ausência de dolo.

d) A penalidade a que se refere ao Art. 4º desta portaria será afastada quando a entrega da documentação ocorrer fora dos prazos estabelecidos, desde que não tenha acarretado prejuízos à Fiocruz, observando-se ainda, cumulativamente, que:

- A documentação entregue esteja correta e adequada ao que fora solicitado;

- O eventual atraso no cumprimento dos prazos não seja superior à sua quarta parte;

- O licitante faltoso não tenha sofrido registro de penalidade no SICAF em decorrência da prática de quaisquer condutas tipificadas na presente norma em procedimentos licitatórios ou em contratações ocorridas nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em razão do qual será aplicada a penalidade.

Art. 8º A sanção prevista no art. 4º poderá ser **majorada** em 50% (cinquenta por cento), para cada *agravante*, até o limite de 60 (sessenta) meses, em decorrência do seguinte:

a) Quando restar comprovado que o licitante ou contratado tenha registro no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores- SICAF de penalidade aplicada no âmbito da Fiocruz, em decorrência da prática de qualquer das condutas tipificadas na presente norma, nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade;

b) Quando restar comprovado que o licitante tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital, quando for notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

c) Quando o licitante, deliberadamente, não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório; ou

d) Quando restar comprovado que o licitante tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica.

Art. 9º Quando a ação ou omissão do licitante ou contratante ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a penalidade de impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de até 60(sessenta)meses, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal.

Art. 10º A aplicação das penas previstas nesta portaria não exclui a possibilidade de aplicação de outras sanções previstas no edital, no contrato ou na legislação vigente, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, inclusive por perdas e danos causados à Administração.

Art. 11º Na apuração dos fatos de que trata a presente Portaria, a Administração atuará com base no princípio da boa-fé objetiva, assegurando ao licitante ou ao contratante a ampla defesa e o contraditório,

o direito de juntar todo e qualquer meio de prova necessário à sua defesa, podendo, inclusive, requerer diligências.

Art. 12º No estabelecimento da pena, havendo concomitantemente fatores agravantes e atenuantes descritos nesta portaria. O cálculo para dosimetria da sanção considerará primeiro os fatores para majoração da pena e em seguida aplicar-se os fatores atenuantes, uma única vez, conforme descrito no caput do Art. 6º para redução da pena.

Art. 13º Esta Portaria passa, obrigatoriamente, a fazer parte de todos os editais de licitação na como um de seus Anexos publicados por todas as Unidades da Fiocruz, que deverão ser submetidos à apreciação de parecer jurídico da Procuradoria Federal.

Art. 14º A Autoridade Competente formará sua convicção com base na livre apreciação dos fatos e condutas praticadas, devendo, quando necessário, promover diligências para a apuração da veracidade das informações e provas apresentadas pela defesa.

2. VIGÊNCIA

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e REVOGA a Portaria nº 150/2019-Cogead.

Flávia Silva
Coordenadora Geral de Administração
FIOCRUZ





Documento assinado eletronicamente por **FLAVIA SILVA, Coordenador(a) Geral de Administração**, em 10/06/2024, às 14:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3945213** e o código CRC **8B371FA9**.



TUTORIAL DE PREENCHIMENTO

Aba da Planilha	Busca rápida	Informações relevantes para o preenchimento da planilha
Formação de Preços		A licitante deverá preencher exclusivamente a coluna “Valor Unitário” da planilha de formação de preços, informando o preço ofertado para cada item listado. As demais colunas serão calculadas automaticamente, com base nos valores unitários informados.
Proposta Pro-Forma		Nesta aba, além da consolidação automática do valor total global do objeto, a licitante deverá preencher obrigatoriamente os seguintes campos: razão social, endereço completo, CNPJ, inscrição estadual, dados bancários (banco, agência e conta) e contatos atualizados (telefone e e-mail).

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇOS										
Item	Especificação	Descrição	Código CATSERV	Unidade de Medida	Modalidade de Prestação	Qtd. Estimada <u>Mês</u>	Qtd. Estimada <u>Ano</u>	Valor Unitário da Locação/Diária	Valor Mensal	Valor Anual
1	Equipamentos Elevação/Movimentação de Carga com Operador	Retroescavadeira	25089	Serviço	Locação	1	12	R\$ -	R\$ -	R\$ -
		Mini-Retroescavadeira			Locação	1	12	R\$ -	R\$ -	R\$ -
		Plataforma Pantográfica Tesoura			Diária	5	60	R\$ -	R\$ -	R\$ -
		Plataforma Tecnológica de Apoio - PTA			Locação	1	12	R\$ -	R\$ -	R\$ -
									R\$ 0,00	R\$ 0,00
Custo Total Global:									R\$ 0,00	

PROPOSTA PRO-FORMA

PROCESSO N° 25389.000170/2025-74

PREGÃO ELETRÔNICO N° xx/2025-COGIC

DATA DA LICITAÇÃO:

PROPONENTE:

ENDEREÇO:

BAIRRO:

UF:

CEP:

CNPJ:

INSCRIÇÃO ESTADUAL:

BANCO:

AGÊNCIA:

CONTA BANCÁRIA:

TELEFONE:

E-MAIL:

Item	Descrição	Valor Mensal (R\$)	Valor Anual (R\$)
1	Prestação de Serviço Contínuo de Locação de Veículos Leves, Pesados e Equipamentos de Carga para atender as demandas dos <i>campi</i> Fiocruz/RJ	R\$ 0,00	R\$ 0,00
VALOR TOTAL DA PROPOSTA			R\$ 0,00

PRAZO DE EXECUÇÃO: 01 (um) ano, a contar da assinatura do Termo de Contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite máximo de 10 (dez) anos, na forma do art. 106 e 107, da Lei n° 14.133/21, conforme estabelecido no Termo de Referência.



VALIDADE DA PROPOSTA:

GARANTIA: CONFORME EDITAL

Voltar ao Tutorial



TUTORIAL DE PREENCHIMENTO

Aba da Planilha	Busca rápida	Informações relevantes para o preenchimento da planilha
Formação de Preços		A licitante deverá preencher exclusivamente a coluna “Valor Unitário” da planilha de formação de preços, informando o preço ofertado para cada item listado. As demais colunas serão calculadas automaticamente, com base nos valores unitários informados.
Proposta Pro-Forma		Nesta aba, além da consolidação automática do valor total global do objeto, a licitante deverá preencher obrigatoriamente os seguintes campos: razão social, endereço completo, CNPJ, inscrição estadual, dados bancários (banco, agência e conta) e contatos atualizados (telefone e e-mail).

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇOS										
Item	Especificação	Descrição	Código CATSERV	Unidade de Medida	Modalidade de Prestação	Qtd. Estimada <u>Mês</u>	Qtd. Estimada <u>Ano</u>	Valor Unitário	Valor Mensal	Valor Anual
2	Veículos Leves/Pesados com Motorista	Caminhão Carga Seca Basculante	25089	Serviço	Locação	1	12	R\$ -	R\$ -	R\$ -
		Caminhão com Baú - Carga Seca			Locação	1	12	R\$ -	R\$ -	R\$ -
		Caminhão com Elevador de Carga - Lift/Rampa (Carga Perigosa)			Locação	1	12	R\$ -	R\$ -	R\$ -
		Caminhão Baú com Plataforma Hidráulica (Resíduo Perigoso)			Locação	1	12	R\$ -	R\$ -	R\$ -
		Caminhão Munck			Diária	23	276	R\$ -	R\$ -	R\$ -
									R\$ 0,00	R\$ 0,00
Custo Total Global:									R\$ 0,00	

PROPOSTA PRO-FORMA

PROCESSO N° 25389.000170/2025-74

PREGÃO ELETRÔNICO N° xx/2025-COGIC

DATA DA LICITAÇÃO:

PROPONENTE:

ENDEREÇO:

BAIRRO:

UF:

CEP:

CNPJ:

INSCRIÇÃO ESTADUAL:

BANCO:

AGÊNCIA:

CONTA BANCÁRIA:

TELEFONE:

E-MAIL:

Item	Descrição	Valor Mensal (R\$)	Valor Anual (R\$)
2	Prestação de Serviço Contínuo de Locação de Veículos Leves, Pesados e Equipamentos de Carga para atender as demandas dos <i>campi</i> Fiocruz/RJ	R\$ 0,00	R\$ 0,00
VALOR TOTAL DA PROPOSTA			R\$ 0,00

PRAZO DE EXECUÇÃO: 01 (um) ano, a contar da assinatura do Termo de Contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite máximo de 10 (dez) anos, na forma do art. 106 e 107, da Lei n° 14.133/21, conforme estabelecido no Termo de Referência.

VALIDADE DA PROPOSTA:

GARANTIA: CONFORME EDITAL

Voltar ao Tutorial

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 11/09/2025 | Edição: 173 | Seção: 1 | Página: 118

Órgão: Controladoria-Geral da União/Gabinete do Ministro

PORTARIA NORMATIVA SE/CGU Nº 226, DE 9 DE SETEMBRO DE 2025

Estabelece os procedimentos e a metodologia de avaliação de programas de integridade de que trata o Decreto nº 12.304, de 9 de dezembro de 2024.

O MINISTRO DE ESTADO DA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição Federal, e o art. 1º do Anexo I do Decreto nº 11.330, de 1º de janeiro de 2023, tendo em vista o art. 25, § 4º, o art. 60, caput, inciso IV, e o art. 163, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o art. 3º, § 2º, o art. 6º, § 1º, o art. 8º, § 2º, o art. 12, parágrafo único, e o art. 23, inciso II, do Decreto nº 12.304, de 9 de dezembro de 2024, e o que consta do Processo Administrativo nº 00190.108110/2025-95, resolve:

Art. 1º Esta Portaria Normativa estabelece o procedimento e a metodologia de avaliação de programas de integridade de que trata do Decreto nº 12.304, de 9 de dezembro de 2024, nas seguintes hipóteses:

- I - contratações de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto;
- II - desempate entre duas ou mais propostas; e
- III - reabilitação de licitante ou contratado.

Parágrafo único. No âmbito da Controladoria-Geral da União, o procedimento de avaliação de programas de integridade de pessoas jurídicas previsto nesta Portaria Normativa será Secretaria de Integridade Privada, por meio da Diretoria de Promoção e Avaliação de Integridade Privada.



CAPÍTULO I

DOS PARÂMETROS DE AVALIAÇÃO DE PROGRAMA DE INTEGRIDADE

Art. 2º O Programa de Integridade será avaliado, quanto à sua implantação, ao seu desenvolvimento ou ao seu aperfeiçoamento, de acordo com os seguintes parâmetros:

- I - comprometimento da alta direção e instâncias de governança da pessoa jurídica, evidenciado pelo apoio visível e inequívoco ao programa e pela destinação de recursos adequados;
- II - padrões de conduta, código de ética, políticas e procedimentos de integridade aplicáveis a todos os empregados, conselheiros, controladores e administradores, independentemente do cargo ou da função exercida;
- III - padrões de conduta, código de ética e políticas de integridade estendidas, quando necessário, a terceiros, como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados;
- IV - treinamentos e ações de comunicação periódicos sobre o programa de integridade;
- V - gestão de riscos de integridade, incluindo a reavaliação periódica dos principais riscos, com vistas à melhoria contínua do programa de integridade e à alocação eficiente de recursos;
- VI - registros contábeis que reflitam de forma completa e precisa as transações da pessoa jurídica;
- VII - controles internos que assegurem a pronta elaboração e a confiabilidade de relatórios e demonstrações financeiras da pessoa jurídica;
- VIII - procedimentos específicos para prevenir, detectar e remediar fraudes e ilícitos no âmbito de processos licitatórios, na execução de contratos administrativos ou em qualquer interação com o setor público, ainda que intermediada por terceiros, como pagamento de tributos, sujeição a fiscalizações ou obtenção de autorizações, licenças, permissões e certidões;

IX - mecanismos específicos para assegurar o respeito aos direitos humanos e trabalhistas e a preservação do meio ambiente;

X - independência, estrutura e autoridade da instância interna responsável pela aplicação do programa de integridade e pela fiscalização de seu cumprimento;

XI - canais de denúncia, abertos e amplamente divulgados a empregados e terceiros, e mecanismos destinados ao tratamento de denúncias e à proteção de denunciantes de boa-fé;

XII - medidas disciplinares em caso de violação do programa de integridade;

XIII - procedimentos que assegurem a pronta apuração e interrupção de irregularidades ou de infrações detectadas e a tempestiva remediação dos danos gerados;

XIV - diligências apropriadas, baseadas em risco, para:

a) contratação e, conforme o caso, supervisão de terceiros, como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários, despachantes, consultores, representantes comerciais e associados;

b) contratação e, conforme o caso, supervisão de pessoas expostas politicamente e de seus familiares, colaboradores e pessoas jurídicas de que participem; e

c) realização e supervisão de patrocínios e doações.

XV - verificação, durante os processos de fusões, aquisições e reestruturações societárias, do cometimento de irregularidades ou ilícitos ou da existência de riscos para a integridade;

XVI - transparência e responsabilidade socioambiental da pessoa jurídica; e

XVII - monitoramento contínuo do programa de integridade com vistas ao seu aperfeiçoamento na prevenção, na detecção e no combate à ocorrência de fraudes, de irregularidades, de atos lesivos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e de condutas que atentem contra os direitos humanos e trabalhistas e o meio ambiente.

§ 1º Na avaliação do programa de integridade, serão considerados o porte e as especificidades da pessoa jurídica, por meio de aspectos como:



I - a quantidade de empregados e colaboradores;

II - o faturamento;

III - a estrutura de governança corporativa e a complexidade de unidades internas, como departamentos, diretorias ou setores, considerada eventual estruturação de grupo econômico;

IV - a utilização de agentes intermediários, como consultores ou representantes comerciais;

V - o setor do mercado em que atua;

VI - os países em que atua, direta ou indiretamente;

VII - o grau de interação com o setor público e a importância de contratações, investimentos e subsídios públicos, autorizações, licenças e permissões governamentais em suas operações; e

VIII - a quantidade e a localização das pessoas jurídicas que integram o grupo econômico.

§ 2º Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto, podem ser consideradas na verificação dos parâmetros de que trata o caput as características do contrato administrativo que possam impactar nos riscos para a integridade, tais como objeto, possibilidade de subcontratação e prazo de vigência.

§ 3º Nos processos de reabilitação, serão consideradas na verificação dos parâmetros de que trata o caput as medidas de remediação adotadas pela pessoa jurídica em resposta aos fatos que ensejaram a aplicação da sanção.

CAPÍTULO II

DA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE NAS CONTRATAÇÕES DE OBRAS, SERVIÇOS E FORNECIMENTOS DE GRANDE VULTO

Seção I

Da metodologia de avaliação

Art. 3º Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto, a avaliação tem por objetivo verificar se a pessoa jurídica contratada possui um Programa de Integridade implantado, com base nos parâmetros estabelecidos no art. 2º desta Portaria Normativa.

Parágrafo único. Para que seja considerado implantado, o Programa de Integridade deve estar estruturado, atualizado e sendo aplicado de acordo com as características e os riscos relevantes das atividades da pessoa jurídica, incluindo os riscos decorrentes da contratação de grande vulto.

Art. 4º O Programa de Integridade será avaliado a partir da análise de um conjunto de questões, agrupadas em onze áreas de avaliação, formuladas conforme os parâmetros estabelecidos no art. 2º desta Portaria Normativa.

§ 1º O detalhamento da metodologia de avaliação, incluindo informações relativas às áreas, dos elementos mínimos e fundamentais de cumprimento obrigatório e da tipologia das questões de avaliação está especificado no Anexo I - Metodologia de Avaliação de Programas de Integridade, desta Portaria Normativa.

§ 2º O detalhamento das questões de avaliação e sua respectiva pontuação está especificado no Anexo II - Requisitos de Avaliação de Programas de Integridade, desta Portaria Normativa.

Art. 5º Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto, para que o Programa de Integridade seja considerado implantado, o resultado da avaliação deve indicar a existência dos elementos mínimos e fundamentais e alcançar as notas mínimas exigidas por área e total, conforme especificado no Anexo I - Metodologia de Avaliação de Programas de Integridade, desta Portaria Normativa.

Seção II

Da comprovação da implantação do Programa de Integridade

Art. 6º A pessoa jurídica contratada deverá submeter para avaliação as informações e os documentos que comprovem a implantação do Programa de Integridade no prazo de até trinta dias, contado do término do prazo de seis meses da assinatura do contrato ou do termo aditivo, com o valor previsto no art. 6º, inciso XXII, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para contratação de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto.

§ 1º As informações e documentos deverão ser submetidos por meio do Sistema de Avaliação e Monitoramento de Programas de Integridade - SAMPI, com o preenchimento dos formulários de perfil e de conformidade, assim considerados:

I - o formulário de perfil consiste em um conjunto de questões relacionadas ao contexto e às especificidades da pessoa jurídica contratada que podem influenciar a avaliação de seu Programa de Integridade, tais como áreas de atuação, porte, estrutura organizacional e grau de interação com a administração pública; e

II - o formulário de conformidade é o documento pelo qual a pessoa jurídica apresenta a estrutura do seu Programa de Integridade e sua implantação, de acordo com o art. 2º, caput, incisos I a XVII, desta Portaria Normativa.

§ 2º A forma e os requisitos de acesso ao SAMPI serão publicados em manual específico do sistema.

§ 3º O responsável pelo preenchimento dos formulários deverá ter poderes de representação da pessoa jurídica e zelar pela completude, clareza e organização das informações e dos documentos inseridos no sistema, atestando sua veracidade.

§ 4º A Controladoria-Geral da União poderá rejeitar a submissão de Programa de Integridade que não demonstre atendimento aos elementos mínimos e fundamentais de cumprimento obrigatório, nos termos previstos nesta Portaria Normativa.

Art. 7º Não será exigida a submissão do Programa de Integridade pela pessoa jurídica nas seguintes hipóteses:

I - a pessoa jurídica contratada constar na lista de empresas reconhecidas na edição vigente do Programa Empresa Pró-Ética, da Controladoria-Geral da União;



II - existência de uma avaliação em curso pela Controladoria-Geral da União para a mesma pessoa jurídica no contexto de outro contrato; e

III - caso o Programa de Integridade da pessoa jurídica tenha sido avaliado e considerado implantado pela Controladoria-Geral da União ou por outro órgão ou entidade pública federal, estadual ou municipal nos últimos vinte e quatro meses, contados da data de assinatura do contrato, desde que tenha sido observada metodologia de avaliação compatível com a estabelecida nesta Portaria Normativa.

Parágrafo único. A Controladoria-Geral da União divulgará, em seu sítio eletrônico, a relação de órgãos e entidades públicas federais, estaduais e municipais cujas metodologias de avaliação são consideradas compatíveis com a estabelecida nesta Portaria Normativa, bem como as formas e os requisitos para comprovação da situação prevista no inciso III do caput.

Art. 8º A submissão do Plano de Integridade pela pessoa jurídica contratada, nos termos do art. 6º desta Portaria Normativa, atenderá à obrigação prevista no art. 25, § 4º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, cujo cumprimento estará condicionado à conclusão do processo de avaliação pela Controladoria-Geral da União.

Seção III

Do processo de avaliação

Art. 9º Compete à Controladoria-Geral da União recepcionar e avaliar o Programa de Integridade da pessoa jurídica contratada nas contratações de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto realizadas por órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

§ 1º Os procedimentos de avaliação poderão incluir análises automatizadas e avaliações técnicas por auditores sobre a conformidade e a completude das informações apresentadas pela pessoa jurídica contratada, a critério da Controladoria-Geral da União, considerados, entre outros, os seguintes fatores de priorização:

I - valor e prazo de vigência do contrato;

II - relação do objeto do contrato com a manutenção de serviços públicos essenciais



III - existência de denúncias, informações ou notícias desabonadoras relacionadas à prática de irregularidades pela pessoa jurídica contratada ou por seus sócios e dirigentes, que possam configurar atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, aos direitos humanos e trabalhistas e à preservação do meio ambiente;

IV - histórico de sanções de impedimento e de inidoneidade para licitar ou contratar aplicadas à pessoa jurídica contratada;

V - histórico da pessoa jurídica e de seu grupo econômico, relacionado à prática de desvios, fraudes, irregularidades ou atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, bem como desrespeito aos direitos humanos, trabalhistas e à preservação do meio ambiente;

VI - histórico dos sócios e membros da alta direção da pessoa jurídica, relacionados à prática de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, desrespeito aos direitos humanos e trabalhistas e à preservação do meio ambiente; e

VII - envolvimento da pessoa jurídica em situações de grande repercussão pública ou que envolvam relevante interesse nacional, especialmente aquelas relacionadas a possíveis impactos na execução de serviços essenciais ou que possam provocar dúvidas ou questionamentos sobre o comprometimento da pessoa jurídica contratada com a ética, a integridade, a prevenção e o combate a atos de fraude e corrupção, bem como com a transparência e a responsabilidade na proteção dos direitos humanos, trabalhistas e na preservação do meio ambiente.

§ 2º As avaliações dos Programas de Integridade poderão ainda ocorrer de ofício, em decorrência de ações periódicas ou de forma coordenada com órgãos e entidades públicas, por seleção baseada em critérios de conveniência e oportunidade, nos termos do art. 13 do Decreto nº 12.304, de 9 de dezembro de 2024.

Art. 10. A Controladoria-Geral da União poderá adotar todas as medidas necessárias para a avaliação da implantação do Programa de Integridade, tais como:

I - promover diligências relacionadas à pessoa jurídica contratada e aos seus sócios e dirigentes, por meio de pesquisas e consultas a sistemas governamentais e páginas eletrônicas disponíveis na internet;

II - emitir solicitação de informações ou de regularização para a pessoa jurídica contratada, nas situações que demandem encaminhamento, complemento ou atualização de informações necessárias para a avaliação do Programa de Integridade; e

III - realizar visitas técnicas e entrevistas com dirigentes e empregados da pessoa jurídica contratada.

§ 1º A pessoa jurídica contratada terá o prazo de dez dias corridos para atender à solicitação de informe ou regularização prevista no inciso I, do caput, admitida a prorrogação, mediante solicitação formal e justificada da contratada.

§ 2º As visitas técnicas e entrevistas, quando necessárias, serão previamente agendadas com a pessoa jurídica contratada.

Seção IV

Do resultado da avaliação

Art. 11. O resultado da avaliação será comunicado à pessoa jurídica contratada e à unidade de gestão de contratos ou área equivalente do órgão ou entidade contratante, por meio do relatório de avaliação do Programa de Integridade disponibilizado no SAMPI.

Parágrafo único. O relatório de avaliação indicará um dos seguintes resultados:

I - Programa de Integridade implantado: quando a avaliação indicar a existência dos elementos mínimos e fundamentais e alcançar as notas mínimas exigidas por área e total, conforme especificado no Anexo I - Metodologia de Avaliação de Programas de Integridade, desta Portaria Normativa; ou

II - Programa de Integridade não implantado:

a) por insuficiência de pontuação, quando da inexistência dos elementos mínimos e fundamentais ou a avaliação não indicar o alcance das notas mínimas exigidas por área e total, conforme especificado no Anexo I - Metodologia de Avaliação de Programas de Integridade, desta Portaria Normativa; ou

b) por impossibilidade de avaliação, quando não for possível realizar a avaliação em razão da não apresentação ou da apresentação precária de informações e documentos relativos aos elementos mínimos e fundamentais para a adoção de um programa de integridade pela pessoa jurídica contratada.

Art. 12. A avaliação cujo resultado indicar Programa de Integridade implantado, nos termos do art. 11, parágrafo único, inciso I, desta Portaria Normativa, atestará o cumprimento da obrigação prevista no art. 25, § 4º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, pela pessoa jurídica contratada.

Art. 13. Na hipótese em que o resultado da avaliação indicar Programa de Integridade não implantado por insuficiência de pontuação, nos termos do art. 11, parágrafo único, inciso II, alínea "a", desta Portaria Normativa, poderá ser proposto um plano de conformidade a partir do qual a pessoa jurídica contratada se compromete a adotar medidas para o aperfeiçoamento do Programa de Integridade com base na avaliação realizada pela Controladoria-Geral da União.

§ 1º No plano de conformidade, a pessoa jurídica deverá indicar as medidas que serão adotadas para aprimorar o Programa de Integridade, assim como o prazo previsto, os responsáveis e o orçamento destinado para sua implementação.

§ 2º O plano de conformidade proposto pela pessoa jurídica deverá ser submetido à aprovação da Controladoria-Geral da União, que poderá estabelecer em contrapartida o objeto, os prazos e as medidas a serem adotadas pela proponente.

§ 3º O período para execução do plano de conformidade não poderá ser superior a seis meses, contados da data de sua aprovação.

§ 4º A pessoa jurídica deverá submeter para reavaliação as informações e os documentos que comprovem a implantação das medidas pactuadas no plano de conformidade em até trinta dias após decorrido o prazo previsto no § 3º.



Art. 14. Após o recebimento das informações e documentos referidos no art. 13, § 4º, desta Portaria Normativa, a Controladoria-Geral da União procederá à reavaliação do Programa de Integridade.

§ 1º A reavaliação cujo resultado indicar Programa de Integridade implantado, nos termos do art. 11, parágrafo único, inciso I, desta Portaria Normativa, atestará o cumprimento da obrigação prevista no art. 25, § 4º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, pela pessoa jurídica contratada.

§ 2º A reavaliação cujo resultado indicar Programa de Integridade não implantado por insuficiência de pontuação, nos termos do art. 11, parágrafo único, inciso II, alínea "a", implicará o descumprimento da obrigação prevista no art. 25, § 4º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Art. 15. Na hipótese de reavaliação do Programa de Integridade como não implantado, nos termos do § 2º do art. 14 desta Portaria Normativa, a pessoa jurídica contratada terá o prazo de até trinta dias para submeter novo plano de conformidade, indicando as medidas para aprimorar o Programa de Integridade, os responsáveis, o orçamento destinado para sua implementação, assim como o prazo para o seu cumprimento, que não poderá ser superior a noventa dias da data de aprovação do novo plano.

Parágrafo único. Os procedimentos de aprovação do novo plano de conformidade e de reavaliação do Programa de Integridade serão realizados nos termos previstos nos art. 13 e no art. 14 desta Portaria Normativa.

Art. 16. Na hipótese em que o Programa de Integridade for considerado não implantado por impossibilidade de avaliação, nos termos do art. 11, parágrafo único, inciso II, alínea "b", considera-se descumprida a obrigação prevista no art. 25, § 4º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, pela pessoa jurídica contratada.

Art. 17. A Controladoria-Geral da União poderá requerer a reavaliação do Programa de Integridade considerado implantado na hipótese de ser identificada, a qualquer tempo, situação ou informação que possa suscitar dúvida ou questionamento sobre o comprometimento da pessoa jurídica contratada com a ética, a integridade e a prevenção e o combate a atos de fraude e corrupção.

CAPÍTULO III

DA AVALIAÇÃO DE PROGRAMA DE INTEGRIDADE NAS HIPÓTESES DE DESLAPSO E PROPOSTAS



Art. 18. Para utilização como critério de desempate previsto no art. 60, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, será considerada a declaração apresentada pelo licitante de que desenvolve Programa de Integridade, no momento da apresentação da proposta no processo licitatório.

Parágrafo único. A declaração a que se refere o caput deverá ser obtida por meio de:

I - resultado da autoavaliação do licitante no Pacto Brasil pela Integridade Empresarial - Pacto Brasil, instituído pela Controladoria-Geral da União, realizada nos últimos vinte e quatro meses, com a indicação de que a pessoa jurídica possui as medidas mínimas para adoção de um programa de integridade e autorizou a divulgação do relatório da autoavaliação em transparência ativa, na página eletrônica do Pacto Brasil;

II - lista de empresas reconhecidas na edição vigente do Programa Empresa Pró-Ética, da Controladoria-Geral da União; ou

III - certidão ou documento de avaliação de Programa de Integridade ocorrida nos últimos vinte e quatro meses pela Controladoria-Geral da União ou por outro órgão ou entidade pública federal, estadual, distrital ou municipal, desde que realizada com base em metodologia de avaliação compatível com a estabelecida nesta Portaria Normativa.

Art. 19. A Controladoria-Geral da União poderá convocar o licitante que usufruiu do critério de desempate com base no art. 18, parágrafo único, inciso I, desta Portaria Normativa, para comprovar a veracidade das informações indicadas na autoavaliação sobre o desenvolvimento do Programa de Integridade.

Parágrafo único. Caso o licitante não consiga comprovar a veracidade das informações declaradas na autoavaliação, restará caracterizada a infração prevista no art. 17, inciso VI, do Decreto nº 12.304, de 9 de dezembro de 2024, e no art. 155, inciso VIII, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

CAPÍTULO IV

DA AVALIAÇÃO DE PROGRAMA DE INTEGRIDADE NOS PROCESSOS DE REABILITAÇÃO

Seção I

Da metodologia de avaliação

Art. 20. Nos processos de reabilitação em razão de sanção aplicada pela prática das infrações previstas no art. 155, caput, incisos VIII e XII, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a avaliação tem por objetivo verificar se a pessoa jurídica sancionada implantou ou aperfeçoou seu Programa de Integridade, com base nos parâmetros estabelecidos no art. 2º desta Portaria Normativa, no período em que esteve impedida de licitar ou contratar.

Art. 21. A avaliação quanto à implantação ou aperfeiçoamento do Programa de Integridade será realizada pela Controladoria-Geral da União, mediante solicitação da autoridade responsável pela aplicação da penalidade, após cumpridas as demais medidas de reabilitação previstas no art. 163 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, quais sejam:

I - reparação integral do dano causado à administração pública;

II - pagamento da multa;

III - transcurso do prazo mínimo de um ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de três anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade; e

IV - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo; e

V - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos para a reabilitação do licitante ou contratado.

§ 1º A avaliação do Programa de Integridade deverá considerar necessariamente a comprovação da adoção das medidas de remediação pela pessoa jurídica impedida de licitar ou contratar em resposta aos fatos que ensejaram a aplicação da sanção, o que pode incluir a comprovação das ações adotadas pela pessoa jurídica em relação:

I - aos empregados e aos administradores envolvidos na prática do ilícito;

II - aos terceiros contratados envolvidos na prática do ilícito; e

III - às melhorias específicas realizadas em políticas, procedimentos, sistemas e controles para mitigar o risco de repetição do ilícito que ensejou a aplicação da sanção.

§ 2º Para que seja considerado implantado ou aperfeiçoado, o Programa de Integridade deve estar estruturado, atualizado e sendo aplicado de acordo com as características e os riscos relevantes das atividades da pessoa jurídica, considerando o momento em que o pedido de reabilitação for realizado, e deve demonstrar a adoção de medidas de remediação proporcionais aos fatos que ensejaram a aplicação da sanção.

Art. 22. Nos processos de reabilitação, a avaliação observará a metodologia prevista no art. 4º, acrescida de quesitos específicos para avaliação das medidas de remediação adotadas pela pessoa jurídica, conforme previsão constante do Anexo I - Metodologia de Avaliação de Programas de Integridade e do Anexo II - Requisitos de Avaliação de Programas de Integridade, desta Portaria Normativa.

Parágrafo único. Nos processos de reabilitação, para que o Programa de Integridade seja considerado implantado ou aperfeiçoado, o resultado da avaliação deverá indicar a existência dos elementos mínimos e fundamentais e alcançar as notas mínimas exigidas por área e total, conforme especificado no Anexo I - Metodologia de Avaliação de Programas de Integridade, desta Portaria Normativa.

Seção II

Do processo de avaliação

Art. 23. Nos processos de reabilitação, a pessoa jurídica sancionada deverá submeter para avaliação as informações e os documentos que comprovam a implantação ou aperfeiçoamento do Programa de Integridade.



Parágrafo único. As informações e documentos deverão ser submetidos por meio do SAMPI, com o preenchimento dos formulários de perfil e de conformidade, seguindo as mesmas orientações previstas no art. 6º, §§ 1º ao 4º, desta Portaria Normativa.

Art. 24. A Controladoria-Geral da União poderá adotar as medidas previstas no art. 10 desta Portaria Normativa para a avaliação da implantação ou aperfeiçoamento do Programa de Integridade.

Parágrafo único. Os processos de reabilitação serão avaliados pela Controladoria-Geral da União em até noventa dias, contados da submissão, pela pessoa jurídica sancionada, das informações e documentos que comprovam a implantação ou aperfeiçoamento do Programa de Integridade.

Seção III

Do resultado da avaliação

Art. 25. Nos processos de reabilitação, o relatório de avaliação indicará um dos seguintes resultados:

I - Programa de Integridade implantado ou aperfeiçoado, quando o Programa de Integridade avaliado alcançar as pontuações estabelecidas no art. 22, parágrafo único, desta Portaria Normativa; ou

II - Programa de Integridade não implantado ou não aperfeiçoado, quando o Programa de Integridade avaliado não alcançar as pontuações estabelecidas no art. 22, parágrafo único, desta Portaria Normativa, ou quando não for possível realizar a avaliação em razão da não apresentação ou apresentação precária de informações e documentos que comprovem a existência de elementos mínimos e fundamentais para a adoção ou aperfeiçoamento de um programa de integridade pela pessoa jurídica sancionada.

Art. 26. A avaliação cujo resultado indicar Programa de Integridade implantado ou aperfeiçoado, nos termos do art. 25, inciso I, desta Portaria Normativa, atestará o cumprimento da exigência prevista no art. 163, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Art. 27. A pessoa jurídica sancionada cujo Programa de Integridade tenha sido avaliado como não implantado ou não aperfeiçoado, nos termos do art. 25, inciso II, desta Portaria Normativa, deverá ser reabilitada e deverá observar o prazo mínimo de seis meses para submeter nova documentação para reavaliação do Programa de Integridade, contados da data de conclusão da avaliação.

Parágrafo único. Nos processos de reabilitação, não se aplica a proposição do plano de conformidade previsto no art. 15, inciso IV, do Decreto nº 12.304, de 9 de dezembro de 2024.

CAPÍTULO V

DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS

Seção I

Do pedido de reconsideração

Art. 28. É cabível pedido de reconsideração do resultado da avaliação que indicar Programa de Integridade não implantado ou não aperfeiçoado.

§ 1º O pedido de reconsideração deve ser direcionado à autoridade responsável pela avaliação.

§ 2º O pedido de reconsideração deverá ser interposto no prazo de quinze dias corridos, contados do recebimento do relatório de avaliação.

§ 3º O pedido de reconsideração deverá ser decidido pela Controladoria-Geral da União no prazo de vinte dias corridos, contados do recebimento do pedido de reconsideração.

§ 4º A autoridade responsável pela avaliação poderá, de ofício ou a pedido, dar efeito suspensivo ao pedido de reconsideração em caso de justo receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação.

Seção II

Das sanções



Art. 29. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente, nos termos do disposto no art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e do art. 20 do Decreto nº 12.304, de 9 de dezembro de 2024, pela prática das seguintes infrações:

- I - deixar de entregar a documentação referente ao programa de integridade;
- II - entregar fora do prazo, injustificadamente, a documentação referente ao programa de integridade;
- III - omitir ou se recusar a prestar, injustificadamente, informações ou documentos necessários à comprovação da implantação, do desenvolvimento ou do aperfeiçoamento do programa de integridade;
- IV - descumprir, injustificadamente, os prazos e as medidas estabelecidos em plano de conformidade;
- V - dificultar a atuação da Controladoria-Geral da União, nos termos do disposto no art. 13, parágrafo único, do Decreto nº 12.304, de 9 de dezembro de 2024;
- VI - atuar de forma fraudulenta quanto aos documentos e às informações que comprovem a implantação, o desenvolvimento ou o aperfeiçoamento do programa de integridade; ou
- VII - apresentar declaração falsa para fazer jus ao critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Parágrafo único. A apuração das infrações previstas nos incisos V a VII do caput observará o disposto no art. 159 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Art. 30. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações previstas nesta Portaria Normativa as sanções de:

- I - advertência;
- II - multa, de, no mínimo, 1% (um por cento) a, no máximo, 5% (cinco por cento) do valor da licitação ou do contrato;
- III - impedimento de licitar e contratar; ou
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Art. 31. Na aplicação das sanções serão considerados:

- I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - as peculiaridades do caso concreto;
- III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública; e
- V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Art. 32. A advertência será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas no art. 29, inciso I, quando não cumprido o prazo estabelecido pelo art. 6º, e no art. 29, inciso III, todos desta Portaria Normativa.

Art. 33. A multa será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas no art. 29, incisos I a IV, desta Portaria Normativa, calculada sobre o valor total da licitação ou do contrato, incluídos eventuais aditivos, e será:

- I - de 5% (cinco por cento), quando deixar de entregar a documentação referente ao programa de integridade, após noventa dias do prazo definido pelo art. 6º desta Portaria Normativa;
- II - de 1% (um por cento) a 3% (três por cento), quando a documentação referente ao programa de integridade for apresentada, injustificadamente, entre trinta e noventa dias após o prazo definido pelo art. 6º desta Portaria Normativa;
- III - de 1% (um por cento) a 3% (três por cento), quando reincidente na conduta prevista no art. 29, inciso III, desta Portaria Normativa; e



IV - de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento), quando descumprir, injustificadamente, os prazos e as medidas estabelecidas em plano de conformidade, que caracterizarem a não implantação do programa de integridade nos termos do art. 14, § 2º, desta Portaria Normativa.

§ 1º Quando aplicáveis cumulativamente, as multas previstas nos incisos I a IV do caput ficarão limitadas a um valor máximo total de 5% (cinco por cento).

§ 2º A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas nesta Seção.

Art. 34. O impedimento de licitar e contratar será aplicado ao responsável pelas infrações previstas:

I - no art. 29, inciso I, quando a pessoa jurídica deixar de entregar a documentação referente ao programa de integridade após cento e oitenta dias do prazo definido pelo art. 6º desta Portaria Normativa; e

II - no art. 29, inciso IV, desta Portaria Normativa, quando a não apresentação ou o descumprimento de prazos e medidas do plano de conformidade previsto no art. 15 desta Portaria Normativa caracterizarem a não implantação do programa de integridade.

Art. 35. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações previstas no art. 34, incisos I e II, no caso de ocorrência em mais de um contrato, no período de cinco anos.

Seção III

Da orientação e supervisão das avaliações

Art. 36. Compete à Controladoria-Geral da União, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, orientar e supervisionar as avaliações de Programa de Integridade para fins de aplicação da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, nos termos do Decreto nº 12.304, de 9 de dezembro de 2024.

§ 1º As disposições desta Portaria Normativa e demais diretrizes de avaliação de integridade expedidos pela Controladoria-Geral da União serão obrigatoriamente observadas por todos os órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, nas situações em que realizarem avaliação de Programas de Integridade de pessoas jurídicas, para as finalidades previstas no Decreto 12.304, de 9 de dezembro de 2024.

§ 2º A Controladoria-Geral da União poderá requisitar, a qualquer tempo, informações sobre o andamento ou o resultado de uma avaliação de Programa de Integridade realizada por órgão ou entidade da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

§ 3º A Controladoria-Geral da União publicará, em transparência ativa, informações e dados sobre as avaliações dos Programas de Integridade, incluindo:

I - os contratos de grande vulto celebrados por órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, com as respectivas informações sobre a apresentação e o resultado da avaliação do Programa de Integridade; e

II - as solicitações de reabilitação recebidas e o resultado da avaliação do Programa de Integridade.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 37. Os órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional deverão:

I - fazer constar no edital de licitação que a comprovação da implantação de Programa de Integridade pelo licitante vencedor, nos casos previstos no art. 25, § 4º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, será feita nos termos desta Portaria Normativa, nas contratações de obras, serviços e fornecimentos que se caracterizarem como de grande vulto, considerados o valor original do contrato e o valor que poderá ser alcançado por meio de eventuais aditivos contratuais;



II - fazer constar nos termos aditivos das contratações de obras, serviços e fornecimentos que atinjam o valor de contratações de grande vulto a obrigatoriedade de implantação de Programa de Integridade pelo contratante, cuja comprovação será feita nos termos desta Portaria Normativa;

III - fazer constar no edital de licitação que a utilização do Programa de Integridade como critério de desempate previsto no art. 60, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, ocorrerá nos termos desta Portaria Normativa;

IV - comunicar à Controladoria-Geral da União os licitantes que efetivamente usufruíram do critério de desempate previsto no art. 60, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

V - encaminhar à Controladoria-Geral da União, nas contratações de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto, sempre que solicitados, a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual, bem como a matriz de alocação de riscos entre o contratante e o contratado, nos termos do art. 18, inciso X, e do art. 22 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021; e

VI - nos processos de reabilitação, orientar a pessoa jurídica sancionada que o encaminhamento e a avaliação do Programa de Integridade serão realizados nos termos desta Portaria Normativa.

Art. 38. Os órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional deverão informar à Controladoria-Geral da União os contratos de grande vulto celebrados, em até trinta dias contados da assinatura do contrato.

Art. 39. Ato do Ministro de Estado da Controladoria-Geral da União disciplinará a designação e as competências dos representantes dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal responsáveis por:

I - prestar informações sobre contratos, processos licitatórios ou processos de reabilitação relacionados às avaliações previstas nesta Portaria Normativa;

II - notificar as pessoas jurídicas sobre a necessidade e a forma de apresentação das informações necessárias para a realização das avaliações previstas nesta Portaria Normativa; e

III - encaminhar os resultados das avaliações realizadas pela Controladoria-Geral da União responsáveis pela adoção das medidas administrativas cabíveis, no âmbito da gestão contratual, dos processos licitatórios e de responsabilização de pessoas jurídicas.

Parágrafo único. Os representantes deverão, preferencialmente, atuar na Unidade Setorial do Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal, instituído pelo Decreto nº 11.529, de 16 de maio de 2023.

Art. 40. Aplica-se o disposto nesta Portaria Normativa às concessões e às permissões de serviços públicos, na forma do disposto na Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e às parcerias público-privadas, na forma do disposto na Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, e a outros processos de licitação e contratação pública regidos, subsidiariamente, pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, exceto previsão específica em contrário.

Art. 41. Os casos omissos serão resolvidos pelo Secretário de Integridade Privada da Controladoria-Geral da União.

Art. 42. Esta Portaria Normativa entra em vigor sessenta dias após a sua publicação.

VINICIUS MARQUES DE CARVALHO

ANEXO I METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS DE INTEGRIDADE

1. Do objeto

1.1 Este Anexo estabelece a metodologia de avaliação dos Programas de Integridade de que trata o Decreto nº 12.304, de 9 de dezembro de 2024, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, cuja realização ocorrerá por meio do Sistema de Avaliação e Monitoramento de Programas de Integridade - SAMPI, mediante Formulário de Avaliação específico.

2. Da estrutura e do instrumento da metodologia



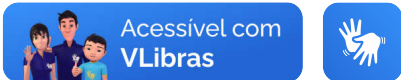
2.1 O Formulário de Avaliação, instrumento técnico estruturado com a finalidade de avaliar, de forma objetiva e baseada em evidências, o grau de conformidade e implementação dos mecanismos de integridade submetidos pelas pessoas jurídicas, será composto pelos:

I - Formulário de Perfil, que compreende um conjunto de questões sobre especificidades da pessoa jurídica que influenciam na avaliação de seu programa de integridade, composto pelos seguintes grupos:

- a) Dados Básicos;
- b) Estrutura e Atividade Econômica;
- c) Interação com o Poder Público;
- d) Doações e Patrocínios;
- e) Práticas socioambientais; e
- f) Programa de Integridade.

II - Formulário de Conformidade, que compreende um conjunto de 105 (cento e cinco) questões sobre a existência e a aplicação de medidas relacionadas ao programa de integridade da pessoa jurídica, composto pelas seguintes áreas de avaliação:

- a) Área I - Comprometimento da Alta Direção da Pessoa jurídica;
- b) Área II - Instância Interna Responsável pela Aplicação do Programa de Integridade;
- c) Área III - Gestão de Riscos para Integridade;
- d) Área IV - Código de Ética e Conduta
- e) Área V - Políticas e Procedimentos de Integridade e de Prevenção de Ilícitos em Licitações e Contratos Administrativos;
- f) Área VI - Treinamentos e Ações de Comunicação sobre o Programa de Integridade;
- g) Área VII - Controles Contábeis, Financeiros e Auditoria Interna;
- h) Área VIII - Diligências para Contratação e Supervisão de Terceiros e para Fusões e Aquisições Societárias;
- i) Área IX - Canais de Denúncia, Remediação e Medidas Disciplinares;
- j) Área X - Monitoramento do Programa de Integridade; e
- k) Área XI - Responsabilidade Socioambiental e Transparência.



2.1.1 O Formulário de Perfil terá caráter declaratório e subsidiará a etapa de avaliação do Formulário de Conformidade, sem atribuição direta de pontuação.

2.1.2 O Formulário de Conformidade, nas avaliações de programa de integridade para fins de reabilitação de licitante ou contratado, na hipótese do parágrafo único do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021, será acrescido da Área XII - Medidas de Remediação Adotadas em Face dos Atos que Ensejaram a Aplicação da Sanção.

2.1.3 O Formulário de Conformidade será composto por blocos temáticos e questões objetivas, estruturadas com base nos níveis de existência e aplicação dos mecanismos de integridade, com pontuações escalonadas de acordo com a seguinte estrutura:

NÍVEL	DESCRIÇÃO	VALOR
QN1	Existência de elementos mínimos e fundamentais para a implantação de um programa de integridade	20
QN2	Existência formal de políticas ou procedimentos específicos/complementares	15
QN3	Aspectos característicos dos elementos mínimos ou dos específicos/complementares	5
QN4	Aplicação de políticas e procedimentos fundamentais	25
QN5	Aplicação ou produtos das políticas e procedimentos específicos/complementares	18

2.1.3.1 As questões de nível QN1 avaliarão a existência de elementos mínimos e fundamentais de cumprimento obrigatório, que representam medidas essenciais à estruturação de um programa de integridade.

2.1.3.2 As questões de nível QN2 avaliarão a existência de instrumentos específicos ou complementares, que, embora não sejam considerados como requisitos mínimos obrigatórios, reforçam ou ampliam a estrutura do programa de integridade da organização.

2.1.3.3 As questões de nível QN3 avaliarão os aspectos característicos dos elementos mínimos ou complementares, tais como o conteúdo, a abrangência, a periodicidade e outros níveis de detalhamento, além de requisitos relacionados aos temas de responsabilidade socioambiental e direitos humanos.

2.1.3.4 As questões de nível QN4 avaliarão a efetiva aplicação dos instrumentos e medidas fundamentais do programa de integridade, refletindo o grau de implementação prática desses mecanismos no âmbito da pessoa jurídica.

2.1.3.5 As questões de nível QN5 avaliarão a efetiva aplicação ou os produtos decorrentes dos requisitos complementares.

2.1.4 A atribuição de pontuação observará os seguintes critérios:

2.1.4.1 será atribuída a totalidade da pontuação do item quando apresentadas evidências e informações inequívocas e integrais, aptas a demonstrar o atendimento de todos os critérios de avaliação do quesito.

2.1.4.2 Será atribuída pontuação zero quando não forem apresentadas evidências ou informações suficientes ao atendimento dos critérios de avaliação do quesito;

2.1.4.3 Será atribuída 50% (cinquenta por cento) da pontuação prevista para o item quando forem apresentadas apenas evidências ou informações que demonstrem atendimento parcial dos critérios do quesito, aplicável somente às questões indicadas como passíveis dessa avaliação.

2.1.4.4 O Formulário de Conformidade poderá conter questões com a opção automática "Não se Aplica", a ser habilitada conforme as características da pessoa jurídica informadas no Formulário de Perfil, hipótese em que o valor de pontuação correspondente será redistribuído proporcionalmente entre as demais questões da mesma área.

2.1.4.5 O Formulário de Conformidade poderá incluir questões destinadas exclusivamente aos avaliadores, que não estarão disponíveis para preenchimento pela pessoa jurídica.

2.1.5 As questões integrantes do Formulário de Conformidade, e sua respectiva pontuação, são listadas no Anexo II - Requisitos de Avaliação de Programas de Integridade.

3. Da avaliação de programas de integridade em contratações de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto

3.1 No âmbito de contratações de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto será considerado implantado o programa de integridade submetido pela pessoa jurídica, quando, após a avaliação, atender cumulativamente aos seguintes critérios:

I - obtenção da pontuação integral nas questões classificadas como nível QN1;

II - alcance de, no mínimo, 45% (quarenta e cinco por cento) da pontuação de cada área de avaliação; e

III - alcance de, no mínimo, 70% (setenta por cento) da pontuação total.

4. Da avaliação de programas de integridade no caso de sua utilização como critério de desempate entre licitantes

4.1 No caso de convocação, pela Controladoria-Geral da União, do licitante que usufruiu do critério de desempate previsto no inciso IV do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, para comprovar a veracidade das informações indicadas na autoavaliação sobre o desenvolvimento do Programa de Integridade, será considerado desenvolvido o programa de integridade quando, após a avaliação, atender cumulativamente aos seguintes critérios:



- I - obtenção da pontuação integral nas questões classificadas como nível QN1;
- II - alcance da pontuação mínima por área, de acordo com a faixa de valor do contrato assinado;
- III - alcance da pontuação total mínima, de acordo com a faixa de valor do contrato assinado.

4.1.1 Para fins dos dispostos nos incisos II e III, consideram-se as seguintes faixas de valor do contrato e respectivas pontuações mínimas:

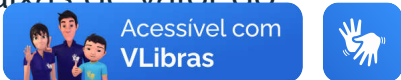
Faixa de Valor do Contrato		Pontuação Mínima por Área	Pontuação Mínima Total
1	até R\$ 25 milhões	30%	45%
2	de R\$ 25 milhões a R\$ 100 milhões	35%	50%
3	de R\$ 100 milhões a R\$ 250 milhões	40%	60%
4	acima de R\$ 250 milhões	45%	70%

5. Da avaliação de programas de integridade em reabilitação de licitante ou contratado

5.1 No âmbito da avaliação de programas de integridade para fins de reabilitação de licitante ou contratado, será considerado implantado ou aperfeiçoado o programa de integridade submetido pela pessoa jurídica, quando, após a avaliação, atender cumulativamente aos seguintes critérios:

- I - obtenção da pontuação integral nas questões classificadas como nível QN1;
- II - obtenção da pontuação integral nas questões classificadas como nível QN4;
- III - alcance da pontuação mínima por área, de acordo com a faixa de faturamento da pessoa jurídica;
- IV - alcance da pontuação mínima de 70% na área XII; e
- V - alcance da pontuação total mínima, de acordo com a faixa de faturamento da pessoa jurídica.

5.1.1 Para fins dos dispostos nos incisos III, IV e V, consideram-se as seguintes faixas de valor do faturamento e respectivas pontuações mínimas:



Faixa de Valor do FATURAMENTO		Pontuação Mínima por Área	Pontuação Mínima - Área XII	Pontuação Mínima Total
1	até R\$ 25 milhões	30%	70%	45%
2	de R\$ 25 milhões a R\$ 100 milhões	35%	70%	50%
3	de R\$ 100 milhões a R\$ 250 milhões	40%	70%	60%
4	acima de R\$ 250 milhões	45%	70%	70%

5.1.2 O enquadramento da pessoa jurídica será obtido a partir do valor do auferido pela entidade no ano anterior ao da submissão do programa de integridade para avaliação.

6. Dos requisitos para preenchimento e apresentação de evidências pela pessoa jurídica

6.1 As avaliações conduzidas pela CGU são condicionadas ao preenchimento completo e adequado do Formulário de Conformidade pela pessoa jurídica, bem como à apresentação de evidências válidas, consistentes e tempestivas, em conformidade com os critérios estabelecidos nesta metodologia.

6.1.1 O não atendimento a essas condições poderá comprometer a análise das informações declaradas e, conseqüentemente, a validação das práticas reportadas pela pessoa jurídica.

6.2 As respostas apresentadas pela pessoa jurídica deverão ser comprovadas por meio de documentos formais, identificáveis, datados, assinados ou com nível de formalização equivalente, acompanhados de comentários objetivos e explicações complementares, quando necessário à adequada compreensão das informações prestadas.

6.3 Não serão aceitos como válidos documentos não finalizados, rascunhos, versões preliminares ou pendentes de aprovação.

6.4 Documentos digitais como planilhas, apresentações e documentos de texto somente serão considerados como evidência se forem corroborados por documentos de caráter oficial, tais como atas de reunião, relatórios e e-mails institucionais.

ANEXO II REQUISITOS DE AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS DE INTEGRIDADE

ÁREA I - COMPROMETIMENTO DA ALTA DIREÇÃO DA PESSOA JURÍDICA			
MEDIDAS DE INTEGRIDADE AVALIADAS	Tipos de Resposta	Peso da Questão	Valor da Questão
1. Adoção de critérios de integridade para seleção e remuneração de candidatos a cargos da alta direção			
1.1 A pessoa jurídica possui critérios de integridade formalizados para seleção dos candidatos aos cargos da alta direção? Se sim, anexar documentos que comprovem a existência dos critérios de integridade para seleção e informar os cargos a que são aplicados, a forma como os critérios são considerados e os responsáveis por sua avaliação.	Sim Não	QN2	15
1.2 A pessoa jurídica aplicou critérios de integridade para seleção dos ocupantes de cargos da alta direção contratados nos últimos 24 meses? ^[1] Se sim, anexar documentos que comprovem a aplicação dos critérios de integridade para seleção.	Sim Não Não se Aplica	QN5	18
1.3 A pessoa jurídica possui política de remuneração variável para os membros da alta direção condicionada ao atingimento de metas de desempenho relacionadas aos indicadores de aplicação ao programa de integridade? ^[1] Se sim, anexar a política de remuneração que comprova a existência dessa regra e descrever como ela é aplicada.	Sim Não Não se Aplica	QN2	15
2. Envolvimento da alta direção na implementação e supervisão do programa de integridade			
2.1 A aprovação das principais políticas relacionadas ao programa de integridade é feita pelas mais elevadas instâncias decisórias da pessoa jurídica? Se sim, anexar documentos que comprovem a aprovação das principais políticas relacionadas ao programa de integridade pela alta direção.	Sim Não	QN1	20
2.2 A pessoa jurídica possui em sua estrutura de governança órgão colegiado (como comitê ou conselho de ética) para deliberar sobre temas de ética e integridade, que contam com a participação de membros da alta direção? ^[1] Se sim, anexar documentos que comprovem a existência do órgão colegiado e a participação dos membros da alta direção em sua composição.	Sim Não Não se Aplica	QN2	15
2.3 A alta direção da pessoa jurídica supervisiona, diretamente ou por intermédio de órgão colegiado do qual ela participe, a implantação e a aplicação do programa de integridade, por meio do recebimento e avaliação de relatórios periódicos de acompanhamento das atividades relacionadas ao programa de integridade? Se sim, anexar documentos que comprovem a supervisão do programa de integridade pela alta direção e indicar a forma e a periodicidade com que a alta direção participa da supervisão do programa de integridade.	Sim Não Parcialmente	QN5	18
3. Apoio visível e inequívoco da alta direção ao programa de integridade, incluindo a destinação de recursos adequados			
3.1 Os membros da alta direção, individualmente, manifestam publicamente apoio ao programa de integridade? Se sim, anexar documentos e/ou indicar, no campo correspondente, link em que seja possível visualizar as manifestações de apoio ao programa de integridade por membros da alta direção.	Sim Não	QN1	20
3.2 As manifestações de apoio ao programa de integridade por membros da alta direção:			
3.2.1 são feitas de forma periódica e divulgadas por diferentes meios para alcançar o público interno e externo da pessoa jurídica em toda sua diversidade? Se sim, demonstrar a medida em que as manifestações de apoio ao programa de integridade ocorreram de forma periódica e direcionadas aos diferentes públicos da entidade.	Sim Não Parcialmente	QN3	5

Acessível com VLibras



3.2.2 expressam uma mensagem de incentivo à adoção de uma conduta ética, seguindo os ditames do programa de integridade? Se sim, demonstrar a medida em que as manifestações de apoio ao programa de integridade expressaram o compromisso com os temas.	Sim Não	QN3	5
3.2.3 expressam o compromisso da alta direção com o combate ao preconceito, à discriminação e ao assédio de qualquer natureza? Se sim, demonstrar a medida em que as manifestações de apoio ao programa de integridade expressaram o compromisso com os temas.	Sim Não	QN3	5
3.3 A pessoa jurídica destina recursos em seu orçamento para a manutenção das atividades relacionadas ao programa de integridade? Se sim, anexar documentos que comprovem a destinação de recursos para o programa de integridade.	Sim Não	QN5	18

ÁREA II - INSTÂNCIA INTERNA RESPONSÁVEL PELA APLICAÇÃO DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE			
MEDIDAS DE INTEGRIDADE AVALIADAS	Tipos de Resposta	Peso da Questão	Valor da Questão
4. Existência e estrutura da instância interna responsável pela aplicação do programa de integridade			
4.1 A pessoa jurídica possui área ou pessoa responsável pela aplicação do programa de integridade? Se sim, anexar documentos que comprovem a existência da área específica ou pessoa responsável, informando a data em que a área foi instituída ou em que a pessoa responsável foi contratada/designada para a função e o currículo do atual responsável pelo programa de integridade.	Sim Não	QN1	20
4.2 A instância interna responsável pelo programa de integridade está formalmente constituída, tendo suas atribuições expressamente previstas em documento aprovado pela alta direção da pessoa jurídica? Se sim, anexar documentos que comprovem a constituição formal da área responsável pelo programa de integridade, com suas atribuições e responsabilidades definidas.	Sim Não Parcialmente	QN2	15
4.3 A instância interna responsável pelo programa possui estrutura independente, não estando subordinada a outro departamento da pessoa jurídica - jurídico, auditoria, RH etc.? ^[1] Se sim, anexar organograma que demonstre a estrutura atual da instância interna e suas linhas de reporte ou política/procedimento que formalize tal estrutura e linhas de reporte.	Sim Não Não se Aplica	QN2	15
4.4 A instância interna responsável pelo programa de integridade conta com quantitativo de funcionários proporcional às atribuições conferidas à área? Se sim, anexar documentos que demonstrem de forma expressa a estrutura de colaboradores alocados à área responsável pelo programa de integridade.	Sim Não	QN5	18
5. Garantias atribuídas ao responsável pela instância interna para o exercício de suas atividades com autoridade e independência			
5.1 O responsável pela instância interna de integridade possui garantias expressas que possibilitam o exercício das suas atribuições com independência e autoridade? Se sim, anexar documentos que comprovem a existência das garantias, a exemplo de mandato, nível de reporte, remuneração compatível com outras funções de mesmo nível hierárquico, livre acesso a documentos, pessoas e ativos da organização.	Sim Não Parcialmente	QN2	15
5.2 O responsável pela instância interna de integridade atua (diretamente ou como instância supervisora) na investigação e apuração de situações que configurem violações éticas ou legais? Se sim, anexar documentos que comprovem, no fluxo de tratamento de investigações e apurações de violações éticas e legais, que a instância interna atua diretamente ou mediante supervisão.	Sim Não	QN4	25

ÁREA III - GESTÃO DE RISCOS PARA INTEGRIDADE			
MEDIDAS DE INTEGRIDADE AVALIADAS	Tipos de Resposta	Peso da Questão	Valor da Questão
6. Gestão de riscos para integridade			

6.1 Existe na pessoa jurídica política ou planejamento que trate da gestão de riscos e que defina a metodologia para a realização da análise de riscos? Se sim, anexar a política, metodologia ou outros documentos que formalizam a atividade de gestão de riscos.	Sim Não Parcialmente	QN2	15
6.2 A política ou planejamento que trata da gestão de riscos:			
6.2.1 institui a periodicidade mínima para atualização/revisão do processo de análise de riscos? Se sim, informar o item ou página da política, metodologia ou outro documento que comprove a existência do requisito.	Sim Não	QN3	5
6.2.2 determina a área ou pessoa responsável pela gestão de riscos? Se sim, informar o item ou página da política, metodologia ou outro documento que comprove a existência do requisito.	Sim Não	QN3	5
6.2.3 inclui sua revisão e aprovação pela alta direção? Se sim, informar o item ou página da política, metodologia ou outro documento que comprove a existência do requisito.	Sim Não	QN3	5
6.3 A pessoa jurídica realizou, nos últimos 24 meses, uma análise de riscos que contempla expressamente riscos para integridade, isto é, aqueles relacionados a corrupção e fraude? Se sim, anexar a matriz de riscos ou documento equivalente, incluindo comprovação de que foi aprovado pela alta direção da entidade, no período indicado.	Sim Não	QN1	20
6.3.1 A análise de riscos contempla o mapeamento dos riscos para integridade relacionados à sua participação em licitações e na execução de contratos administrativos? Se sim, anexar a matriz de riscos ou documento equivalente que contenha os riscos mapeados relacionados à participação da entidade em licitações e contratos administrativos.	Sim Não	QN3	5
6.3.2 A análise de riscos realizada contempla a classificação dos riscos com base em sua probabilidade e impacto? Se sim, anexar a matriz de riscos ou documento equivalente que contenha a análise e avaliação dos riscos com base em seu impacto e probabilidade.	Sim Não	QN3	5
6.3.3 A pessoa jurídica estabeleceu medidas voltadas para a mitigação dos riscos identificados, com a definição de prazos para implementação dessas medidas e dos responsáveis por sua implementação? Se sim, anexar documentos que demonstrem a definição das medidas de mitigação dos riscos identificados.	Sim Não Parcialmente	QN5	18



ÁREA IV - CÓDIGO DE ÉTICA E CONDUTA			
MEDIDAS DE INTEGRIDADE AVALIADAS	Tipos de Resposta	Peso da Questão	Valor da Questão
7. Código de Ética e Conduta			
7.1 A pessoa jurídica possui código de ética e conduta, ou documento equivalente, disponível em português[2]? Se sim, anexar o código ou documento equivalente.	Sim Não	QN1	20
7.2 O código de ética e conduta ou documento equivalente:			
7.2.1 foi formalmente aprovado pela alta direção da pessoa jurídica? Se sim, anexar documento ou registro que comprove a aprovação do código pela alta direção da entidade.	Sim Não	QN3	5
7.2.2 inclui expressamente a ética e/ou a integridade entre os princípios ou valores da pessoa jurídica? Se sim, indicar o dispositivo do código que atenda ao requisito.	Sim Não	QN3	5
7.2.3 está alinhado com a legislação anticorrupção brasileira, contendo vedações expressas à prática de atos de corrupção e fraude e prevenção de conflito de interesses? Se sim, indicar o(s) dispositivo(s) do código que atenda(m) ao requisito.	Sim Não Parcialmente	QN3	5
7.2.4 expressa o compromisso da pessoa jurídica em combater o preconceito, a discriminação e o assédio de qualquer natureza em suas relações internas e externas? Se sim, indicar o(s) dispositivo(s) do código que atenda(m) ao requisito.	Sim Não Parcialmente	QN3	5

7.2.5 estabelece as condutas permitidas e proibidas na pessoa jurídica? Se sim, indicar o(s) dispositivo(s) do código que atenda(m) ao requisito.	Sim Não	QN3	5
7.2.6 menciona a possibilidade de aplicação de sanções para aqueles que cometerem violações éticas/legais, inclusive para os membros da alta direção da pessoa jurídica? Se sim, indicar o(s) dispositivo(s) do código que atenda(m) ao requisito.	Sim Não Parcialmente	QN3	5
7.3 O código de ética e conduta, ou documento equivalente, encontra-se disponível na página institucional da pessoa jurídica na internet? Se sim, informar o link e descrever o caminho, desde a página inicial da entidade, para acesso ao documento.	Sim Não	QN5	18
7.4 A pessoa jurídica possui código de ética e conduta, ou documento equivalente, aplicável a terceiros e disponível em português? Se sim, informar o link e descrever o caminho, desde a página inicial da entidade para acesso ao documento.	Sim Não	QN3	5
7.5 A pessoa jurídica solicita aos terceiros que declarem expressamente que estão cientes da existência e do conteúdo do código, e que se comprometem a observar os termos e condições nele previstos? Se sim, anexar documentos que comprovem o comprometimento de terceiros e informar como e em que momento isso ocorre.	Sim Não	QN5	18

ÁREA V - POLÍTICAS E PROCEDIMENTOS DE INTEGRIDADE E DE PREVENÇÃO DE ILÍCITOS EM LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS			
MEDIDAS DE INTEGRIDADE AVALIADAS	Tipos de Resposta	Peso da Questão	Valor da Questão
8. Políticas e procedimentos de integridade			
8.1 A pessoa jurídica possui políticas e procedimentos de integridade que:			
8.1.1 vedam expressamente a concessão de vantagens indevidas, econômicas ou não, a agentes públicos? Se sim, anexar a política ou procedimento e indicar o(s) dispositivo(s) do documento que atenda(m) ao requisito.	Sim Não	QN1	
8.1.2 tratam do oferecimento de presentes, brindes e hospitalidades (refeições, entretenimento, viagem e hospedagem) a agentes públicos? Se sim, anexar a política ou procedimento e indicar o(s) dispositivo(s) do documento que atenda(m) ao requisito.	Sim Não	QN3	5
8.1.3 tratam da prevenção de conflito de interesses nas relações com a Administração Pública, incluindo contratações de agentes públicos e seus familiares? Se sim, anexar a política ou procedimento e indicar o(s) dispositivo(s) do documento que atenda(m) ao requisito.	Sim Não Parcialmente	QN3	5
8.1.4 estabelecem orientações e controles sobre temas como realização de reuniões, encontros e outros tipos de interações entre administradores e empregados da pessoa jurídica com agentes públicos? Se sim, anexar a política ou procedimento e indicar o(s) dispositivo(s) do documento que atenda(m) ao requisito.	Sim Não Parcialmente	QN3	5
8.1.5 tratam da realização de doação e patrocínio, ou informam claramente que a pessoa jurídica não realiza essas atividades? Se sim, anexar política/procedimento de integridade. Indicar, no campo correspondente, o artigo, item e/ou página em que há essa previsão.	Sim Não	QN3	5
8.2 As políticas e procedimentos de integridade relacionados às interações com a Administração Pública foram aplicadas periodicamente pela pessoa jurídica nos últimos 12 meses? Se sim, descrever as ocasiões e a forma como as políticas e procedimentos foram aplicados, anexando a documentação comprobatória pertinente.	Sim Não Parcialmente	QN4	25
9. Políticas e procedimentos específicos para prevenção de ilícitos em licitações e contratos administrativos			

Acessível com
VLibras



9.1. A pessoa jurídica possui políticas ou procedimentos específicos para prevenção de ilícitos em licitações e contratos administrativos? Se sim, anexar a política ou procedimentos que atenda(m) ao requisito.	Sim Não	QN1	20
9.2 As política ou procedimentos:			
9.2.1 estabelecem orientações sobre a conduta esperada (o que é permitido/proibido) para seus empregados e para terceiros que atuam em seu nome? Se sim, indicar o(s) dispositivo(s) da política ou procedimentos que atenda(m) ao requisito.	Sim Não Parcialmente	QN3	5
9.2.2 indicam expressamente os responsáveis por autorizar a adoção de medidas relacionadas à participação em licitações, bem como pela interação com os agentes públicos para tratar de questões relacionadas à gestão do contrato, como pagamento, alterações contratuais, aditivos e prorrogações? Se sim, indicar o(s) dispositivo(s) da política ou procedimentos que atenda(m) ao requisito.	Sim Não Parcialmente	QN3	5
9.2.3 definem a necessidade de rotação periódica dos responsáveis por interagir com os agentes públicos em licitações e contratos administrativos? Se sim, indicar o(s) dispositivo(s) da política ou procedimentos que atenda(m) ao requisito.	Sim Não	QN3	5
9.2.4 orientam a relação da pessoa jurídica com seus concorrentes, a fim de evitar práticas anticoncorrenciais que possibilitem fraude em processos licitatórios? Se sim, indicar o(s) dispositivo(s) da política ou procedimentos que atenda(m) ao requisito.	Sim Não	QN3	5
9.3 A pessoa jurídica aplicou, nos últimos 12 meses, as orientações e controles específicos para prevenção de fraudes e ilícitos em licitações e contratos administrativos? Se sim, descrever as ocasiões e a forma como as orientações e controles foram aplicados.	Sim Não Parcialmente	QN4	25

ÁREA VI - TREINAMENTOS E AÇÕES DE COMUNICAÇÃO SOBRE O PROGRAMA DE INTEGRIDADE			
MEDIDAS DE INTEGRIDADE AVALIADAS	Tipos de Resposta	Peso Questao	Questao
10. Treinamentos sobre o Programa de Integridade			
10.1 A pessoa jurídica possui um planejamento para a realização de treinamentos sobre integridade com definição do cronograma, temas, públicos-alvo, responsáveis e forma de execução? Se sim, anexar o documento ou informações que demonstrem o planejamento vigente.	Sim Não	QN1	20
10.2 A pessoa jurídica realizou, nos últimos 12 meses, treinamento(s) direcionado(s) a todos os seus colaboradores, abordando conteúdo de integridade, como aqueles relacionados ao código de ética, canais de denúncia ou políticas anticorrupção? Se sim, anexar documentos e/ou indicar, no campo correspondente, link em que seja possível visualizar os treinamentos realizados e descrever as ocasiões, temas, carga horária e público alcançado.	Sim Não Parcialmente	QN4	25
10.3 A pessoa jurídica realizou, nos últimos 12 meses, treinamento(s) direcionado(s) a públicos específicos, abordando conteúdo alinhado aos principais riscos daqueles públicos, como prevenção de fraudes e ilícitos em licitações e contratos administrativos, controles contábeis e financeiros, realização de diligências para contratação e supervisão de terceiros? Se sim, anexar documentos e/ou indicar, no campo correspondente, link em que seja possível visualizar os treinamentos realizados e descrever as ocasiões, temas, carga horária e público alcançado.	Sim Não Parcialmente	QN5	18
10.4 Os treinamentos relacionados ao programa de integridade realizados pela pessoa jurídica nos últimos 12 meses atingiram, em média, 70% de cada um dos públicos-alvo? Se sim, anexar documentos ou informações que demonstrem o cumprimento do requisito.	Sim Não	QN3	5
11. Comunicações sobre o Programa de Integridade			
11.1 A pessoa jurídica possui um planejamento para a realização de ações recorrentes de comunicação sobre integridade, com definição do cronograma, temas, responsáveis, públicos-alvo e meios de divulgação? Se sim, anexar o documento ou informações que demonstrem o planejamento vigente.	Sim Não Parcialmente	QN1	20

11.2 A pessoa jurídica promoveu, nos últimos 12 meses, ações de comunicação voltadas à divulgação dos aspectos gerais do programa de integridade, como código de ética e de conduta, política anticorrupção e canais de denúncia? Se sim, anexar documentos e/ou indicar, no campo correspondente, link em que seja possível visualizar as comunicações realizadas no período.	Sim Não Parcialmente	QN4	25
11.2.1 As ações de comunicação realizadas pela empresa no período avaliado foram feitas de forma periódica e contínua? Se sim, anexar documentos e/ou indicar, no campo correspondente, informações que demonstrem a realização de comunicações de forma periódica e contínua sobre integridade.	Sim Não	QN3	5

ÁREA VII - CONTROLES CONTÁBEIS, FINANCEIROS E AUDITORIA INTERNA			
MEDIDAS DE INTEGRIDADE AVALIADAS	Tipos de Resposta	Peso da Questão	Valor da Questão
12. Controles Contábeis e Financeiros			
12.1 A pessoa jurídica possui procedimentos definidos para a realização dos lançamentos contábeis e financeiros? Se sim, anexar os documentos ou informações que estabeleçam os procedimentos existentes.	Sim Não	QN1	20
12.2 A pessoa jurídica possui regras que estabelecem a segregação de funções e a definição de níveis de aprovação (alçadas) de receitas e despesas? Se sim, anexar documentos que comprovem a existência das regras. Indicar, no campo correspondente, o artigo, item e/ou página em que há essa previsão.	Sim Não	QN3	5
12.3 A pessoa jurídica possui mecanismos e/ou "red flags" para detectar receitas e despesas fora do padrão durante o registro de lançamentos contábeis? Se sim, anexar os documentos ou informações que estabeleçam os procedimentos existentes.	Sim Não	QN3	5
12.4 A pessoa jurídica possui regras que exigem a verificação do cumprimento do objeto do contrato para realização do pagamento? Se sim, anexar documentos ou informações que estabeleçam os procedimentos existentes.	Sim Não	QN2	15
13. Auditoria Interna			
13.1 A pessoa jurídica possui função de auditoria interna formalmente estabelecida, seja de forma direta ou terceirizada? ^[1] Se sim, anexar oi estatuto ou documento que demonstre o estabelecimento da função de auditoria interna.	Sim Não Não se Aplica	QN2	15
13.2 A função de auditoria interna reporta-se diretamente à alta direção ou instância de governança da pessoa jurídica? ^[1] Se sim, anexar o estatuto ou outro documento que demonstre o nível de reporte da função de auditoria interna.	Sim Não Não se Aplica	QN3	5
13.3 A função de auditoria interna dispõe de estrutura, recursos e nível de acesso adequados ao cumprimento de suas atribuições? ^[1] Se sim, anexar o estatuto e demais documentos que demonstrem a adequação da estrutura, recursos e nível de acesso da função de auditoria interna.	Sim Não Parcialmente Não se Aplica	QN3	5
13.4 São produzidos relatórios periódicos de auditoria interna? ^[1] Se sim, anexar o último relatório anual de atividades da unidade de auditoria interna.	Sim Não Não se Aplica	QN5	18
13.5 As recomendações ou apontamentos emitidos pela função de auditoria interna são adequada e tempestivamente implementadas pela pessoa jurídica? ^[1] Se sim, anexar documentos que demonstrem a adequada e tempestiva implementação das recomendações emitidas pela função de auditoria interna.	Sim Não Parcialmente Não se Aplica	QN5	18

ÁREA VIII - DILIGÊNCIAS PARA CONTRATAÇÃO E SUPERVISÃO DE TERCEIROS E PARA FUSÕES E AQUISIÇÕES SOCIETÁRIAS			
MEDIDAS DE INTEGRIDADE AVALIADAS	Tipos de Resposta	Peso da Questão	Valor da Questão
14. Diligências para contratação e supervisão de terceiros			

14.1 A pessoa jurídica possui políticas e procedimentos baseadas em risco para a realização de diligências, contratação e supervisão de terceiros, que:			
14.1.1 determinam a verificação de possível envolvimento do terceiro em casos de corrupção e práticas de fraude contra a Administração Pública? Se sim, anexar as políticas e/ou procedimentos, indicando o artigo, item e/ou página onde consta essa previsão.	Sim Não	QN1	20
14.1.2 determinam a verificação da existência de registro do terceiro em "listas sujas" de trabalho escravo ou em condições análogas às de escravo? Se sim, anexar as políticas e/ou procedimentos, indicando o artigo, item e/ou página onde consta essa previsão.	Sim Não	QN3	5
14.1.3 determinam a verificação de possível envolvimento do terceiro em crimes ambientais ou em práticas nocivas ao meio ambiente? [3]Se sim, anexar as políticas e/ou procedimentos, indicando o artigo, item e/ou página onde consta essa previsão.	Sim Não Não se Aplica	QN3	5
14.1.4 estabelecem a necessidade de adoção de medidas para minimizar o risco da contratação de terceiro, caso o resultado das diligências realizadas indique alto risco de integridade na contratação? Se sim, anexar as políticas e/ou procedimentos, indicando o artigo, item e/ou página onde consta essa previsão.	Sim Não	QN3	5
14.2 A pessoa jurídica realizou diligências de integridade em relação aos terceiros com os quais estabeleceu relações negociais nos últimos 12 meses? Se sim, anexar documentos que comprovem a realização das diligências e as deliberações realizadas com base nos resultados das diligências.	Sim Não	QN5	18
15. Cláusulas contratuais			
15.1 As políticas e procedimentos sobre contratação de terceiros estabeleçam a inclusão de cláusulas, nos contratos relevantes celebrados com terceiros, que:			
15.1.1 estabelecem a vedação de práticas de fraude e corrupção e exigem a observância do cumprimento de normas éticas, trabalhistas e sociais? Se sim, anexar as políticas e/ou procedimentos, indicando o artigo, item e/ou página onde consta essa previsão.	Sim Não	QN3	5
15.1.2 preveem a aplicação de penalidades e/ou de rescisão contratual em caso de descumprimento de normas éticas e prática de fraude e corrupção? Se sim, anexar as políticas e/ou procedimentos, indicando o artigo, item e/ou página onde consta essa previsão.	Sim Não	QN3	
15.2 A pessoa jurídica incluiu cláusulas, nos contratos relevantes celebrados com terceiros nos últimos 12 meses, que contemplem as medidas estabelecidas nas políticas e procedimentos anteriormente descritos? Se sim, anexar cópias de contratos celebrados nos últimos 12 meses, referenciando as cláusulas que contenham as previsões definidas nas políticas ou procedimentos.	Sim Não Parcialmente	QN5	18
16. Diligências prévias a fusões, aquisições e outras operações societárias			
16.1 A pessoa jurídica possui políticas e procedimentos específicos para a realização de fusões, aquisições ou outras operações societárias que preveem a realização de diligências para verificar o histórico de prática de atos de corrupção, fraude ou violação de direitos humanos ou trabalhistas das empresas envolvidas nas operações?[4] Se sim, anexar as políticas e/ou procedimentos, indicando o artigo, item e/ou página onde consta essa previsão.	Sim Não Parcialmente Não se Aplica	QN2	15
16.2 A pessoa jurídica realizou diligências prévias a fusões, aquisições e outras operações societárias nos últimos 24 meses? ^[4] Se sim, anexar documentos que comprovem a aplicação das políticas/procedimentos.	Sim Não Parcialmente Não se Aplica	QN5	18

ÁREA IX - CANAIS DE DENÚNCIA, REMEDIAÇÃO E MEDIDAS DISCIPLINARES			
MEDIDAS DE INTEGRIDADE AVALIADAS	Tipos de Resposta	Peso da Questão	Valor da Questão
17. Canais disponíveis para realização de denúncias			
17.1 A pessoa jurídica possui canal para realização de denúncias, disponível em português e informado na página institucional da empresa na internet? Se sim, informar o link e descrever o caminho, desde a página inicial da empresa, e eventuais outras formas de acesso ao canal.	Sim Não	QN1	20
17.2 O canal de denúncias da pessoa jurídica:			

17.2.1 é operacionalizado por meio de formulário eletrônico a partir da página institucional da pessoa jurídica na internet? Se sim, informar o link e descrever o caminho, desde a página inicial da empresa, para acesso ao canal.	Sim Não	QN3	5
17.2.2 oferece expressamente garantias de proteção aos denunciante de boa-fé, como anonimato e não retaliação? Se sim, anexar documentos que comprovem essa informação.	Sim Não	QN3	5
17.2.3 permite o acompanhamento da apuração da denúncia pelo denunciante? Se sim, anexar documentos que comprovem essa informação.	Sim Não	QN3	5
17.3 O canal de denúncias funcionou quando testado pelo avaliador?[5]	Sim Não	QN4	25
18. Tratamento e apuração de denúncias			
18.1 A pessoa jurídica possui políticas e procedimentos que estabelecem o fluxo e as responsabilidades quanto ao tratamento, apuração e remediação de casos de fraudes, corrupção ou violação de direitos humanos e trabalhistas? Se sim, anexar a política ou procedimentos e indicar o(s) dispositivo(s) do documento que atenda(m) ao requisito.	Sim Não Parcialmente	QN2	15
18.2 As políticas e procedimentos definem:			
18.2.1 salvaguardas e prerrogativas de acesso a documentos, sistemas e pessoas por parte dos responsáveis pela apuração? Se sim, anexar a política ou procedimentos e indicar o(s) dispositivo(s) do documento que atenda(m) ao requisito.	Sim Não Parcialmente	QN3	5
18.2.2 fluxo específico para apuração de denúncias envolvendo membros da alta direção? Se sim, anexar a política ou procedimentos e indicar o(s) dispositivo(s) do documento que atenda(m) ao requisito.	Sim Não	QN3	5
18.3 A pessoa jurídica realizou o tratamento das denúncias recebidas nos últimos 24 meses?[6] Se sim, anexar documentos que demonstrem o tratamento do universo de denúncias recebidas no período.	Sim Não Não se aplica	QN5	18
19. Procedimentos para interrupção de irregularidades, remediação e aplicação de medidas disciplinares			
19.1 As políticas e procedimentos relacionadas ao tratamento, apuração e remediação de casos de fraudes, corrupção ou violação de direitos humanos e trabalhistas definem:			
19.1.1 as medidas disciplinares aplicáveis aos casos de infrações relacionadas a fraudes, corrupção ou violação de direitos humanos e trabalhistas? Se sim, anexar a política ou procedimentos e indicar o(s) dispositivo(s) do documento que atenda(m) ao requisito.	Sim Não	QN3	5
19.1.2 a correlação entre as medidas disciplinares e os tipos de infração cometidas e as alçadas para sua aplicação? Se sim, anexar a política ou procedimentos e indicar o(s) dispositivo(s) do documento que atenda(m) ao requisito.	Sim Não	QN3	5
19.1.3 a pronta interrupção de irregularidades, inclusive com a possibilidade de afastamento cautelar de membros da alta direção suspeitos de envolvimento em atos de corrupção e fraude? Se sim, anexar a política ou procedimentos e indicar o(s) dispositivo(s) do documento que atenda(m) ao requisito.	Sim Não	QN3	5
19.1.4 os procedimentos aplicáveis para encaminhamento de denúncias às autoridades competentes? Se sim, anexar a política ou procedimentos e indicar o(s) dispositivo(s) do documento que atenda(m) ao requisito.	Sim Não	QN3	5
19.2 A pessoa jurídica aplicou procedimentos para interrupção de irregularidades, remediação e aplicação de medidas disciplinares nos últimos 24 meses? [6] Se sim, anexar a política ou procedimentos e indicar o(s) dispositivo(s) do documento que atenda(m) ao requisito.	Sim Não Não se aplica	QN5	18
ÁREA X - MONITORAMENTO DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE			
MEDIDAS DE INTEGRIDADE AVALIADAS	Tipos de Resposta	Peso da Questão	Valor da Questão
20. Monitoramento contínuo do Programa de Integridade			

Acessível com VLibras



20.1 A pessoa jurídica possui política ou procedimentos que estabelecem o monitoramento contínuo do programa de integridade? Se sim, anexar a política ou procedimentos e indicar o(s) dispositivo(s) do documento que atenda(m) ao requisito.	Sim Não	QN1	20
20.2 A política ou procedimentos que estabelecem o monitoramento contínuo do programa de integridade definem:			
20.2.1 os responsáveis pelo monitoramento? Se sim, anexar a política ou procedimentos e indicar o(s) dispositivo(s) do documento que atenda(m) ao requisito.	Sim Não	QN3	5
20.2.2 a periodicidade para realização do monitoramento? Se sim, anexar a política ou procedimentos e indicar o(s) dispositivo(s) do documento que atenda(m) ao requisito.	Sim Não	QN3	5
20.2.3 as instâncias para as quais serão submetidos os dados e as informações apurados no monitoramento? Se sim, anexar a política ou procedimentos e indicar o(s) dispositivo(s) do documento que atenda(m) ao requisito.	Sim Não	QN3	5
20.3 A pessoa jurídica realiza um monitoramento contínuo do programa de integridade por meio de:			
20.3.1 utilização de indicadores e estabelecimento de metas de desempenho sobre o programa de integridade, visando avaliar sua efetividade e cumprimento? Se sim, anexar documentos que comprovem a existência das metas e a utilização dos indicadores.	Sim Não	QN2	15
20.3.2 relatórios periódicos com dados e estatísticas sobre aplicação das principais políticas e procedimentos de integridade? Se sim, informar os tipos de relatórios produzidos, o conteúdo neles abordado e os sistemas/software eventualmente utilizados.	Sim Não	QN2	15
20.4 A pessoa jurídica utiliza as informações obtidas a partir do monitoramento para aprimorar seu programa de integridade e demais políticas, procedimentos e controles? ^[7] Se sim, anexar documentos que comprovem a adoção de medidas de aprimoramento que sejam baseadas nas informações obtidas no monitoramento.	Sim Não Não se aplica	QN5	18

Acessível com
VLibras



ÁREA XI - RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL E TRANSPARÊNCIA			
MEDIDAS DE INTEGRIDADE AVALIADAS	Tipos de Resposta	Peso da Questão	Valor da Questão
21. Responsabilidade Ambiental			
21.1 A pessoa jurídica possui política ou procedimentos formais sobre questões ambientais, como gestão de resíduos, consumo de recursos naturais, emissão de poluentes e medidas de mitigação de impactos? ^[3] Se sim, anexar a política ou procedimentos e indicar o(s) dispositivo(s) do documento que atenda(m) ao requisito.	Sim Não Parcialmente Não se aplica	QN3	5
21.2 A pessoa jurídica observa a legislação ambiental e mantém atualizadas as licenças ambientais exigidas para o exercício de suas atividades? ^[3] Se sim, anexar documentos que comprovem o atendimento ao requisito.	Sim Não Parcialmente Não se aplica	QN3	5
22. Responsabilidade Social			
22.1 A pessoa jurídica possui políticas, procedimentos e atividades voltadas à proteção e à promoção dos direitos humanos em suas atividades e relações internas de trabalho? Se sim, anexar a política ou procedimentos e relacionar as principais atividades realizadas nesse sentido.	Sim Não Parcialmente	QN3	5
22.2 A pessoa jurídica possui políticas, procedimentos e atividades voltadas à proteção e à promoção dos direitos humanos no ambiente externo à organização? Se sim, anexar a política ou procedimentos e relacionar as principais atividades realizadas nesse sentido.	Sim Não Parcialmente	QN3	5
23. Transparência			
23.1 Há manifestação institucional clara do compromisso da pessoa jurídica com a ética e a integridade em sua página institucional na internet ou em suas redes sociais? Se sim, indicar o link e descrever o caminho, desde a página inicial da entidade, em que tal informação é disponibilizada.	Sim Não	QN1	20

23.2 A pessoa jurídica disponibiliza em seu site institucional, em português, informações completas e atualizadas sobre:			
23.2.1 principais atividades exercidas? Se sim, indicar o link e descrever o caminho, desde a página inicial da entidade, em que tal informação é disponibilizada.	Sim Não	QN3	5
23.2.2 identificação de seus proprietários ou principais acionistas? Se sim, indicar o link e descrever o caminho, desde a página inicial da entidade, em que tal informação é disponibilizada.	Sim Não	QN3	5
23.2.3 identificação e função de seus principais executivos e dirigentes? Se sim, indicar o link e descrever o caminho, desde a página inicial da entidade, em que tal informação é disponibilizada.	Sim Não	QN3	5
23.2.4 os patrocínios e doações realizados ou a informação explícita de que não realiza tais ações? Se sim, indicar o link e descrever o caminho, desde a página inicial da entidade, em que tal informação é disponibilizada.	Sim Não	QN3	5
23.2.5 as participações em licitações públicas e contratos firmados com a Administração Pública? Se sim, indicar o link e descrever o caminho, desde a página inicial da entidade, em que tal informação é disponibilizada.	Sim Não	QN3	5
23.3 Existe uma seção específica no site da pessoa jurídica que reúna as informações sobre o programa de integridade? Se sim, indicar o link e descrever o caminho, desde a página inicial da entidade, em que tal informação é disponibilizada.	Sim Não	QN5	18

ÁREA XII - MEDIDAS DE REMEDIAÇÃO ADOTADAS EM FACE DOS ATOS QUE ENSEJARAM A APLICAÇÃO DA SANÇÃO[8]			
MEDIDAS DE INTEGRIDADE AVALIADAS	Tipos de Resposta	Peso da Questão	Valor da Questão
24. Ações adotadas em relação aos envolvidos no ilícito			
24.1 A pessoa jurídica aplicou as medidas disciplinares cabíveis em face dos ilícitos que ocasionaram sua inabilitação? Se sim, anexar documentos que comprovem essa informação e descrever que medidas foram aplicadas e os profissionais ou entidades alcançados.	Sim Não	QN4	25
24.2 As medidas disciplinares:			
24.2.1 foram proporcionais à gravidade do ilícito praticado? Se sim, anexar documentos que comprovem essa informação e relacionar os atos praticados e as medidas disciplinares aplicadas.	Sim Não	QN3	5
24.2.2 foram aplicadas a todos os envolvidos no ilícito, incluindo conforme o caso, empregados, administradores e terceiros? Se sim, anexar documentos que comprovem essa informação e relacionar os atos praticados e as medidas disciplinares aplicadas a cada envolvido, incluindo empregados, administradores e terceiros.	Sim Não	QN3	5
25. Ações adotadas para o aprimorar os instrumentos de prevenção de novas irregularidades			
25.1 A pessoa jurídica aprimorou ou estabeleceu novos procedimentos, normativos e/ou controles internos para evitar a recorrência dos ilícitos que ocasionaram a sua inabilitação? Se sim, anexar documentos que comprovem essa informação e descrever os principais aprimoramentos realizados no ambiente de controle da entidade.	Sim Não	QN1	20
25.2 Os procedimentos, normativos e controles internos implementados/aprimorados:			
25.2.1 atacam as causas da ocorrência dos ilícitos? Se sim, anexar documentos e/ou descrever a medida em que os procedimentos, normativos e controles implementados/aprimorados atacam as causas dos ilícitos.	Sim Não Parcialmente	QN3	5
25.2.2 abrangem todos os ilícitos que ocasionaram a inabilitação? Se sim, anexar documentos e/ou relacionar os procedimentos, normativos e controles implementados/aprimorados com os ilícitos que geraram a inabilitação da entidade.	Sim Não Parcialmente	QN3	5
25.2.3 são adequados e suficientes para evitar a recorrência dos ilícitos que ocasionaram a inabilitação? Se sim, anexar documentos e/ou descrever a medida em que os procedimentos, normativos e controles implementados/aprimorados mitigam a possibilidade de recorrência dos ilícitos que geraram a inabilitação.	Sim Não Parcialmente	QN3	5

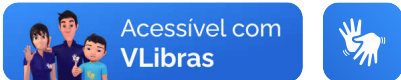
Acessível com
VLibras



25.3 A pessoa jurídica efetivamente aplicou os procedimentos, normativos e/ou controles internos que foram estabelecidos ou aprimorados com vistas a evitar a recorrência dos ilícitos que ocasionaram a sua inabilitação? Se sim, anexar documentos que comprovem essa informação e descrever as situações em que os procedimentos, normativos ou controles são aplicados.	Sim Não Parcialmente	QN4	25
---	----------------------------	-----	----

- ^[1] Questão condicionada ao porte da empresa (não se aplica a empresas de micro e pequeno porte)
- ^[2] No caso de empresas estrangeiras, sem representação no Brasil, será admitida a apresentação do documento no idioma oficial da entidade
- ^[3] Questão condicionada à atuação da pessoa jurídica em atividade com potencial de dano ao meio ambiente
- ^[4] Questão condicionada à realização de operações societárias pela pessoa jurídica nos últimos 24 meses
- ^[5] Questão direcionada exclusivamente ao avaliador
- ^[6] Questão condicionada à existência de denúncias recebidas pelo canal de denúncias nos últimos 24 meses
- ^[7] Questão condicionada à implantação do programa de integridade há mais de 12 meses
- ^[8] Área aplicável apenas para os casos de REABILITAÇÃO de licitante ou contratado

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



Processo nº 25389.000170/2025-74

* MINUTA DE DOCUMENTO

Unidade Gestora: 254462

COORDENAÇÃO-GERAL DE INFRAESTRUTURA DOS
CAMPI - COGIC

TERMO DE CONTRATO N.º XXX/2026, QUE FAZEM ENTRE
SI A FIOCRUZ, POR INTERMÉDIO DA COORDENAÇÃO-
GERAL DE INFRAESTRUTURA DOS CAMPI-COGIC E A
EMPRESA XXXXXXXXXXXX. OBJETO DO CONTRATO:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMUM CONTÍNUO DE
LOCAÇÃO DE VEÍCULOS LEVES, PESADOS COM
MOTORISTA E EQUIPAMENTOS DE CARGA COM
OPERADOR, SEM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA.

A **FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ)**, por intermédio da Coordenação-Geral de Infraestrutura dos Campi COGIC, com sede na Avenida Brasil, n.º 4365, Manguinhos, na cidade do Rio de Janeiro /RJ, inscrita no CNPJ sob o n.º 33.781.055/0003-05, neste ato representada pela Coordenadora-Geral de Infraestrutura dos Campi, Sr.ª Ana Beatriz Alves Cuzzatti, portadora da matrícula funcional nº 1567804, com poderes conferidos pela Portaria nº 14/2024 da Diretoria Executiva da FIOCRUZ e pela Portaria de designação nº 3.785 de 26/12/2019 do Ministério da Saúde, doravante denominada CONTRATANTE e a empresa XXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ/MF sob o nº XXXXXXXXXXXXXXXX, sediada em XXXXXXXXXXXXXXXX, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr(a) , conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 25389.000170/2025-74 e em observância às disposições da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n.º __/__, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviço comum contínuo de locação de veículos leves, pesados com motorista e equipamentos de carga com operador para atender as demandas dos campis da Fiocruz RJ, a serem executados sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

FORMATO DE ATENDIMENTO										
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	DESCRIÇÃO	MODALIDADE DA PRESTAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTD. ESTIMADA DIÁRIAS/ MÊS	QTD. ESTIMADA DIÁRIAS/ ANO	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO MENSAL	Custo Anual
1	Equipamentos Elevação Movimentação de Carga com Operador	25089	Retroescavadeira	Locação	Serviço	1	12			
			<u>Mini-Retroescavadeira</u>	Locação		1	12			
			Plataforma Pantográfica Tesoura	Diária		5	60			
			Plataforma Tecnológica de Apoio - PTA	Locação		1	12			
Custo Total:										
TOTAL GLOBAL:										

FORMATO DE ATENDIMENTO										
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	DESCRIÇÃO	MODALIDADE DA PRESTAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTD. ESTIMADA DIÁRIAS/ MÊS	QTD. ESTIMADA DIÁRIAS/ ANO	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO MENSAL	CUSTO ANUAL
2	Veículos Leves /Pesados com Motorista	25089	Caminhão Carga Seca Basculante	Locação	Serviço	1	12	R\$	R\$	R\$
			Caminhão com Baú - Carga Seca	Locação		1	12	R\$	R\$	R\$
			Caminhão com Elevador de Carga - Lift/Rampa (Carga Perigosa)	Locação		1	12	R\$	R\$	R\$
			Caminhão Baú com Plataforma Hidráulica (Resíduo Perigoso)	Locação		1	12	R\$	R\$	R\$
			Caminhão Munck	Diária		23	276	R\$	R\$	R\$
Custo Total:									R\$	R\$
TOTAL GLOBAL:									R\$	

1.4. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.4.1. O Termo de Referência;
- 1.4.2. O Edital da Licitação;
- 1.4.3. A Proposta do contratado;
- 1.4.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses, contado da assinatura do contrato**, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:
- 2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
 - 2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
 - 2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
 - 2.2.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;
 - 2.2.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e
 - 2.2.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin)
- 2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.
- 2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

- 5.1. O valor total da contratação é de **R\$ XXXXX (xxxxxx)**.
- 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

- 6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

- 7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 8.1. São obrigações do Contratante:
- 8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
 - 8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
 - 8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
 - 8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
 - 8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
 - 8.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

- 8.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:
- 8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;
- 8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;
- 8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;
- 8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
- 8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e
- 8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.
- 8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.1.10.1. A Administração terá o prazo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.1.11. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de **30 (trinta) dias**.
- 8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais
- 8.1.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.
- 9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- 9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.
- 9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:
- 9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;
- 9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- 9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato.
- 9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
- 9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.
- 9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação.

- 9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas.
- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE.
- 9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados.
- 9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos.
- 9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência.
- 9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho.
- 9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados.
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente.
- 9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008.
- 9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.
- 9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.
- 9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato.
- 9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho.
- 9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso.
- 9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato.
- 9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado.
- 9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração.
- 9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
- 9.35. Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no(s) seguinte(s) local(is): Campus Manguinhos - Avenida Brasil, nº 4.365, Manguinhos, Rio de Janeiro – RJ, CEP: 21.040-3605.2.2. Campus IFF - Avenida Rui Barbosa, 716 - Flamengo, Rio de Janeiro - RJ, CEP: 22250-020.
- 9.36. O técnico deverá se deslocar ao local da repartição, salvo se o CONTRATADO tiver unidade de prestação de serviços em distância compatível com as necessidades da CONTRATANTE e do local demandado.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

11.1.2. Não serão aceitas garantias prestadas por instituições financeiras não autorizadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), assim como garantias efetuadas por seguradoras não credenciadas junto à Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do CONTRATADO pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.6. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

13.7. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.8. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.9. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.9.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.9.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.9.3. Das indenizações e multas.

13.10. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.11. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.11.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.11.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.12. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I. Gestão/Unidade:

II. Fonte de Recursos:

III. Programa de Trabalho:

IV. Elemento de Despesa:

V. Plano Interno:

VI. Nota de Empenho:

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA REGULARIDADE DA CONTRATADA

16.1. A regularidade da CONTRATADA foi aferida conforme consulta ao SICAF, CNDT, CEIS, CNJ, TCU e CADIN em XX/XX/2025, conforme certidões inseridas autos (SEI nº XXXXX).

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

17.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO

18.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO

19.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal e Seção Judiciária do Rio de Janeiro para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Indicação do Local do foro competente.

E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, após ter sido lido juntamente com seu(s) anexo(s), o presente Contrato é assinado eletronicamente pelas partes.

Inclusão do parágrafo em função dos procedimentos praticados pelo órgão.

Rio de Janeiro, datado e assinado eletronicamente.

PELA FIOCRUZ:

Ana Beatriz Alves Cuzzatti
Coordenadora-Geral de Infraestrutura dos Campi
Fundação Oswaldo Cruz

PELA CONTRATADA:

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

Representante Legal

Empresa

TESTEMUNHAS:

1)

2)



Documento assinado eletronicamente por **PAULO HENRIQUE GOMES MARQUES**, Gestor^(a) de Contratos - GECONT/CAD/COGIC, em 13/01/2026, às 16:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5809314** e o código CRC **BB6DD5BC**.

Referência: Processo nº 25389.000170/2025-74

SEI nº 5809314